

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

NÃO SER DEBANDADA NO MUNDO:
A Construção Social das Donas de Casa no Cariri Paraibano

OFÉLIA MARIA DE BARROS

CAMPINA GRANDE - PB

SETEMBRO - 1996

OFÉLIA MARIA DE BARROS

NÃO SER DEBANDADA NO MUNDO:

A Construção Social das Donas de Casa no Cariri Paraibano.

**Dissertação apresentada ao curso de
Mestrado da Universidade Federal da
Paraíba em cumprimento às exigências
para obtenção do Grau de Mestre.**

Área de concentração : Sociologia Rural.

Orientador: Prof. Dr. Durval Muniz Albuquerque Júnior

Campina Grande - 1996

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

NÃO SER DEBANDADA NO MUNDO:
A Construção Social das Donas de Casa no Cariri Paraibano

Ofélia Maria de Barros

Orientador: Prof. Dr. Durval Muniz Albuquerque Júnior

COMISSÃO EXAMINADORA:

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

CAMPINA GRANDE, ____ DE _____ DE 1996.

**A minha mãe, Josefa, a grande
inspiradora desse trabalho.**

A meu pai, Zé Barros

**Aos meus alunos do Curso de
História da UNITINS**

AGRADECIMENTOS

Mesmo correndo o risco de esquecer alguém, gostaria de expressar os mais sinceros agradecimentos a todos aqueles que me auxiliaram nessa longa caminhada.

Em primeiro lugar, meu muito obrigado á minha irmã Renilda (Ana), cuja influência foi fundamental na opção pelo megistério. Iniciou-me nos estudos como a primeira professora, e durante toda a vida de estudante incentivou-me fervorosamente e tornou financeiramente possível o meu acesso à universidade.

Estes agradecimentos são extensivos aos moradores do município de Cabaceiras, em especial as donas de casa dos sítios Poço Comprido e Pelo Sinal pela acolhida calorosa, simpática e disponível que sempre me dispensaram, sem a qual esse trabalho não teria sido possível.

Contei também com o apoio e incentivo de meus colegas e professores do Curso de História da Universidade do Tocantins, notadamente os professores Wagner, Jordane, Osvaldo, Maria Angela, Eugênio e Dalva. Agradeço ainda a professora diretora Wadia, e ao professor José Hernesto que viabilizaram junto à instituição os meus afastamentos para conclusão desse trabalho.

À minha turma de mestrado: Amilton, Cláudio, Tânia Régia, Nilda, Eugênio, Gilberto, Maria Aldano, Madaísde, Verinha e Tônico. Juntos desenvolvemos o exercício da produção acadêmica e nos tornamos amigos.

Especialmente, quero agradecer ao meu orientador Durval Muniz, que sempre foi uma pessoa acessível e sensível, mais que um orientador. Com sua valiosa e competente contribuição sempre soube de modo especial tecer comentários ao meu trabalho, enriquecendo-o e respeitando os limites dessa orientanda, valorizando os avanços e estimulando-me a alcançar a reta final.

A meus pais, irmãos, sobrinhos e amigos íntimos também participaram das angustias e das alegrias que fizeram parte da confecção desse trabalho.

Ao CNPq, órgão que financiou o período de estudo em Campina Grande.

Aos funcionários do Mestrado, em especial a Joãozinho e a Vera, pela atenção, seriedade e respeito que sempre dedicaram a professores e alunos.

As amigas Lucinete e Bebete, pelo apoio, sugestões e estímulo nas horas mais difíceis.

À Valdivino e a Paulo de Tarso, pela valiosa ajuda na digitação.

Especialmente agradeço a Joselene que mais que uma amiga na convivência com uma mestrandia em fase de conclusão de dissertação, teve paciência, esforçou-se para entender as oscilações do meu humor e sempre esteve disposta a me dar força .

“Se as diferentes raças puderem ser colocadas em seus devidos lugares, se as várias classes sociais puderem ser contidas nos setores adequados das cidades, e se homens e mulheres puderem ser fixados em suas esferas isoladas, muitos esperam que haja uma possibilidade de se evitar o apocalipse, e poderemos preservar um reconfortante sentido de identidade e de permanência diante desse implacável espectro da mudança milenar”.

Elaine Showalter

SUMÁRIO

RESUMO.....	9
RÉSUMÉE.....	11
INTRODUÇÃO.....	13
1. O masculino e o feminino.....	18
2. Os passos da pesquisa.....	26
3. A localidade.....	36
4. As mulheres.....	41
CAPÍTULO I - MODELOS DE MULHER: DA IDADE MÉDIA A MODERNIDADE.....	46
1.1. A mulher submissa e casta.....	47
1.2. A mulher objeto de desejo.....	51
1.3. A princesa dos contos de fada.....	53
1.4. A rainha do lar.....	56
1.5. A mulher moderna.....	59
CAPÍTULO II - A SUJEIÇÃO AOS MODELOS: APRENDENDO A SER DONA DE CASA.....	73
2.1. A menina.....	80
2.2. A moça.....	93
2.3. A dona de casa.....	99
CAPÍTULO III - DONA DE CASA, UMA IDENTIDADE PLURAL.....	110
3.1. Os descaminhos.....	114
3.2. O privilégio da diferença e o poder da norma.....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
BIBLIOGRAFIA.....	139
ANEXO.....	146

RESUMO

A investigação elaborada ao longo desta dissertação teve como proposta fundamental apreender a construção social das donas de casa do Cariri Paraibano.

A análise desenvolveu-se a partir do registro das práticas discursivas e não discursivas de três gerações de mulheres, “avós” com idade entre 60 e 85 anos, “mães” de 35 à 60 e “netas” com idade inferior aos 35 anos de idade.

A coleta de dados se deu através da adoção de uma abordagem qualitativa na qual coletamos histórias de vidas e empreendemos a técnica da observação participante. Assim, ao longo da pesquisa foram entrevistadas 18 mulheres, residentes nas localidades dos Sítios Poço Comprido e Pelo Sinal, município de Cabaceiras região do Cariri Paraibano.

No estudo, empreendemos uma análise na qual procuramos em primeiro lugar compreender como vinha se dando a sujeição dessas mulheres aos modelos dominantes de domesticidade, maternidade, modernidade e feminilidade; em segundo, utilizando os mesmos recursos procuramos compreender como ocorriam as “singularizações, ou seja, a ultrapassagem desses modelos e a forma como esse processo se dava.

Para tanto, tomamos como referência os veículos transmissores dos valores morais e regras sociais junto desses segmentos como a Igreja, a família, a escola, os meios de comunicação (rádio e televisão) e o intercâmbio com outras realidades.

Constatamos, então, que apesar da forte tendência implementada sobretudo na época moderna, no sentido de atribuir à mulher

papéis sociais de acordo com a sua função na reprodução de filhos, na prática essa regra não se verifica completamente.

RÉSUMÉE

L'investigation élaborée au long de cette dissertation a eu comme proposition fondamentale comprendre la construction social des maîtresses de maisons du *Cariri Paraibano*.

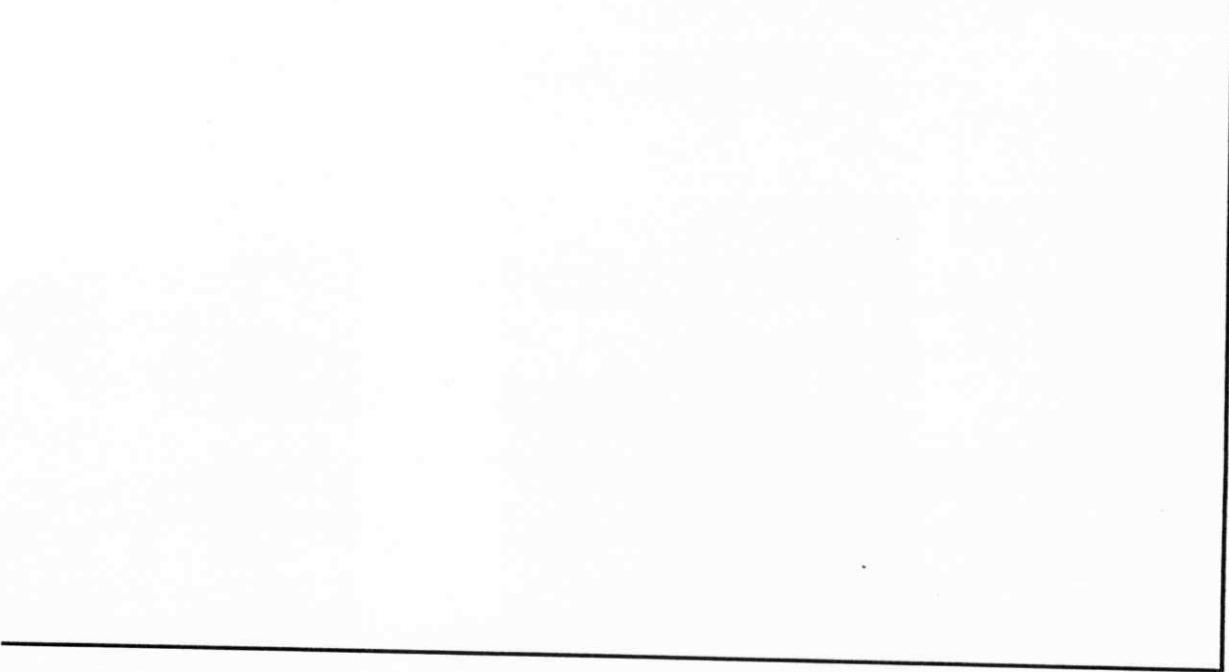
L'analyse se développe à partir de l'enregistrement des pratiques discursives et non-discursives sur trois générations des femmes: les "grand-mères" avec l'âge de 60 jusqu'à 85 ans, "mères" de 35 jusqu'à 60 ans et les "grand-filles" avec l'âge inférieur aux 35 ans.

La collecte des données se produit à travers de l'adoption d'une abordage qualitative dans laquelle nous avons collecté histoires de vies et entrepris la technique de l'observation participative. Ainsi, au long de la recherche, 18 femmes sont interviewées, toutes elles résidants aux lieux suivants: *Poço Comprido* et *Pelo Sinal*, dans la municipalité de *Cabaceiras*, région du *Cariri Paraibano*.

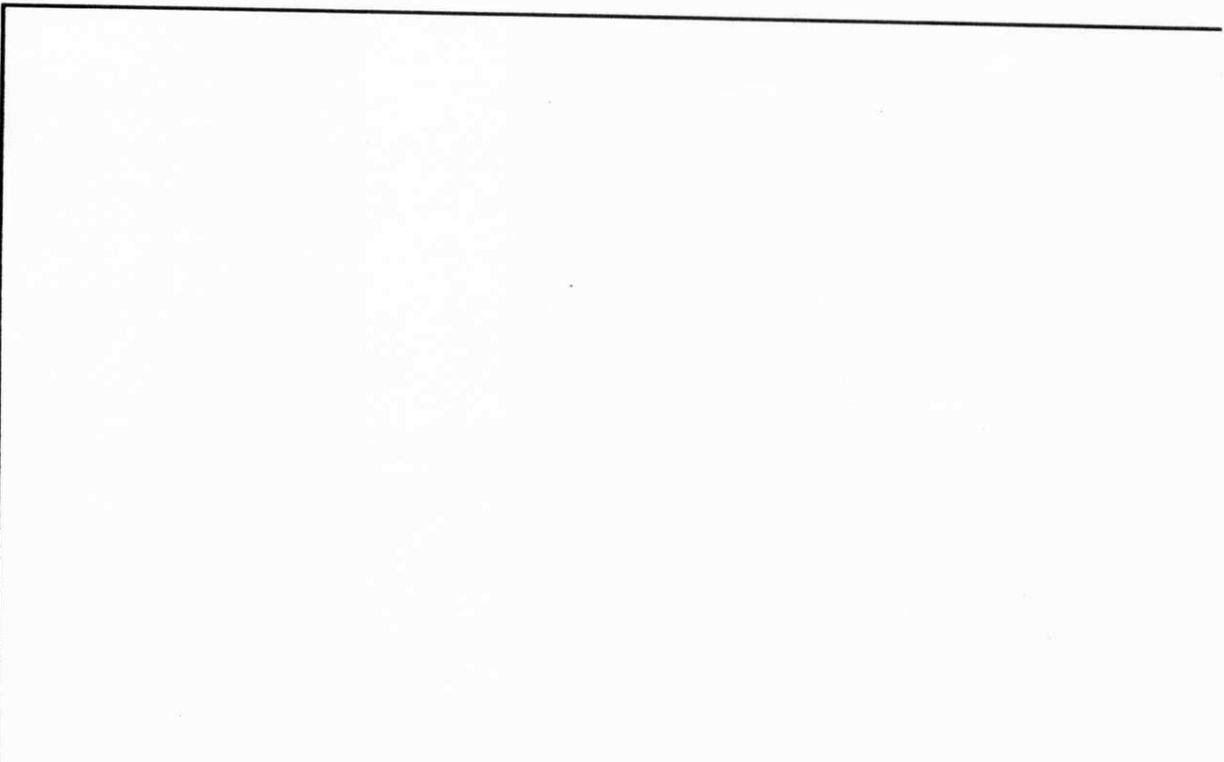
Dans ces études, nous avons entrepris une analyse dans laquelle nous avons placé, d'abord, la compréhension de comme se donnait la soumission de ces femmes aux modèles dominants de domesticité, maternité, modernité et féminilité; au deuxième lieu, en utilisant les mêmes ressources, nous avons cherché la compréhension de comme s'agissaient les "singularizations", c'est à dire, l'outrepassage des ces modèles et la forme comme ce procès s'en donnait.

Pour cela, nous avons pris comme référence les véhicules de transmission de valeurs morales et règles sociales auprès de ces segments comme l'église, la famille, l'école, les moyens de communication (radio et télévision) et l'interchange avec des autres réalités.

Nous avons constaté, alors, que, malgré la forte influence, implantée surtout à l'époque moderne, au sens de attribuer à la femme des rôles sociaux selon sa fonction dans la reproduction des fils, à la pratique, ce règle ne marche pas comme ça.



INTRODUÇÃO



INTRODUÇÃO

Como boa parte da geração das mulheres de 30 anos de idade, criadas no interior nordestino, fomos educadas para nos tornarmos donas de casa, casarmos termos filhos. Na convivência com as nossas mães e com mulheres da mesma idade, que possuíam um importante papel no fornecimento de uma identidade feminina marcou-nos as conversas em torno de suas práticas cotidianas como aquelas relacionadas ao trabalho doméstico e a maternidade. Além disso, ouvíamos como que um misto de lamento e orgulho quando falavam de como tinham de trabalhar, seja como costureiras ou agricultoras, tendo em vista a manutenção da família.

Esse era um discurso freqüente entre as mulheres, principalmente aquelas que desejavam para as suas filhas um futuro melhor e uma vida menos “sacrificada”, representada pela vida na cidade ou por um bom casamento. Seja com esses objetivos ou simplesmente empenhando-se em prover a subsistência mínima imediata, como a alimentação, ficou registrado em nossa memórias a percepção dessas mulheres, do quão importante era seu papel junto a família e mais que isso de sua participação efetiva na manutenção do orçamento doméstico.

Dessas noções preliminares, passamos a observar com mais rigor o desempenho das atividades desenvolvidas pelas mulheres donas de casa do Cariri Paraibano. Constatamos, então, que estas em boa parte dividiam o seu tempo entre o cuidado da casa e o trabalho no roçado, sendo as atividades mais frequentes a lavagem da roupa, a preparação da comida, o cuidado dos filhos, a cata da lenha, o abastecimento de água, o cuidado dos animais domésticos (porcos, galinhas, perus) e o trabalho na agricultura.

Além disso, verificamos ainda, uma outra atividade exercida por essas mulheres. Trata-se de atividades remuneradas como a costura, os pequenos comércios (vendas de queijos e ovos). Tudo isso, acrescido das frequentes e prolongadas estiagens, torna a vida dessas mulheres muito difícil, enquanto os homens que tendo suas atividades predominantemente voltadas para o roçado dependendo diretamente das chuvas, ficavam grande parte do tempo ociosos assistindo na maioria das vezes as mulheres se desdobrarem entre essas diversas ocupações para obterem o sustento da família.

Dessa constatação, surgiu o interesse em investigar a prática dessas mulheres e o discurso a-histórico, o qual persistia em afirmar e generalizar que, na família, o homem (pai) era quem trabalhava e que por sua vez mantinha financeiramente o restante dos membros. Daí o fato de todos lhes deverem subordinação e obediência. O questionamento desse enfoque, homens dominantes/mulheres dominadas, nos levou a buscar sua desconstrução, através de uma análise que permitisse perceber historicamente a construção do masculino e do feminino e dos modelos dominantes no espaço social no qual realizamos a pesquisa.

⇒ A partir dessas questões, definimos inicialmente nossa problemática: como entender a participação desse segmento de mulheres junto ao grupo familiar, em contraponto com a noção tradicional que atribui ao homem papel dominante nas relações familiares e de gênero.

As discussões em torno de temáticas relacionadas às mulheres passam a ser articuladas por volta do século XVIII, como resultado da conjuntura social, econômica e política de países da Europa, contexto no qual as mulheres foram solicitadas a participarem do recém criado mercado de trabalho capitalista da mesma forma que o homem, embora em condições extremamente menos favoráveis. E, dessa forma, além das tradicionais funções desenvolvidas junto à família, como cuidar da casa,

do marido e dos filhos, a mulher foi sobrecarregada com o trabalho nas fábricas, que a submeteu a um ferrenha disciplina e adestramento, desarticulando seu anterior modo de vida, sem, em contrapartida, alterar seu status jurídico inferiorizado. (Michelle PERROT, 1987).

Essa conjuntura social específica, aliada ao ideário burguês de liberdade e igualdade da época, forneceu os princípios básicos para a organização do movimento feminista.

Da conjuntura particular das sociedades industrializadas e da situação específica das mulheres inseridas no trabalho fabril, o movimento feminista articulou sua primeira grande batalha: a luta pelo reconhecimento dos direitos da mulher na esfera pública, já que elas permaneciam, perante às leis, subordinadas à autoridade dos homens, sem poder escolher seus representantes políticos, mal remuneradas e praticamente sem chances de ascensão no mercado de trabalho.

A história das mulheres, ou pelo menos sua historiografia tem sido da submissão delas ao poder dos homens. E, nesse sentido, muitos estudos e pesquisas foram produzidos com o objetivo de explicar as origens dessa subordinação. Um dos estudos pioneiros e normalmente referenciados para tratar dessa questão foi elaborado em 1884 por Friedrich ENGELS (1991). Segundo ele, a subordinação das mulheres teve origem com a divisão sexual do trabalho, juntamente com a qual surgiu o casamento monogâmico estabelecendo a fidelidade da mulher para garantir a paternidade dos filhos e assegurar a manutenção da herança, ou seja, da propriedade privada, pertencente aos homens. Essas transformações, segundo o referido autor, tornaram as mulheres subordinadas, uma vez que as atividades exercidas por elas perderam seu caráter social.

O ponto de vista de Friedrich ENGELS sobre a subordinação da mulher traz em si o viés produtivista característico da mentalidade que marcou o século XIX, sendo representativo de grande parte dos estudos de orientação feminista. Na verdade, esse referencial simbolizou um marco para a reflexão de questões relacionadas à mulher, e, com essa perspectiva, os demais estudos que foram produzidos desde então ficaram na superficialidade das questões, ou seja, acreditaram que transformando determinadas instituições como o Estado e a família ou a economia, poriam fim à condição de subordinação histórica das mulheres.

“O homem na família é o burguês e a mulher representa o proleteriado. Mas o mundo industrial, o caráter específico da opressão econômica que pesa sobre o proletariado, só se manifestará com todo o seu vigor quando forem suprimidos todos os privilégios legais da classe capitalista e juridicamente estabelecida a plena igualdade entre duas classes”. (Isabel LARGUIA e John DUMOULIN apud Friedrich ENGELS, 1982:43).

No entanto, as transformações vieram e as mulheres permaneceram politicamente submetidas ao poder dos homens, ou seja, alijadas do espaço público¹. A constatação de que a responsabilidade pela exclusão das mulheres da esfera pública não residia nas instituições em si mas nas mentalidades, ou seja, estavam presentes nos discursos e nas práticas, fez com que se redirecionasse o rumo das discussões, e ao invés de se buscar a explicação apenas nos fatores externos, buscou-se analisar os comportamentos, originando, assim, os estudos sobre gênero.

¹ Com o estabelecimento do socialismo real efetivou-se a possibilidade do fim do antagonismo entre as classes sociais de acordo com o marxismo, mesmo assim alguns estudiosos continuaram afirmando que a subordinação feminina era anterior ao Capitalismo e permaceu sobre o Socialismo. Sobre essa discussão consultar: Linda NICHOLSON In: Seyla BENHABIB e Drucilla C ORNELL (1987) e Joan SCOTT (1991).

Desde então mais e mais questões sobre a mulher foram paulatinamente vindo à tona. Por volta de meados do século XX, ainda sob a perspectiva inicial do movimento, intensificaram-se os estudos em torno de problemáticas femininas envolvendo questões trabalhistas (equiparação salarial, discriminação profissional, direitos a licença maternidade, creches etc...). Em grande parte, essas análises norteavam-se pela corrente marxista, que pressupunha que o fim da subordinação feminina decorreria da própria desintegração do sistema capitalista, que tinha como uma de suas premissas a participação das mulheres na esfera pública.

Diante dessas discussões, uma questão passou a existir para nossa pesquisa. Como, então, analisar aqueles segmentos de mulheres donas de casa, da zona rural, que não estavam inseridas no mercado de trabalho formal, e cujas questões acima descritas não faziam parte de seu cotidiano, e nem mesmos as dimensões público/privado em seu universo estavam definidas? Ora, na perspectiva teórica marxista, o sujeito excluído das relações assalariadas ficava a margem das categorias conceituais que permitiam sua investigação. Essa constatação nos levou a questionar o enunciado do marxismo na medida em que o mesmo não possibilitava estudar determinados segmentos, entre eles, o das dona de casa, a não ser a partir de sua negatividade ou submissão.

→ As imagens que recordavam mulheres fortes e *trabalhadeiras* como as de minha mãe e de muitas outras mulheres do Cariri, cujo cotidiano as transformou em verdadeiras combatentes das dificuldades e guerreiras da sobrevivência, não se adequava à idéia de submissão, recato e passividade a elas atribuída, e muito menos as categorias *alienadas e improdutivas*. Essa perspectiva nos fez trilhar outros caminhos que permitissem-nos falar dessas mulheres de um modo diferente.

1. O masculino e o feminino

Falar que as mulheres não nasceram mulheres mas tornaram-se mulheres pode parecer para muita gente um absurdo, um despropósito, visto que somos conduzidos por diferentes mecanismos da sociedade a associar condutas sociais à qualidades naturais, a exemplo da identificação que se faz entre feminilidade, maternidade, domesticidade. No entanto, essa tendência não é desprovida de significado, ao contrário, ela pretende delimitar as fronteiras, estabelecer as diferenças e acima de tudo impor uma ordem que historicamente tem sido hierárquica. Entre os mecanismos que se destinaram a ordenar a sociedade a partir da dicotomia masculino-feminino, superior-inferior e assim por diante, a ciência teve especial atuação se colocando desde o século XIX como um saber neutro.

Mesmo estando inserida entre as ciências não pretendemos aqui construir ou reelaborar mais um modelo de conduta. Ao contrário, tentaremos trilhar os caminhos que mostram que o sujeito, e em particular a mulher, é resultado da conjuntura social, e que por sua vez, não possui nenhuma dimensão oculta. Para fundamentarmos nossa colocação adotaremos a idéia, defendida por Suely ROLNIK e Félix GUATTARI (1986), de que na modernidade o homem se transforma numa categoria universal efeito da *produção de subjetividade capitalista* que gera indivíduos serealizados e normalizados da mesma forma que a economia capitalista gera mercadorias para o mercado consumidor.

Na atualidade toda a discussão relativa as relações entre o masculino e o feminino passa necessariamente pela questão de gênero, categoria recentemente adotada pela Sociologia, visando separar fatores de

ordens físicas ou naturais como o sexo dos indivíduos, dos fatores de ordem culturais como o comportamento e os papéis sociais.

Nesse sentido, estudos recentes buscam mostrar que o comportamento dominante dos homens nas relações não advém de uma natureza masculina, porém de idéias e comportamentos sociais hierárquicos e dicotômicos que atribuem um poder dominante à masculinidade.

O movimento feminista, mesmo tendo emergido do ideal de modernidade ao acompanhar as novas tendências das Ciências Sociais que se propunham a crítica do racionalismo abstrato iniciado pelas *correntes renovadoras da historiografia contemporânea*, não apenas rompeu com essa tendência como transformou-se num forte instrumento desestabilizador da idéia da existência de um sujeito humano universal.

Ao comentar o artigo de Raquel SOIHET, Joana Maria PEDRO (1995) salienta a contribuição dada pelo movimento feminista e a História das Mulheres para a transformação das mulheres em temas de pesquisa, e toma um estudo de Julia KRISTEVA que descreve a aliança entre o feminismo e as novas tendências das Ciências Sociais, para reforçar seu ponto de vista.

⤴ Julia KRISTEVA citada por Joana Maria PEDRO, percebe o movimento feminista dividido em três diferentes momentos. O primeiro, é aquele marcado por uma geração de feministas que segundo ela, procurou ganhar lugar no tempo linear. Caracteriza-se como um estágio marcado por um desejo de domínio, que pretendia tomar o poder sem transformá-lo ou questioná-lo de modo adequado, embora tivesse legado imensos ganhos políticos. Essa geração seria identificada com a das feministas que reivindicaram uma história para as mulheres sem questionar a forma como essa história seria construída.

O segundo momento é aquele que rejeitou o tempo linear, em favor de uma temporalidade monumental e cíclica, associada a subjetividade feminina e as práticas rituais religiosas marginalizadas, buscando apontar as diferenças. A geração desse momento é associada por Júlia KRISTEVA a das feministas que buscavam uma *cultura feminina* específica, separada de suas relações com os homens.

O terceiro e último momento buscou aliar o ingresso na história e a afirmação das diferenças. Rejeitou as limitações simbólicas e materiais, em especial o confinamento doméstico, e a teleologia da maternidade, que produziu uma *consciência feminina*. Essas feministas segundo a autora, não queriam apenas inverter as hierarquias, queriam *subverter o conceito de hierarquia em si*. Essa geração seria por ela identificada com a das feministas que estariam utilizando o gênero como categoria de análise.

O primeiro momento do movimento feminista, apontado por Júlia KRISTEVA, é, segundo Joan SCOTT (1991), herdeiro do marxismo. Para Joan SCOTT, na medida em que essas feministas iam buscar a explicação das origens e do sistema de gênero na divisão sexual do trabalho, e que esta por sua vez encontrava-se na diferença física de mulheres e homens, essa teoria caía novamente numa generalização, universal e a-histórica.

O segundo momento é considerado por Joan SCOTT como *uma importante tentativa de sair desse círculo*. Nesses termos, ela destaca o sentido dado pelas feministas de orientação psicanalítica, que conceberam o gênero como um sistema de existência independente em relação aos sistemas econômicos, que viam o masculino e o feminino variando segundo os usos dos contextos. Nesse sentido, por um lado, a autora assinala o avanço dessa tendência e, por outro, enxerga problemas, dada a *dimensão*

eterna que a teoria projeta, na medida em que o *falo* permanece como o *significante universal* para a aquisição da identidade humana.

Sobre o terceiro momento com o qual a própria autora se identifica, diz ela: *Precisamos rejeitar o carácter fixo e permanente da oposição binária, precisamos de uma historicização e de uma desconstrução autêntica dos termos da diferenciação sexual. (Joan SCOTT, 1991: 13)*

Nessa perspectiva, Joan SCOTT define o gênero como uma } *categoria útil para a análise histórica e sociológica. Entendendo-o inicialmente como elemento constitutivo de relações baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos* a autora numa primeira parte procura mostrar a necessidade de analisar o efeito de gênero nas relações sociais e institucionais através do modo como ele se apresenta. Em primeiro lugar, significando símbolos de representações múltiplas e frequentemente contraditórias. Em segundo como conceito normativo, que toma forma de uma oposição binária e que afirma o sentido do masculino e do feminino. Terceiro, como conceito opera independentemente do parentesco, permitindo a *nova pesquisa histórica, explodir a noção de fixidade existente na representação binária dos gêneros*. Em quarto e último, como conceito histórico, conduzindo assim a uma relatividade do conhecimento.

Na segunda parte de sua definição, na qual o gênero é apresentado como *uma forma primeira de significar as relações de poder*, Joan SCOTT reivindica para este um caráter teórico, na medida em que, segundo ela, a oposição binária e hierárquica é que tem dado sentido na história à construção e à legitimação das relações sociais.

Tomando a política como um dos domínios onde o gênero foi utilizado, diz ela:

“Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa, fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural e divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se os dois, partes do sentido do poder” (Joan SCOTT, 1991:20).

Na medida em que o gênero e o poder se constroem reciprocamente, para se mudar essa relação, segundo a autora, é preciso reconhecer que “homem” e “mulher” são categorias “vazias” porque elas não tem nenhum significado definitivo e transcendente; é transbordante porque mesmo quando parecem fixadas, contém dentro delas alternativas negadas ou reprimidas” (Joan SCOTT, 1991:21).

As mudanças das relações sociais fundamentadas nas categorias binárias e hierárquicas, de acordo com Joan SCOTT, seriam possibilitadas exatamente pelo emprego do gênero enquanto categoria teórica de análise. Raquel SOIHET (1995) discorda da postura de SCOTT na medida em que esta considera o gênero no seu uso descritivo, apenas como um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres, mas que não teria força suficiente para interrogar e mudar os paradigmas históricos existentes; e, nesse sentido, o termo continuaria sendo utilizado apenas em trabalhos sobre temas onde as relações entre os sexos seriam mais evidentes como *as mulheres, as crianças, as famílias, etc*; permanecendo irrelevante para reflexões sobre *o político e o poder*.

A contribuição de Joan SCOTT na formulação do gênero enquanto categoria para a análise histórica de acordo com Raquel SOIHET (1995:13) é “inovadora”, sobretudo por incorporar o conhecimento histórico. Porém é problemática na medida em que não teria conseguido

superar a visão funcionalista *baseada sobre a biologia e a perpetuação da idéia das esferas separadas na escrita da história: a sexualidade ou a política, a família ou a nação, as mulheres ou os homens*. Desse modo, continuaria analisando em separado o público e o privado, e dando primazia ao primeiro.

Raquel SOIHET identifica Joan SCOTT como aqueles *pensadores que se propõem a ultrapassar os usos descritivos do gênero, buscando a utilização de formulações teóricas*. E, nesse sentido, ressalta a importância de examinar contribuições de outros estudiosos que não se limitaram a abordar o domínio público, mas que recorreram a esferas do cotidiano no afã de trazer a tona contribuições femininas. Entre aquelas ela destaca Arlette FARGE, Michelle PERROT, Natalie DAVIS e Maria O. L. da Silva DIAS.

Maria O. L. da Silva DIAS (1992:39), ao elaborar sua análise de gênero, inicia definindo-o como *um domínio inóspito para quem sofre de ansiedade cartesiana, já que - segundo ela, mais cabe ao pensamento feminista destruir parâmetros herdados do que construir marcos teóricos muito nítidos*.

De acordo com a referida autora, o pensamento feminista tende cada vez mais a se apegar a *uma postura de consciência estritamente histórica*. Nesse sentido, mostra a integração entre o feminismo e as correntes renovadoras das ciências contemporâneas, entre as quais destaca *a Escola de Frankfurt, historicistas, historiadores das mentalidades, do discurso no sentido da desconstrução de Derrida e a Genealogia de Foucault*. Raquel SOIHET (1995:6), ao comentar essa passagem, destaca que na década de 60 do atual século dá-se o surgimento de um movimento crítico do racionalismo abstrato na historiografia, cujo panorama *torna mais*

factível a integração da experiência social das mulheres na história, já que sua trama se tece basicamente a partir do cotidiano, e não a partir de pressupostos rígidos e de grandes marcos.

Nos estudos dos pensadores que adotaram o gênero como categoria de análise, há alguns pontos básicos que os aproximam como a substituição da linearidade evolutiva por temporalidades múltiplas, dos conceitos teóricos universais por categorias locais e provisórias, a crítica a racionalidade e a objetividade do conhecimento, a crítica a existência de um sujeito humano universal e a desconstrução de identidades.

O uso do conceito de gênero é empreendido em sua grande maioria exatamente por aqueles que rejeitam o conhecimento científico como o saber único, universal e verdadeiro, que se propõe através de *conceitos rígidos* formular problemas, e de uma *teoria* apresentar soluções. Essa tendência, à qual o gênero se incorporou, não se trata por sua vez de uma mera história narrativa. O que ocorreu foi que, ao invés de leis ou etapas do desenvolvimento, o sociólogo passou a interpretar processos de mudanças através de um conhecimento antes relacional, dialético, do que científico. Para Maria O. L. da Silva DIAS (1992:6), os estudiosos da área passaram a *cultivar a compreensão da experiência humana em sua concretude*.

Mas, afinal, o conceito de gênero em si a que ele se presta? Identificar na história homens e mulheres divididos em papéis sexuais por si só nada acrescenta. Ao contrário, como diz Joana Maria PEDRO (1995:47), esta prática serve apenas para naturalizá-los ainda mais e *inrijecê-los*.

“ É preciso, antes de mais nada, perceber também, personagens vivendo papéis trocados. Mulheres e homens que, apesar do sexo biológico, viveram, em

muitas ocasiões, papéis que pertenciam ao outro gênero. Este tipo de pesquisa pode nos levar a perceber que o futuro que almejamos, uma sociedade sem gênero, mas não sem sexo, já foi em parte vivida por muitas pessoas no passado, mesmo dentro das limitações impostas pelos papéis de gêneros”.

Nesse sentido Maria O. L. da Silva DIAS (1992:40) diz:

“...libertar-se de categorias abstratas e de idealidades universais como ‘a condição feminina’, é uma preocupação que decididamente enfatiza o interesse em desconstruir valores ideológicos, e em perseguir trilhas do conhecimento histórico concreto que, reduzindo o espaço e o tempo a conjunturas restritas e específicas, permitem ao estudioso a redescoberta de papéis informais, de situações inéditas e atípicas que justamente permitem a reconstituição de processos sociais fora de seu enquadramento estritamente normativo...”.

O gênero enquanto categoria desmistificou o caráter naturalizado dos papéis masculinos e femininos construídos e legitimados pelas diferenças anatômicas dos sexos. Essa contribuição aliada ao saber histórico nos conduzirá a:

“...perceber as mediações, as improvisações, a diferença entre papéis de gênero construídos normativamente e aqueles realmente vividos, perceber como se constroem estes papéis e, principalmente, a troca destes, permite encontrar no passado o futuro perfeito já sendo vivido e portanto possível de ser construído no presente” (Joana Maria PEDRO, 1995:6).

↑ É com o objetivo exatamente de desnaturalizar a associação de determinados papéis sociais ao sexo anatômico, e mais do que isso, a desmistificação da existência de papéis dominantes na relação entre os gêneros, que ensejamos nossa análise.

Pela flexibilidade e as possibilidades inovadoras, que a categoria de gênero oferece, é que enveredamos pela sua utilização. Enquanto categoria de análise, ela nos permitirá falar da mulher dona de casa do Cariri Paraibano, dos seus múltiplos papéis, de sua riqueza de conhecimento e suas estratégias de sobrevivência, sem, entretanto, fugir a uma análise conceitual, nem reduzi-la a uma mera história descritiva .

Nesse sentido, acreditamos que a riqueza e a contribuição de nosso trabalho residirá basicamente em dois pontos. Um deles seria, apesar de modesta, sua contribuição no emprego e desenvolvimento do gênero como categoria de análise. O outro, a relativa originalidade do tema em vista do grande número de estudos que se produziram sobre a mulher, sem, no entanto, contemplar nessas análises o segmento das donas de casa, sobretudo do campo. E, mais do que isso, confiamos que esse estudo, fornecerá a possibilidade de conhecer um pouco mais da história do Cariri Paraibano, mais propriamente do perfil social das mulheres caririseiras.

2. Os passos da pesquisa

Ao propor o estudo da construção do modelo da mulher dona de casa, não estamos tentando revelar a existência de uma mulher real, en-

coberta pelos diferentes modelos produzidos pela mídia, pela literatura, pela religião etc., uma vez que não acreditamos na existência desse indivíduo puro. Entendemos a própria individualidade como resultado *de um entrecruzamento de determinações coletivas de várias espécies, não só sociais, mas econômicas, tecnológicas, de mídia, etc.* (Suely ROLNIK e Félix GUATTARI, 1986: 34).

Partimos do princípio de que a mulher dona de casa não existe enquanto indivíduo isolado dentro de um segmento único, sua constituição, ou seja, seu ser está mergulhado e resulta de um processo mais amplo, que Félix GUATTARI e Suely ROLNIK chamaram de *processo de produção de subjetividade*.

A subjetividade, por sua vez, consiste exatamente no processo pelo qual se produz o indivíduo, através do qual se formam os comportamentos, se produzem as idéias, *define a maneira de perceber o mundo*. A subjetividade não está presente apenas nas superestruturas, como se poderia pensar, nem tampouco na infra-estrutura. Ela está presente em tudo que nos cerca, desde o material até o emocional. Seu papel também não seria o de deter poder para controlar as relações sociais e de produção. Ao contrário, ela se constitui em matéria-prima para toda e qualquer produção.

Nesse sentido, a mulher, enquanto indivíduo, só existe em função dos papéis que exerce, resultado dos modelos que lhes são propostos, o que não significa dizer que esse processo ocorra de forma passiva ou unilateral. *A subjetividade é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares*. Entretanto, o modo como estes vivenciam essa subjetividade encontra-se dividido entre *uma relação de alienação e opressão e uma relação de expressão e de criação*.

De acordo com essa divisão, no primeiro momento, o indivíduo se submete

à subjetividade tal qual a recebe, assume os modelos em função de escalas de valor criada por um *poder global*. Já ^{LA} no segundo momento, a subjetividade é vivenciada através da reapropriação dos componentes que compõem esse processo, resultando na *singularidade*, instância da recriação, *tentativa de produzir modos de subjetividade originais e singulares*. (Suely ROLNIK e Félix GUATTARI, 1986:33)

Tomando como referencia o nosso objeto de estudo poderíamos dizer que as mulheres que se enquadram no primeiro momento dessa divisão seriam aquelas que no Cariri Paraibano com maior regularidade se sujeitaram aos papéis sociais de acordo com os modelos dominantes. Seriam, por exemplo as mulheres que tornaram-se donas de casa, sem objetivamente em sua trajetória romperem ou ultrapassarem as normas de conduta preestabelecidas pelos padrões morais e sociais, como as que namoraram, noivaram e se casaram virgens. Com relação ao segundo momento, este diz respeito às mulheres que mesmo tornando-se donas de casa com maior regularidade, em um momento ou outro de suas existências, romperam, desviaram ou recriaram essas condutas. Ou seja, mesmo se submetendo aos modelos dominantes, elas souberam transformá-los atendendo a um desejo particular, como, por exemplo, as que engravidaram antes de casar, casaram fugidas ou mesmo não casaram.

Com base nessa relação sujeito-subjetividade, procuraremos construir nossa análise, visando apreender a construção social das donas de casa atentando, num primeiro momento para a dimensão da sujeição aos modelos dominantes e num segundo para a singularização. Convém deixar claro que não consideramos absolutas qualquer dessas visto que o discurso assim como a prática são ambíguos, e plenos de possibilidades, sendo a sua construção proveniente de vários lugares. Nesse sentido, mais

objetivamente, iremos investigar de um lado, as mulheres que com maior frequência se sujeitaram aos modelos dominantes e, de outro, as que com maior regularidade romperam com esses mesmos modelos. A apreensão desses universos serão buscadas através da análise e registro das práticas discursivas e não discursivas dessas mulheres.

Pretendemos construir nossa análise, entendendo o discurso como o dizer que *não é apenas do domínio do locutor, pois tem a ver com as condições em que se produz e com outros dizeres* e nesse sentido o que o caracteriza *é a multiplicidade de sentidos possíveis, portanto a linguagem não é precisa, nem inteira, nem clara nem distinta.* (Eni Pulcinelli ORLANDI, 1988:22).

↗ A fala aqui será empregada não apenas como informação, mas como linguagem, como *trabalho* e como *produção*, constituindo-se como *não só a língua, mas o discurso, não só a fala, mas o texto, a imagem, o gesto e o som; não só a palavra, mas o ritmo, o tom e o estilo, o implícito e o indizível.* (Denise PORTINARI, 1989:24).

↗ A partir disso, definimos o perfil das mulheres a serem entrevistadas. Coletamos as primeiras entrevistas, a partir das quais detectamos uma constante comparação feita por aquelas mulheres entre elas mesmas e mulheres de outras gerações. Nessa comparação, tomavam sempre como referência, para o passado, as suas mães, e para o presente, as suas filhas. Em razão disso, optamos por acrescentar à análise sociológica uma abordagem histórica. Decidimos, então, trabalhar com três diferentes gerações de mulheres, no sentido de detectarmos como estas vinham se construindo mulheres donas de casa ao longo das oito décadas que aproximadamente separavam *avós, mães e netas.*

Precisavamos, ainda, tendo em vista nossa análise, verificar um fator importante que diz respeito a identificação das transformações sociais e estruturais ocorridas no Cariri nos últimos oitenta anos. Isso implicaria na investigação em torno das mudanças de mentalidades, das relações familiares e de gêneros, das mudanças de valores, da modernização, da ampliação dos meios de comunicação e do intercâmbio com outras realidades.

→ Inicialmente, selecionamos mulheres para entrevista, tentando atender à seguinte caracterização: ser casada, ter filhos, não trabalhar fora, não ser assalariada. Essa postura inicial foi uma tentativa de delimitar o máximo possível o universo a ser investigado. Entretanto, na medida em que percebemos que o que nos interessava era apreender o modo como as entrevistadas vinham aprendendo a ser dona de casa ao longo de três gerações, fomos tomando os critérios de seleção cada vez mais flexíveis. E, desse modo, além das mulheres acima mencionadas entrevistamos mulheres casadas que não possuíam filhos, mulheres solteiras, separadas, *amigadas*, viúvas e mulheres assalariadas.

↪ Entrevistamos, ao todo 18 mulheres, na faixa etária em média de 35 a 85 anos. Vale ressaltar que predominaram as casadas, fato bastante significativo para nosso estudo, na medida em que já foi nos dando mostra de que, a mulher destinada ao casamento constava como um dos modelos dominantes do feminino no Cariri.]

A entrevista, como um instrumento através do qual coletamos histórias de vida e empreendemos a técnica da observação participante, explica aqui o emprego de uma análise exclusivamente qualitativa em detrimento de uma análise quantitativa. Isso porque tínhamos como foco perceber o movimento existente na relação sujeito-subjetividade. Desse

modo, tentar acompanhar como ocorre o processo de subjetivação pelas mulheres do Cariri Paraibano dos modelos de dona de casa passaria necessariamente pela escuta de seus discursos. Daí nossa tentativa de privilegiá-los entendendo-os como uma *série de segmentos descontínuos, cuja função táctica não é nem uniforme nem estável*.

O discurso como produtor de subjetividades, não se constitui numa fala uniforme, antes ele se apresenta como um jogo, como uma estratégia composta de ambigüidades e interesses múltiplos, daí, portanto, a impossibilidade de contabilizá-lo ou sequenciá-lo: Como diz Michel FOUCAULT (1983:95) *não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes*.

Na análise de discurso, a fala é tomada como um *ato social* com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidade, etc., e é desse modo que ele deverá aqui ser empregado admitindo as coisas ditas e ocultas, segundo quem fala, sua posição de poder, o contexto institucional em que se encontra; com o que comporta de deslocamentos e de reutilizações de formas idênticas para objetivos opostos. (Eni Pulcinelli ORLANDI, 1988:19).

Convém salientar que há ressalvas à aplicação de histórias de vida como técnica de pesquisa. O ponto fundamental no qual se centra a crítica a essa técnica diz respeito a questão da objetividade dado seu caráter qualitativo e não quantitativo. Essa discussão reside basicamente na questão se a história oral, ou seja, o registro da memória individual ou coletiva podem ser tomados como fontes de pesquisa?

Tal discussão originou-se da tendência que por um longo período de tempo guiou muitos pensadores que através da aplicação de métodos e técnicas considerados objetivos ou quantitativos buscavam a equiparação das Ciências Sociais as demais ciências positivistas. Assim sendo, se por um lado a aplicação de técnicas objetivas para análise das sociedades resultava num conhecimento mais legítimo e conseqüentemente científico, a adoção de técnicas subjetivas, por outro lado, provocou a desconfiança daqueles que continuavam defendendo a legitimidade da positividade, ou da quantificação.

Entretanto, hoje, a partir das novas tendências que encaram a Sociologia, assim como as demais disciplinas que compõem as chamadas Ciências Sociais, sem necessariamente preocupar-se com o seu caráter científico, vê-se que a adoção da história oral como fonte de pesquisa não só pode como deve ser utilizada. Com isso, acredita-se ter contribuído e muito para o registro de nuances que as técnicas quantitativas deixavam escapar, assim como também tem servido para ressaltar fatos e acontecimentos até então considerados irrelevantes. Permite, desse modo, uma análise que ultrapassa o que está dito e leva a perceber a importância de determinados fatos não só pela simples descrição, como também pelo silêncio e pela ênfase.

→ A opinião a respeito da utilização da história de vida, ou seja, do relato oral, engloba duas dimensões divergentes e problemáticas: uma, como já nos referimos anteriormente, refere-se ao seu caráter não objetivo; e a outra diz respeito a sua utilização como *um discurso mais verdadeiro*, freqüentemente empregado como prova ou como simples reforço do argumento desenvolvido pelo investigador. Ao registrar a memória não convém indagar se ela é verdadeira ou falsa, ou se pertence ao campo dos

dominantes ou dos dominados, pois ela transcende essas dimensões, e sua riqueza reside exatamente nessa complexidade. O fato da memória ser tomada como história não significa dizer que ambas sejam a mesma coisa, a história:

“...é a reinvenção do passado, sua construção feita por especialistas que se orientam não só pelas interpretações do imaginário coletivo, mas por um aparato teórico e metodológico mais sofisticado e que tenta dar conta desse passado com suas múltiplas significações...”(Durval Muniz ALBUQUERQUE JUNIOR, 1994:47)

“ A memória ... fala de si ou dos seus procurando encontrar uma estabilidade, identidade entre o passado e o presente, o passado é construído como uma lembrança do presente ... Enquanto a memória é um ponto de vista sobre o real; a história é um ponto de vista externo ao acontecimento.”(Idem, 1994:49)

O resgate elaborado através da história oral consiste no registro da memória voluntária dos personagens envolvidos na pesquisa através das entrevistas. Para Antônio Torres MONTENEGRO (1992:150) *o caráter singular de toda memória (mesmo coletiva) e a forma como esta se reconstrói a partir do olhar do presente fazem cada entrevista ter um significado muito próprio.*

A nossa postura aqui como um entrevistador empregando a história oral procurará se assemelhar a um *parteiro de lembranças*, tentando facilitar o processo que se cria ao resgatar as marcas deixada pelo passado na memória, destacando que a relação que se estabelece entre o sujeito e o passado (da memória) está em constante mudança, diferentemente da verdade.

Nesse sentido, empreenderemos uma análise sociológica, tomando para tanto o discurso de três diferentes gerações de mulheres donas de casa da área rural do Cariri Paraibano, visando registrar suas memórias a partir da percepção das alterações ocorridas nos papéis sociais por elas assumidos.

Em relação as nossas atividades em campo de pesquisa, estas se desenvolveram em duas etapas. A primeira etapa compreendeu de 7 a 20 de abril. Nesse período entrevistamos doze mulheres. Essas primeiras entrevistas aconteceram majoritariamente após uma visita prévia, visto que, sendo as informantes *donas de casa*, elas sempre demonstravam indiretamente que estavam *ocupadas* consistindo nossa presença em um transtorno para suas rotinas diárias. Dessa forma, costumávamos chegar em suas casas logo cedo e tentávamos nos familiarizar o máximo possível. Num primeiro momento, evitávamos ligar o gravador e as acompanhava em suas tarefas matinais, geralmente na cozinha. Durante essa etapa utilizávamos um diário de campo, no qual fazíamos todas as anotações possíveis, referentes a cada encontro (descrição das residências, mobiliário, convivência com familiares, com vizinhos e etc.), anotações, estas sempre feitas na ausência das entrevistadas.

Nesses encontros procuramos sempre esclarecer o objetivo da nossa visita, tentando mostrar que estávamos ali para aprender com suas experiências, deixando transparecer a importância que tinha cada acontecimento cotidiano de suas vidas e os seus *saberes*. Somente quando percebíamos que as entrevistadas estavam sentindo-se mais a vontade com nossa presença era que comunicávamos da necessidade de gravar as nossas conversas. Esse procedimento inicialmente, resultou em duas tentativas frustradas porque quando avisadas a respeito da gravação, as

mulheres bloquearam-se completamente, chegando a pedir-nos desculpas por serem tão *matutas* e não conseguiam mais ir adiante. Foi, então, que resolvemos utilizar primeiro a estratégia de conquistar-lhes a confiança e, só depois, utilizarmos o gravador.

Logo nas primeiras entrevistas, as informantes nos pediram para ouvir suas vozes no gravador, o que sempre foi motivo de muito riso para elas. Ao sentir que esta atitude lhes davam uma maior segurança sobre o que continha naquele *xafurdeiro* (como uma delas assim denominou o gravador), resolvemos continuar utilizando essa tática nas demais entrevistas, o que foi de grande proveito.

Após a realização dessa primeira fase da pesquisa, retornamos e passamos a nos dedicar a transcrição das fitas, etapa que levou aproximadamente um mês e meio. Nesse período, paralelamente, demos continuidade a leituras e discussão da bibliografia.

No período de dez a vinte de julho de 1994, realizamos a segunda etapa da pesquisa de campo. Nesse momento, voltamos a nos encontrar com algumas mulheres já entrevistadas, para complementar algumas informações. Estabelecemos contato com mais seis mulheres totalizando assim um montante de dezesseis fitas cassete gravadas.

As entrevistas, em sua grande maioria, norteavam-se pelos seguintes itens gerais e pré-selecionados: informações sobre o estado civil, idade, número de filhos, origem, características gerais da família anterior e atual, vida diária, relações afetivas (irmãs, pais, vizinhos, maridos e filhos), trabalho, diversão, religiosidade. Em todos esses itens procurávamos sempre atentar para as diferenças existentes entre as dimensões do *masculino* e do *feminino*, bem como as diferenças entre o passado e o presente. Apesar do

esquema prévio para às entrevistas, as conversas sempre ocorriam de forma espontânea.

3. A localidade

A realização da pesquisa de campo ocorreu no município de Cabaceiras, dada a familiaridade do pesquisador com a região, em vista do parentesco com pessoas do local. A escolha dos sítios Pelo Sinal e Poço Comprido do mesmo município decorreu da proximidade de ambas e do contraste que esses sítios revelavam, uma vez que o sítio Poço Comprido contava com benefícios como luz elétrica, escolas, clube, lavanderias públicas, que não se encontravam no outro sítio, o que conseqüentemente revelava uma diferenciação de estilos de vida e de atividades exercidas por mulheres e homens. Por isso mesmo, achamos importante assinalar alguns dos aspectos internos dessas comunidades para entendermos melhor as particularidades das famílias que ali convivem.

→ Segundo informações do Senhor Abílio de Paulino, natural desse município, a origem da comunidade ocorreu por volta de 1713, quando o tenente Domingos de Farias Castro, natural de Lisboa, casou-se com dona Izabel Rodrigues de Oliveira, filha de Pascássio de Oliveira Ledo, irmão de Teodósio de Oliveira Ledo, que comprou do sogro as terras na qual fundou a fazenda Cabaceiras, onde situa-se atualmente a cidade do mesmo nome. Dessa união nasceu Ignácio de Farias Castro que formou sua família e foi residir nas terras, que receberam o nome de Fazenda Santa Cruz, próxima a fazenda Pelo Sinal, denominação atribuída posteriormente

por sua filha Ana Clemência. Esta casou-se em 27 de novembro de 1787 com Thomas de Arquino Souza Barbosa, pais de Ignácio de Farias Cavalcante fundador de Poço Comprido².

O Sítio Poço Comprido e o Sítio Pelo Sinal, como são conhecidos atualmente, são separadas pelo rio Taperoá, que corta todo o município. Um dos aspectos que chama a atenção nessa região é a questão das estiagens prolongadas. Localizada na micro-região dos cariris-velhos, semi-árido nordestino, Cabaceiras possui o índice pluviométrico mais baixo do país. É a região, em média, que menos chove durante todo o ano, o que torna a sobrevivência nessa área bastante singular.

A origem do nome Poço Comprido, segundo os moradores, é muito antiga e se deve ao poço que se formava ao longo do rio após as enchentes. De acordo com os vizinhos, *o povo do Poço Comprido não se mistura*, o que significa dizer que eles formam de certo modo uma comunidade bastante fechada, com relação a questão dos casamentos que normalmente são contraídos entre as pessoas da própria comunidade.

Descendentes dos primeiros proprietários, os novos moradores do Poço Comprido, todos parentes, vão construindo suas residências no local a medida que se casam. Na sua grande maioria, não possuem título de propriedade ou qualquer outro documento referente a posse da terra. No entanto, aparentemente esse tipo de relação nunca criou conflito entre eles.

Nesse sentido, as novas gerações de moradores só possuem o local da residência, incluindo uma pequena área que a envolve, compreendendo o terreiro, e o local no qual se constrói algum pequeno

² Segundo o senhor Abílio de Paulino, que se considera um admirador do "tempo velho", as informações por ele aqui gentilmente cedidas foram colhidas de um livro chamado "Ramificação do Cariri Paraibano", de autoria de Tarcísio Dinoá, e de conversas que ele sempre "gostou de ter com o pessoal mais velho".

curral para o gado ou chiqueiro para cabras e/ou ovelhas. A economia local baseia-se na agricultura de subsistência (feijão, milho, jerimum e batata doce), e na produção de alho. Para o plantio, utilizam-se as terras à margem do rio, que normalmente são de propriedade dos moradores mais velhos que as emprestam ou *dão de meia*.³.

Atualmente, a agricultura e a criação de gado caprino, ovino, bovino e até mesmo de aves e porcos no Poço Comprido é praticada por apenas parte da população e representa muito pouco da economia. As famílias que ainda criam possuem em média uma ou duas vacas de leite, em alguns casos umas poucas ovelhas, e uma *sementinha* de galinha como dizem eles, para caracterizar o pequeno número (em média dez). Os aposentados, que constituem boa parte da população, dizem que essas atividades *não têm mais futuro*, e os novos tentam se empregar, conseguir trabalho remunerado. Boa parte dos homens geralmente procura conciliar o trabalho na terra com alguma outra atividade como as de pedreiro, marceneiro, motoristas, ou comércio (donos de mercearia).

O Poço Comprido na atualidade assemelha-se a um vilarejo, devido o crescente número de construções de novas residências cada vez mais próximas umas das outras. Em vista dessa concentração, o local conta com um clube de mães e um salão de festas, onde funciona uma associação que eles chamam de *clube de jovens*. Conta também com dois grupos escolares e duas lavanderias públicas, além de uma *grande* mercearia, uma pequena padaria e um campo de futebol.

³ O termo *dá de meia* foi empregado por duas de nossas entrevistadas, referindo-se uma parcela de terra localizada as margens do rio, por elas emprestada a moradores vizinhos por um curto período de tempo. A utilização dessa terra foi destinada ao cultivo de capim através da irrigação, para a alimentação de gado, podendo ser usufruído de igual modo tanto pelas proprietárias da terra como pelo produtor.

O Sítio Pelo Sinal, sua denominação, segundo os moradores, deveu-se a seqüência dos nomes dados a duas outras propriedades próximas que se chamavam fazenda Santa Cruz e fazenda Livre nos Deus numa referência as orações da religião católica. Está situado à margem direita do rio Taperoá e se encontra entre o Sítio Cruz de Alma e a Ribeira. Lá não encontramos uma comunidade de parentesco tão aproximada como no Poço Comprido. Entre as famílias residentes, o parentesco, quando existe, é distante.

Essa comunidade é formada, em sua grande maioria, por pequenos proprietários formalizados, ou seja, que possuem registro da terra. A agricultura e a criação ainda se constituem numa importante atividade, apesar do grande número de aposentados que gradativamente tendem a abandonar o trabalho no campo.

Mesmo como pequenos proprietários, todos os moradores do Sítio Pelo Sinal possuem terra para plantar agricultura e cultivar ração para as *criações*⁴, o que torna menos freqüente o emprego de homens e mulheres em outras atividades senão as tradicionais do campo, como o trabalho na terra e a criação. Esses moradores sentem-se discriminados pelas autoridades do município, sobretudo por não terem sido, em sua maioria, contemplados com a energia elétrica, já que os seus vizinhos da Ribeira e do Poço Comprido contam com esse benefício desde o ano de 1990. Segundo dona Maria de Joana residente no local, isso se deve ao pequeno número de eleitores que eles formam.

As diferenças existentes entre o Poço Comprido e o Sítio Pelo Sinal, segundo o que podemos perceber, se aprofundaram sobretudo na

⁴ No Cariri, denomina-se "criação" principalmente os animais de origem caprina e ovina, ou seja, os animais de pequeno porte, entretanto aqui estamos, assim como esses moradores fazem em algumas ocasiões, incluindo nessa categoria o rebanho bovino.

última década, e uma das justificativas encontradas pelos moradores do lado para explicar alguns dos *benefícios* dos quais gozam seus vizinhos da margem esquerda do rio, se deve a sucessiva reeleição para vereador de um de seus moradores.

Embora ambas as localidades estejam situadas em uma das regiões considerada mais seca do país, os moradores locais não sofrem tanto com a falta de água, que massacra populações de outras localidades do semi-árido nordestino, porque, mesmo seco, o rio Taperoá, que separa essas comunidades permanentemente verte água através das cacimbas que são cavadas em seu leito. Todavia, nos períodos de estiagens prolongadas, a vida desses torna-se ainda mais difíceis. Para aqueles que possuem animais, a escassez de alimentos leva-os a desfazerem-se quase que totalmente do rebanho, e os demais tem suas atividades praticamente estagnadas devido o declínio ainda maior da economia local.

Ambas as localidades, dadas suas características econômicas e climáticas, apresentam muitos problemas, destacando-se as secas duradouras, a escassez de terras e a desvalorização dos produtos característicos da região como o alho, que entre fins da década de setenta e início da década de oitenta obteve um grande impulso na sua produção e atualmente encontra-se praticamente extinto, não sendo cultivado mais nem mesmo para o consumo doméstico⁵.

⁵ Maiores informações sobre a produção de alho no Cariri Paraibano, mais especificamente no município de Cabaceiras consultar, Maria Elisabete PEREIRA (1990) e Maria do Socorro Pereira SANTOS (1992).

4. As mulheres



Sobre a vida das donas de casa, é importante registrar as diferenças existentes entre elas levando em consideração as gerações, os recursos de que dispõem e a comunidade a qual pertencem. Nesse sentido, podemos dizer que parte das mulheres, sobretudo do Poço Comprido, além do serviço de casa também trabalham fora, ou seja, dedicam-se a atividades relacionadas ao comércio como donas de bar, vendedoras de confecções. Outras, são empregadas pela prefeitura e trabalham nos grupos escolares como professoras, ou auxiliares de serviço. Outras, ainda, são costureiras. No entanto, o segmento, de mulheres abaixo de 35 anos de idade dedica-se quase que exclusivamente ao trabalho doméstico, que inclui o cuidado da casa, a preparação da comida, a lavagem da roupa e a lida com as crianças.

Já as mulheres do Sítio Pelo Sinal conservam em suas atividades um carácter mais tradicional, possivelmente devido a inexistência de uma *infra-estrutura* como a que salientamos anteriormente referente a comunidade do Poço Comprido. Nesse caso para essas mulheres o trabalho consiste, não do mesmo modo, mas também no cuidado da casa, do alimento, da roupa e dos filhos, acrescido do cuidado com a criação, o abastecimento de água e de ração, e do trabalho no roçado.

As ocupações cotidianas do segmento de mulheres que diríamos mais *moderno* diferem-se significativamente tanto do modo de algumas vizinhas da própria comunidade, mais idosas e sem nenhum recursos, como principalmente das moradoras do sítio Pelo Sinal. Um dos exemplo que podemos citar dessa situação diz respeito a atividade doméstica, mais propriamente a preparação da comida. Se aquelas mulheres, cujas atividades conservam um carácter mais tradicional, passam

por exemplo boa parte de seu tempo dedicando-se a cata da lenha, que torna-se a cada dia mais rara devido ao tamanho reduzido das propriedades, ao desmatamento e as secas, as demais dispõem em sua casa de fogão a gás, e fogões alimentados a carvão, que segundo elas *facilitam a vida*, e assim não gastam mais tanto tempo com a confecção do fogo, nem com a preparação dos alimentos, evitando também o *pretume* das casas proveniente da fumaça da lenha queimada. Acrescenta-se a isso o fato de algumas também já contarem com geladeira para conservação dos alimentos já prontos que, conseqüentemente, reduz ainda mais o tempo gasto por essas mulheres na cozinha.

No entanto, isso não significa dizer que estas últimas trabalhem menos ou mais que as outras, o que estamos querendo ressaltar são as mudanças ocorridas nas formas de trabalho em decorrência dos recursos proporcionados pela tecnologia e a modernização.

Os quadros demonstrativos abaixo visam mostrar exatamente as diferenças entre esses dois grupos de mulheres levando em consideração as atividades exercidas e os tipos de eletro doméstico que as mesmas dispõem.

1. **Quadro demonstrativo:**

1.1. Principal atividade ocupacional mencionada pelas donas de casa na atualidade:

Atividades	Número de Mulheres	
	Sít. Pelo Sinal	St. Poço Comprido
roçado	6	4
comércio	1	2
costura	-	2
professora primária	-	2
trabalho doméstico	7	11



1.2 - Utensílios domésticos que as donas de casa dispõem em suas residências:

Tipos de utensílios	Número de Mulheres	
	Sít. Pelo Sinal	Sit. Poço Comprido
fogão à lenha	2	6
fogão à carvão	10	1
fogão à gás	11	3
ferro à brasa	1	6
ferro elétrico	11	1
rádio a pilha	4	5
rádio à energia	6	2
máquina de costura	<u>8</u>	5
televisão preto e branco	5	1
televisão à cores	4	1
geladeira	7	1
liquidificador	10	1

Total de mulheres entrevistadas no Sítio Poço Comprido 11

Total de mulheres entrevistadas no Sítio Pelo Sinal 7

AP Antes porém de passarmos ao estudo propriamente dito, convém salientar que o emprego da categoria *dona de casa* originou-se do próprio discurso das entrevistadas e está sendo utilizada no sentido por elas atribuído ao termo, ou seja, referindo-se ao segmento de mulheres que,

independente de seu estado civil, são responsabilizadas de modo integral ou parcial pela administração e organização da casa e da família.

Tendo em vista a análise que pretendemos desenvolver, nosso estudo se apresentará dividido em três capítulos. O primeiro refere-se a uma reconstrução histórica, através da qual pretendemos exatamente perceber como ao longo dos tempos tiveram origem e se desenvolveram modelos de mulher, entre os quais destacam-se alguns modelos dominantes do feminino como: o da *mulher submissa e casta* pregado pela Igreja; o da *mulher sedutora* descrita pelo amor cortês; o da *mulher delicada e doméstica* exaltada pelo amor romântico; e por fim o da *mulher liberada* em oposição a *mulher subordinada* pregada pelo feminismo. Modelos que, embora suplantado por novos em um momento ou outro são requisitados para compor a feminilidade. Com base nessa exposição, o segundo tratará da sujeição das mulheres do Cariri Paraibano aos modelos dominantes do feminino, focalizando os meios através dos quais esses modelos tornaram-se disponíveis. O terceiro tratará exatamente da singularidade das mulheres que ultrapassaram os modelos, ou seja, daquelas que não se enquadraram e assim infringiram os padrões de normalidade e moralidade pré-estabelecidos pela sociedade em suas respectivas épocas.

CAPÍTULO I

MODELOS DE MULHER : DA IDADE MÉDIA A MODERNIDADE

Se acompanharmos o desenvolvimento das sociedades, desde as antigas até às atuais, vamos perceber, por parte destas, um permanente e contínuo investimento no sentido de controlar, conter, dominar, disciplinarizar no homem seus desejos, emoções e prazeres, com o objetivo de estabelecer um padrão ideal de comportamento.

Na Antigüidade esse investimento se exercerá através do domínio dos prazeres, condição necessária que concedia exclusivamente aos homens dos estratos privilegiados poder e status, consistindo propriamente num *estilo de vida*, numa *arte de viver*. Sob o cristianismo essa prática se dessimulará, regulamentada pela moral cristã, se transformará num dever incondicional para todos que desejassem obter a salvação da alma. Mas, é na modernidade que esse investimento se intensificará e assumirá a forma de um discurso da racionalidade com pretensões de estabelecer uma verdade fundamentada em princípios universais.(Michel FOUCAULT 1988)

A começar pela Idade Média, pretendemos analisar a partir de que base e utilizando quais instrumentos a Igreja produziu a *mulher submissa e casta*. Em seguida nos deteremos sobre o *amor cortês* e o emprego do desejo despertado pelas mulheres da aristocracia na domesticação dos jovens cavaleiros, além de ressaltarmos os contos de fada, que por sua vez expressavam os anseios das populações menos favorecidas, no caso os camponeses. Ainda nesse percurso nos deteremos sobre a modernidade, seus discursos filosóficos e os debates a cerca do afeto e da paixão, que

ensejaram o ideal do amor romântico, originando a mulher delicada e doméstica e o desenvolvimento do discurso feminista que em oposição a idéia de uma mulher historicamente subordinada deu origem a mulher moderna.

Entre os motivos que nos conduziram a selecionar os discursos da Igreja, o amor cortês, e os contos de fadas, para marcar alguns dos modelos de mulheres disponíveis na história, destacamos sua consistência e atualidade. Haja visto que, apesar de sua distância no tempo, ainda hoje podemos perceber com clareza a forte influência que os mesmos exercem definindo condutas e comportamentos sobretudo entre as populações de hábitos mais tradicionais, como aquelas residentes em áreas rurais ainda isoladas da mídia eletrônica, cujo mecanismo principal de socialização continua girando em torno da religião. O retorno à Idade Média, para marcar o início de nosso estudo, deveu-se sobretudo a marca do poder da Igreja, cujo discurso configurou-se numa primeira tentativa de se elaborar um modelo de conduta exclusivo e universal para as mulheres, modelo esse que sem grandes alterações ao longo de sua história permanece sempre atual. Dentro dessa mesma perspectiva prosseguiremos analisando os modelos de mulher na modernidade, entre eles o da mulher romântica, fruto da tão dessiminada literatura romanceada, e a mulher moderna amplamente divulgado por uma literatura, mais especificamente, de cunho sociológico.

1.1. A mulher submissa e casta

Ao buscarmos os modelos propostos pela Igreja, para a mulher, ao longo de sua história, nela não encontramos um discurso específico focalizando em separado papéis masculinos e femininos. Antes, como

propõe Ivete RIBEIRO (1989:143) *as questões da relação mulher-homem encontram-se embutidas nas suas propostas sobre família ou ainda nas singularizações do universal-transcendente*.

Essa concepção fornece uma importante pista para compreendermos a postura da Igreja em relação aos indivíduos. Nesse caso em particular, a mulher só é concebida a partir do contexto familiar mais propriamente no papel de mãe, *ao discutir a reprodução humana sempre a faz defendendo-a no interior de uma relação determinada: o casamento monogâmico e indissolúvel, com sentido unitivo-procriativo.* (Ivete RIBEIRO, 1989:151).

Entretanto, o casamento só passa a figurar como um *sacramento* da Igreja com a Reforma Gregoriana no século XI, em resposta a crescente onda celibatária nos segmentos da Igreja na Europa.

Antes, o casamento consistia em nada mais que uma cerimônia simples, realizada entre duas famílias, representada pelos homens (pais ou irmãos), na qual a mulher figurava apenas como um instrumento de negociação, que tinha como finalidade última a conservação do patrimônio.

Nesses termos, o casamento passa de um ritual privado para uma cerimônia pública, e a Igreja que por muito tempo considerou o casamento como *mácula, perturbação da alma, obstáculo a contemplação*, passa a legislar em seu favor, e mais que isso, institui uma moral para uma boa vida conjugal. Os eclesiásticos passam então a construir o edifício normativo da prática conjugal, ditando regras, marcando o lícito e o ilícito, e regulando a vida do casal até o leito, como descreve Georges DUBY (1989) nessa passagem em que um abade orienta uma condessa quanto aos seus deveres de mulher casada:

“...diz ele, na pessoa humana, a alma e o corpo. Deus é proprietário de ambos. Mas, segundo a lei do casamento que Ele mesmo instituiu, Ele concede ao esposo (da mesma maneira pela qual era concedida uma tenência feudal, isto é abandonando o uso e conservando sobre o bem um poder eminente) o direito que ele detém sobre o corpo da mulher (o marido esta assim na posse desse corpo, ele se torna o usufrutuário, autorizado a servi-se dele, a explora-lo a faze-lo dar fruto). Mas, ... Deus guarda para si a alma: Deus não permite que a alma para a posse de outrem” (Georges DUBY, 1989:33).

Segundo Georges DUBY, essa carta não tinha uma destinação íntima, ao contrário, fora escrita para circular, para que sua mensagem se difundisse como um sermão entre damas e princesas preocupadas com sua *frigidez e seus impulsos de desejo*.

A Igreja pretendia, com sua doutrina, regular a vida do casal desde a sua prática cotidiana até a manifestação de seus sentimentos, embora deixasse claro que era sob a mulher que deveria pesar a maior rede de vigilância, não só por parte da sociedade como por parte dela mesma. Por tratar-se de uma sociedade patriarcal, a Igreja concebia a mulher como mais um entre os patrimônios do homem e, para conservar as suas qualidades, se encarregava de assegurar a castidade e a honra das mesmas, não só antes como durante o casamento, evitando dessa forma que se corresse o risco de introduzir no seio da família algum filho bastardo.

O discurso da Igreja em defesa da família nuclear monogâmica sofreu poucas alterações ao longo da história do cristianismo. Ao contrário, pelo que podemos observar esses valores vem sendo reafirmados, e essa reafirmação se dá sobretudo através do investimento na imagem e nos

papéis femininos. Assim, no que diz respeito à Igreja no tocante ao feminino, poderíamos assinalar que, sem grandes alterações desde a Idade Média, a mulher vem sendo considerada sujeito apenas enquanto membro de uma relação familiar, e que, por conseguinte, seus papéis até então vem sendo definidos em função da maternidade, ou seja, da procriação devido seu caráter transcendente, enquanto que os demais aspectos afetivos e pessoais por exemplo continuam relegados ao segundo plano.

Somente após o período do segundo pós-guerra, no atual século, com o crescente controle populacional, a interferência do Estado nos assuntos familiares, e a concorrência de outras religiões mais tolerantes, é que a Igreja Católica começa a revisão de seus postulados como registra a *alocução de Pio XII (29/10/1951) Sobre o Apostolado das Partejas*. Rompendo com a tradição secular, a Igreja reconhece o direito dos esposos de decidir sobre o número de filhos sem por isso terem que renunciar para sempre as relações sexuais, *admite o Papa uma regulazione por razões médicas, sociais e econômicas. (Ivete RIBEIRO, 1980:145).*

De forma tímida a Igreja passa a considerar o próprio sujeito como transcendente. Daí importar-se com a relação entre os cônjuges, a *paternidade responsável*, admitindo um planejamento familiar pelos métodos naturais. A reprodução como fim primordial do casamento cede lugar ao bem estar social.

↳ Durante todos esses séculos a essência da doutrina católica com relação a mulher e as suas funções na sociedade permaneceram praticamente inalteradas, de modo que ainda na atualidade guardar a castidade antes do casamento, manter a fidelidade após, e dar origens a filhos são atributos e papéis extremamente positivos e requisitados das mulheres. No Cariri Paraibano, por exemplo, ainda hoje a virgindade para a moça é

considerada um bem que designa uma qualidade positiva, e simbolicamente garante um bom casamento, e os filhos por sua vez representam um dos propósitos dessa união, o que demonstra a atualidade desse modelo.]

1.2 - A mulher objeto de desejo

Os primeiros relatos que se tem conhecimento na Idade Média sobre a conjugalidade, segundo Georges DUBY (1989), datam do século XII e todos dirigiam-se para a alta aristocracia, provinham da literatura genealógica e dinástica e limitavam-se ao que as conveniências impunham então que se exprimisse. Além dessa literatura, como fonte de informação da época, o autor faz menção às obras romanescas.

As obras romanescas que nos dão conta do amor cortês surgem por volta do século XII e se constituem na expressão de uma nova mentalidade. Na verdade *esses jogos*, ou seja, os duelos simbólicos travados entre os cavaleiros e os senhores nos quais as damas se transformavam em objeto de desejo e juizes das disputas, como se refere o autor, serviam como uma forma de domesticação dos jovens, cuja sociedade procurava civilizá-los, uma vez que as rapinas e as pilhagens características das guerras medievais não se constituíam mais em alvos desejáveis e o casamento, que significava o fim dos laços de dependência com a família, ainda não era acessível a todas as camadas sociais.

Ao invés de uma invenção feminina o amor cortês, para Georges DUBY, era criação dos homens, que transferiram para seus divertimentos valores misóginos, desafiando os jovens a obterem domínio de si da maneira

mais humilhante possível, através da submissão a esse ser *naturalmente* inferior. Ainda que versassem sobre a relação homem/mulher, em vez de legitimar a conjugalidade, as obras romanescas tinham como fundamento o ressurgimento do Estado e o reforço de sua autoridade. Dessa forma, os senhores dobravam a cavalaria, asseguravam sua autoridade e reafirmavam a posição subordinada da mulher na sociedade. Do mesmo modo que a literatura genealógica e dinástica, a literatura romanesca estava destinada a manutenção do *status quo* feminino e da sociedade medieval.

Entretanto, apesar da imagem da mulher ser utilizada pela corte para instigar os desejos dos jovens e ao mesmo tempo domesticá-los, não podemos deixar de perceber a dubiedade desse processo, uma vez que as mulheres ganharam um novo status, mesmo que simbolicamente foram libertada dos seus claustros e se desprenderam da imagem santificada pregada pela Igreja.

Dessa forma, a manifestação do amor cortês se constituiu num passo para a transição do papel da mulher, que passará a incorporar, além das imagens atribuídas a ela pela Igreja, uma nova imagem, a de sedutora, aspecto profano que as possibilitava a utilização de uma nova arma no jogo entre o masculino e o feminino.

~> A sedução no entanto durante muito tempo foi pensada como uma tentação malefica associada ao pecado da carne e a fraqueza humana. Só com o advento do amor romântico e mais precisamente no século XX após a revolução sexual, é que esse aspecto passou a ser abertamente incorporado sobretudo pelas mulheres disvencilhando-o do peso que ele carregava.

→ Transplantado para a época moderna como um jogo de sedução muito mais apropriado ao feminino, percebemos a incorporação desse comportamento ou mesmo dessa “nova” tática pelas mulheres, inclusive por aquelas das gerações das *avós* no Cariri.

1.3- A princesa dos contos de fada

Recolhidos da tradição popular oral e publicados por volta do século XIX pelos folcloristas, os contos de fadas, ou histórias populares, embora excluídos por algumas correntes de pensamento da ciência é considerada por Roberto DANRTON (1986) como uma das poucas senão a única fonte capaz de conduzir o historiador etnógrafo ao universo mental dos camponeses da Idade Média e início dos Tempos Modernos. Embora para a sua versão escrita eles tivessem sofrido modificações, atendendo ao gosto refinado dos leitores da corte, acredita o autor terem os contos conservado sua estrutural original, possibilitando-nos conhecer a visão de mundo dos camponeses que não eram contemplados nem tinham acesso aos registros escritos.

Um exemplo dessa possibilidade pode ser constatado através da análise de inúmeras histórias infantis de origem remota ou desconhecida que até hoje povoam o universo das mulheres exercendo uma enorme influência na constituição da personalidade e do comportamento destas por todo o mundo, seja através da literatura e do cinema, mais comum entre as populações urbanas, seja pela transmissão oral ainda existente e mais freqüentemente divulgada entre as famílias residentes no campo.

Entre essas podemos destacar Cinderela, Branca de Neves, Rapunzel, ou mesmo as inúmeras histórias que falam de pobres

jovens abandonadas e desprotegidas que buscam na companhia de um príncipe valente, ou herói, encontrar a felicidade.

Originários da Idade Média, embora não tivessem os mesmos ensinamentos da Igreja, os contos de fada não deixavam de refletir um ideal de conduta construído em especial para a mulher, a partir dos valores morais e materiais das classes dominantes.

“... a medida que o príncipe lhe dirigia doces palavras de amorE quando finalmente o moço indagou se ela queria casar-se com ele. Rapunzel compreendeu que o casamento era o único meio de sair daquela prisão” (Paulo Matos PEIXOTO apud irmãos GRIMM, s/d:23).

Podemos situar os contos pelo menos nas versões do século XIX como uma evolução da história do casamento, na medida em que percebemos a ressalva aos laços afetivos que unem os jovens sem entretanto esquecer o aspecto material, que vem revestido pela nobreza do pretendente. Contendo ou não o aspecto afetivo, essas histórias expressam um desejo das camadas dominadas no período correspondente ao domínio do ideal cristão, fundamentado a partir da realidade difícil dos camponeses da Idade Média. Na história de Rapunzel, por exemplo, o pai troca a filha, antes mesmo desta nascer, por alimento; a menina passa então a ser criada por uma “bruxa” que a torna prisioneira. Um príncipe após vê-la crescida encanta-se com a sua beleza e torna-se a possibilidade de sua salvação e o sofrimento de Rapunzel de tanto transformou-a em milagrosa.. Dessa forma, a menina pobre obtém a compensação de todo o seu penar através do casamento tornando-se princesa e santa ao mesmo tempo.

Não apenas Rapunzel, mas também as demais histórias desse gênero fazem menção à bruxas, madrastas, príncipes e jovens abandonadas. Segundo Roberto DANRTON (1986), não poderia ser outro o cenário camponês nas aldeias medievais. Marcada pela miséria, a exploração e a fome, nesse universo proliferavam madrastas e crianças abandonadas em decorrência das condições de existência materiais dessas populações. O nascimento de mais um filho na maioria das vezes vinha ampliar a pauperização dessas famílias e, dessa forma, era comum o infanticídio, o abandono, a venda ou a troca de crianças por alimento e também a morte prematura das mães. Numa sociedade extremamente estratificada, na qual a ascensão social era praticamente impossível, só restava a essa população recorrer à dimensão afetiva, apelando para os encantos do coração e a fé, únicos caminhos possíveis e imagináveis para se conquistar uma condição de vida melhor.

A importância de resgatar os contos de fada aqui nos interessa por dois motivos. O primeiro diz respeito a possibilidade que ele nos dá de conhecer um pouco mais das visões de mundo das populações camponesas da Idade Média e o segundo, mais importante para nossa investigação, diz respeito a identificação entre as condições de existência dos camponeses da Idade Média e das populações carentes da atualidade, em particular o grupo por nós estudado.

No contexto atual, os contos de fadas encontram um ambiente propício, e, assim as moças tornam-se suscetíveis a esses ideais, de modo a procurarem seguir ou simular uma conduta que despertem no homem ao mesmo tempo desejo e piedade, possivelmente através da fragilidade, a ponto destes tomarem-se atraídos e as desposarem. Nessas circunstâncias, contos do passado encontram ressonância no presente, na medida em que,

por exemplo situações como a do casamento continuam funcionando como um mecanismo de solução para a vida de muitas moças, uma vez que as condições estruturais da sociedade não permitem a elas sobreviverem independente da ajuda dos homens.

1.4- A rainha do lar

O século XIX marca as transformações mais radicais no pensamento e no comportamento ocidental. Uma das formas de demonstração desse processo se dará através da construção do *amor romântico*. Idéia que em seu interior procurava conciliar preceitos tradicionais do cristianismo, com sua moral que condenava o prazer e apenas concebia o sexo para a procriação, e a filosofia dos iluministas que libertara o erotismo de toda moralização.(Peter GAY, 1990).

“ O “romance”, como foi entendido do século XVIII em diante, ainda possuía ressonâncias de concepções anteriores do destino cósmico, mas as mesclava a uma atitude que ansiava por um futuro livre. Um romance não era mais, como em geral havia sido antes, uma invocação de possibilidades especificamente reais em um reino de ficção. Em vez disso, converteu-se em uma via potencial para o controle do futuro, assim como uma forma de segurança psicológica (em princípio) para aqueles cujas vidas eram afetadas”.(Idem, 1990:45).

Com um caráter mais preciso no sentido de prescrever um comportamento condizente com o pensamento moderno, a narrativa que

formulava a idéia do amor romântico, pela primeira vez associava o amor à liberdade. Essa idéia, ao mesmo tempo que representava o resultado da nova atmosfera mental, serviu como instrumento legitimador da ordem política e econômica burguesa, na medida em que conseguia tão bem reunir sobre o mesmo ideal noções tradicionais e princípios inovadores. A divisão da sociedade em esferas pública e privada se constituía num dos principais momentos dessa esquematização que, por sua vez, encontrou no ideal do amor romântico sua legitimidade não apenas como decorrência da separação dos papéis sociais que este tão bem demarcou, como principalmente da conformação que propiciou em especial o lugar a ser ocupado pela mulher. A casa, através dos filhos e do marido, foi apresentada como instância de manifestação do feminino, a partir do que o seu papel foi definido em função e como um prolongamento de sua natureza.)

Mais que um papel, a domesticidade e a maternidade foram revestidas de um viés idealizado, apresentadas como estados normativos e de identidade da mulher. Assim, assistimos propagar-se pela sociedade ocidental a noção corrente que ensejava o afeto e a paixão e se configurava na relação conjugal, heterossexual que culminava com a reprodução. Embora o amor romântico se revestisse de uma idealização do ser amado, estava implícito que para o seu funcionamento era imprescindível um investimento criativo e inteligente constante das partes, aspecto que se contrapunha à idéia medieval de mulher passiva. Este por sua vez, também continha os preceitos de civilidade que traduzia-se numa evolução do indivíduo, através do refinamento dos hábitos e comportamentos, buscada na educação formal, inclusive para as mulheres.

Embora a doutrina do amor romântico correspondesse à idéia dominante de domesticidade da burguesia e representasse um dos fortes me-

canismos de disciplinarização, principalmente da mulher na sociedade moderna, ele foi, por outro lado, resultado do avanço das relações sociais possibilitando a criação de um novo modelo de mulher.

E como afirma Peter GAY (1990), os românticos foram um dos enunciadores do feminismo, ao registrar o pensamento de STENDHAL, que condenava os arranjos matrimoniais propostos pelas famílias tradicionais, vendo na alfabetização das moças e na valorização de suas inteligências a produção de espíritos livres e um investimento seguro para a realização de casamentos felizes.

“ A educação atual das moças se dá ao sabor do acaso e do orgulho mais absurdo. “ Ela “deixa ociosa suas faculdades mais brilhantes” “Concede-se que uma menina de dez anos seja vinte vezes mais esperta que um moleque da mesma idade. E por que ela se transforma, aos vinte, numa grande idiota, desajeitada, tímida, com medo de aranhas, enquanto o moleque se torna um homem espirituoso e inteligente?”

“ As graças das mulheres não estão de modo algum associadas à ignorância”.(STENDHAL apud Peter GAY, 1990:145)

O ideal do amor romântico, como mencionamos anteriormente, refletia o pensamento de sua época trazendo mesclado em suas páginas valores tradicionais e aspectos inovadores, como a racionalização dos papéis masculinos e femininos e, por extensão, a invenção da maternidade, da domesticidade, da infância e entre outras coisas a transformação do casamento em uma manifestação de amor.

↘ Como um modelo ainda em bastante evidência na atualidade, vemos se repetir no Cariri Paraibano a revelação do desejo das moças de

casarem e de se tornarem donas de casa terem filhos. Além disso, identificamos também a presença desses modelos quando detectamos, por exemplo, em alguns discursos de donas de casa, sobretudo com idade inferior a 40 anos, o desprezo em relação a atividades como as de roçado quando praticada por mulheres, associando-as ao domínio masculino e reafirmando a casa e as atividades a ela relacionadas como o lugar legítimo do feminino. Assim, dá-se a impressão de que qualquer ordem contrária a essa por elas apresentadas caracteriza-se como uma (des)ordem, um contrasenso oposto e avesso a própria condição de mulher e a uma suposta natureza feminina, legitimando, desse modo, a idéia que associa o feminino ao privado em oposição ao masculino e ao público.

→ Não podemos, todavia, da mesma maneira associar esse processo às alterações ocorridas nas relações sociais em decorrência da urbanização como fruto do processo de industrialização no século XVIII na Europa e meados do século XX no Brasil, visto que no campo há uma dificuldade maior em delimitar esferas públicas e privadas. Entretanto, podemos assegurar que de forma singular, ou seja, realçando suas especificidades, também assistimos no Cariri no momento atual uma demarcação maior em relação a épocas anteriores dos papéis masculinos e femininos.

1.5 - A mulher moderna

Como salientamos anteriormente, será durante o século XIX que o investimento que vinha sendo esquematizado desde a Antigüidade, no

sentido de estabelecer um ideal de comportamento para os indivíduos, se efetivará sob o discurso da racionalidade, cuja legitimidade será buscada na produção de saberes com pretensões científicas.

“... os filósofos vinham rearrumando a mobília mental desde os tempos de Aristóteles. Reordenar o trivium” e o quadrivium, as artes liberais e mecânicas, os studia humanitatis e todos os ramos do antigo currículo era um jogo favorito para os esquematizadores e sintetizadores, durante a Idade Média e o Renascimento ... Um impulso diagramático - uma tendência a mapear, delinear e “especializar” segmentos do conhecimento - alimenta a tendência do enciclopedismo “(Roberto DANRTON, 1986:250).

O Enciclopedismo se constituirá na síntese do pensamento herdado da Antigüidade e o princípio para o desencadeamento da modernidade. A esquematização, a demarcação de limites, o estabelecimento de fronteiras que pontuaram o pensamento moderno, uma “espécie de mapa mundi”. Segundo Roberto DANRTON *“...os enciclopedistas apresentavam a história como triunfo da civilização, e a civilização como trabalho dos homens de letras “.* Dos pensadores do início da era moderna aos especialistas da atualidade, *“... o conhecimento que se produziu no ocidente teve como objetivo separar, ordenar, gerir, produzir um indivíduo útil e dócil, inserir em sistemas de utilidade, regular, fazer funcionar para o bem de todos...”.* (Michel FOUCAUL, 1987:27).

O corpo feminino por suas inconstâncias e alterações será o primeiro sob o qual o saber moderno exercerá seu domínio. Através da ciência médica esse será comparado, analisado, dissecado e (des)qualificado.

Escapando a visão esquematizadora da ciência os excessos serão considerados anormais, e, portanto, submetidos à disciplina.

A começar pela invenção da bruxaria imputada às curandeiras e parteiras a partir do século XVI, o discurso médico aliado ao discurso inquisitorial, como assinala Jacqueline PITANGUY (1989), instala seu saber reafirmando a imagem negativa da mulher. A diferença da anatomia feminina pensada como inferior será o apriori da ciência médica em seu princípio.

A teoria da diferença biológica dos sexos, resultante do evolucionismo e do positivismo no século XIX, encarregaram-se de justificar as desigualdades sociais e culturais entre homens e mulheres. Na esteira do pensamento moderno, as teorias médicas se propunham a justificar o lugar da mulher na função de mãe, do ponto de vista da biologia, comprovação que afastava as mulheres da vida pública e as conduzia pacificamente para o seu destino natural, à domesticidade e à família. Todavia, essas teorias tentavam suavizar o discurso da incapacidade natural feminina na medida em que as colocavam desempenhando funções na família complementares as do homem na sociedade.

Michel FOUCAULT (1989:137) vê a ação do saber médico, sobre o corpo da mulher, como uma das conseqüências da implantação do “dispositivo da sexualidade”. *“A histerização das mulheres, que levou a uma medicalização minuciosa de seu sexo, fez-se em nome da responsabilidade que elas teriam no que diz respeito a saúde de seus filhos, a solidez da instituição familiar e a salvação da sociedade”*. O sexo passou, então, a ser a matriz das disciplinas e princípio das regulações.

Descrita como inferior biologicamente em relação ao homem, a mulher passou a ser vista como uma ameaça à sociedade se não estivesse

submetida à autoridade masculina. Quase que como uma compensação a sua incapacidade física e mental, instituiu-se o *culto à mulher*, a valorização do ideal de mãe e a idealização romântica do lar, a mulher passou a ser pregada como uma potência moral e civilizadora da espécie, devido a sua capacidade altruísta e seu *instinto maternal*.

“ *Na mulher domina, sobre o instinto sexual, o instinto materno, ou melhor, o apetite sexual decorre do instinto materno, enquanto que no homem o instinto paterno tem parte muito pequena no coito, em que aquilo que ele procura é o prazer*”.

“... *o instinto sexual da Mulher, pode-se dizer que não existe quase, de ordinário, a Mulher se presta, sacrifica-se as grosserias do homem, mas é fundamentalmente pura*” (Margarete RAGO, 1991:151).

Embora alguns pensadores divergissem quanto a capacidade da mulher mesmo para o *governo doméstico*, eram unânimes quanto a sua inferioridade biológica e seu destino maternal.

Esse pensamento era resultante de uma época de profundas transformações. A sociedade rural, característica da Idade Média, ou da era pré-capitalista, definhava e dava lugar a urbana. As cidades a cada dia aumentavam mais, as populações camponesas chegavam aos montes e traziam consigo, dentro do pouco que lhes restou, seus hábitos e valores, que por sua vez eram considerados rudes, grosseiros e que não combinavam com a idéia de modernidade. Por isso, era preciso *civilizá-los*, enquadrá-los à nova realidade.

Sobre a mulher, responsável pela geração da espécie, recaiu o maior peso desse adestramento. Em nome da saúde dos filhos, do futuro da instituição familiar e da preservação da sociedade, o corpo feminino passou a ser o alvo de uma política médica pública, e, dessa forma, foi minuciosamente analisado e regulado por uma política da sexualidade.

A civilização dos hábitos e comportamentos era o fundamento das campanhas de moralização do espaço público, um local que se tornou pequeno para reunir sob os mesmos olhares, *mulheres direitas*, jovens solteiras e prostitutas; homens honestos, vagabundos e marginais; crianças de família e moleques de rua; pessoas saudáveis e doentes. Era necessário por ordem, educar, separar, mas acima de tudo era imprescindível selecionar e descobrir uma forma de obter lucro com tudo isso.

O papel da dona de casa, esposa e mãe transformou-se não numa simples imposição, mas num direito atribuído e cobrado inclusive pelas próprias mulheres, a exemplo do que constatamos hoje no Cariri quando perguntamos às mulheres na faixa etária de 40 anos de idade sua opinião a respeito dos papéis exercidos por suas mães, e boa parte deixou a entender que *era um povo ignorante - naquele tempo as mães não tinha amor ... não sabiam cuidar direito dos filhos, ... não tinha informação ...*, ou seja, segundo as gerações mais novas *as mães de antigamente não sabiam exercer a maternidade de forma ideal* ⁶.

A definição dos papéis, como falamos anteriormente, não foi apenas uma atribuição externa. Ao contrário, foi essa inclusive uma das primeiras reivindicações do movimento feminista, como demonstra esse trecho da revista “O Sexo Feminino”, outubro de 1873, recolhido por Dulcília Helena BUITONE (1981:23), de uma ontologia norte-americana de textos relativos a mulher brasileira.

⁶ Entrevistas com dona Inês 35, Sítio Pelo Sinal, 10/4/94 e dona Dora 55, Sítio Poço Comprido, 15/4/94.

“Queremos a nossa emancipação - a regeneração dos costumes;

Queremos rever nossos direitos perdidos;

Queremos a educação verdadeira que não se nos tem dado a fim de que possamos educar também nossos filhos;

Queremos a instrução para conhecermos nossos direitos, e deles usarmos em ocasião oportuna ...”.

Tal qual os ideólogos revolucionários, as feministas do fim do século XIX proclamavam o restabelecimento da moral perdida diante das transformações estruturais da sociedade. Por outro lado, elas começavam a requerer o seu quinhão prometido pelo lema da igualdade dos direitos e liberdade. No entanto, suas reivindicações ainda eram tímidas e antes de mais nada reafirmavam o papel da mãe educadora, porém, de uma mãe racional, inteligente, moderna, atuante na vida social, em oposição a figura instintiva, ignorante, conservadora do passado.

Gerada do ideal da modernidade e tentando dar prosseguimento a noção de liberdade e igualdade em torno do fim do século XIX, surge uma literatura que se considerava propriamente crítica, e se especializava em discutir as condições históricas da mulher do ponto de vista das Ciências Sociais. Cansadas de esperarem ser beneficiadas pela política moderna e a promessa democrática e liberal de emancipação e igualdades universais, o pensamento feminista surge propriamente do questionamento ao rumo tomado pela teoria e prática moderna, que segundo elas, só fazia reforçar o lugar já ocupado pelas mulheres na sociedade, lugar esse que as tornavam um segmento subordinado.

Identificando da mesma forma que a teoria política, o público ao poder, a não ocupação dos espaços políticos e econômicos pelas mu-

lheres na sociedade moderna foi visto pelas feministas como uma continuação de sua subordinação histórica. Assim sendo, o pensamento feminista nascia entendendo que a emancipação política e econômica das mulheres seria a condição necessária para o combate a *opressão*. Embora o movimento feminista tenha começado de forma tímida, em pouco tempo ele ampliou suas fronteiras, sobretudo entre os segmentos intelectualizados configurando, dessa forma, um novo modelo de mulher, a *mulher moderna*, liberada e independente, que em oposição a *mulher romântica*, recusava-se a ficar restrita ao espaço da casa e a executar apenas o trabalho doméstico. O lar que até então tinha sido proclamado como o reino feminino passa a ser considerado uma prisão; ela quer trabalhar fora, ganhar seu dinheiro, mas e os filhos? e o marido?

Para se tornar uma mulher moderna tinha que superar esses *probleminhas*. Era preciso ultrapassar esse impecilhos, nos dias que se seguiam não era mais admissível ver a mulher restrita às atividades *desinteressantes* e acima de tudo *improdutivas* do lar.

Era necessário ocupar o espaço público, até então ocupado pelos homens, a esfera do poder, o político, o produtivo, o revolucionário, largar e condenar o privado ao desaparecimento, esse lugar responsável pela exclusão das mulheres da história, pela sua alienação e conseqüentemente pela sua subordinação.

A independência das mulheres dependia delas provarem que poderiam ser iguais aos homens, e como fazer isso se não executando as mesmas tarefas que eles, ocupando os mesmos lugares. O trabalho remunerado, de acordo com o discurso feminista nos seus primórdios tornou-se a medida de todas as coisas, e era através dele que se poderia senão resgatar como assim imaginavam, na medida em que davam a

impressão de ter havido um dia uma sociedade com as condições por elas agora almeçadas, pelo menos forneceriam os meios para a criação de uma sociedade onde homens e mulheres fossem iguais.

Assim como um dia o ideal do amor romântico, com a felicidade proporcionada pela relação conjugal, foi pregado como a possibilidade libertadora das mulheres se livrarem do jugo dos pais, no discurso feminista, o trabalho remunerado foi apresentado como o sonho libertador da opressão do casamento, e mais que isso, o fim da subordinação histórica da mulher.

A questão da mulher a partir da segunda metade do século XX tornou-se um dos temas mais discutidos, polêmicos e provocantes, sendo o impulsionador de um crescente número de publicações, pesquisas, debates e responsável pela formação de associações e pelo envolvimento de um número de mulheres cada vez maior com as causas políticas e sociais. O cerne dessas discussões dizia respeito a luta dessas mulheres pela conquista de direitos que historicamente lhes foram usurpados.

Tomar consciência da situação de subordinação histórica e social a que a mulher vinha sendo submetida e tentar superá-la, possibilitar a esse segmento o exercício da cidadania, garantindo a ele a disposição de suas potencialidades e impor o reconhecimento de seu valor constituía o lema dessa causa. O motivo dessa batalha era de conhecimento geral. Restava então saber, sendo o movimento feminista um acontecimento relativamente recente, como foi possível durante tanto tempo uma parcela tão numerosa da humanidade manter-se sob o domínio de outra sem se dar conta de sua condição?

O auge do movimento feminista coincidirá com a expansão da economia capitalista. E esse crescimento requeria um agenciamento cada

vez maior de mão de obra, no qual as mulheres foram incluídas. Em decorrência dessas transformações, a idéia de confinamento das mulheres ao espaço doméstico propagada no início do século começava a desfazer-se. A valorização do espaço público em detrimento do privado, do tecnológico em detrimento do artesanal, do urbano em detrimento do rural, do saber científico em detrimento do saber popular: essa era a lógica tanto do feminismo quanto do capitalismo. O movimento feminista, ao empurrar as mulheres em direção ao mercado de trabalho, impulsionou o desenvolvimento da economia capitalista, e, ao invés de combater a submissão a qual se propunham inicialmente, legitimaram a ordem capitalista e sobrecarregaram a mulher com a chamada *dupla carga de serviços*, ocorrendo, dessa forma, uma ampliação do processo que elas entenderam como *subordinação*. Mas não poderia ser diferente, visto que ele se fundamentava na ótica da filosofia moderna, como voltaremos a discutir.

Entre os fatores que propiciaram o discurso feminista podemos destacar a conjuntura material da qual resultou a produção dos eletrodomésticos e dos anticoncepcionais, que de certa forma promoveram a *libertação* ou liberação das mulheres das *maçantes* tarefas domésticas e de seu *inexorável destino procriativo*. Se, por um lado, o segmento de mulheres que tiveram acesso a esses *benefícios* (mulheres da classe média) não encontrou mais sentido para suas atividades anteriores, seus saberes e seu corpo, por outro lado, elas foram arrastadas pela onda *racionalista e cientificista* que acompanhava o desenvolvimento da sociedade moderna, e dessa forma foram levadas a refletir sobre uma realidade que nem sempre lhes dizia respeito. Por isso mesmo, elaboraram conceitos universalizando seus valores, tornaram seus ideais globalizantes e, como detentoras do *saber*, se sentiram com o *poder* de falar em nome das *mulheres*.

Nos dois últimos séculos assistimos a uma incansável busca do homem pela liberdade e conseqüentemente pela felicidade, felicidade essa que não deveria mais vir como uma promessa de paraíso, prometida pela fé cristã, e alcançada pelo esforço individual, mas uma felicidade coletiva, concreta, possível de ser atingida através da construção de uma sociedade justa e igualitária. Este estágio nos era apresentado como conseqüência da própria evolução das sociedades, embora coubesse aos indivíduos contribuírem para esse fim.

Esse pensamento traduzia noções da prática política moderna, que nos seus primórdios expressava o ideal democrático e liberal de emancipação e igualdade universal, baseado em princípios *utilitários* e *deontológicos*. Utilitários por definirem uma razão ética, determinando os meios mais eficientes para atingir um fim, no caso a felicidade da maioria. Deontológicos por estabelecerem uma razão especificamente normativa (Iris Marion YOUNG, 1987).

Esse era o apriori que estava na base das ciências humanas e que deu origem à epistemologia, um saber científico que se declarava neutro e o único capaz de promover o bem de todos, colocando-se acima dos interesses individuais, proclamando-se verdadeiro e funcionando em nome do público. Tal pensamento tomou forma através do ideário burguês, republicano e democrático e personificou o Estado Moderno.

Em decorrência, por muito tempo o discurso científico proclamou-se como o único saber verdadeiro, através do qual, empregando métodos e teorias apropriadas, poder-se-ia detectar problemas, investigar as causas e apresentar soluções, lógicas, racionais e de reconhecimento e validade universais. Dessa forma, a ciência colocou-se como a redentora na era moderna.

^q
 ▽ Em decorrência, por muito tempo o discurso científico proclamou-se como o único saber verdadeiro, através do qual, empregando métodos e teorias apropriadas, poder-se-ia detectar problemas, investigar as causas e apresentar soluções, lógicas, racionais e de reconhecimento e validade universais. Dessa forma, a ciência colocou-se como a redentora na era moderna.

De acordo com esse princípio, o indivíduo era visto como uma entidade dotada de potencialidades, possuidor de uma essência. Essa qualidade, sob a atual estrutura da sociedade, encontrava-se desvirtuada, negada, mascarada e cuja recuperação se daria através da consciência, da identificação .

Tanto a teoria política como a crítica a essa teoria, ambas com pretensões científicas identificaram o homem como uma *espécie de matéria inerte anterior e exterior às relações de poder*, e partiram do princípio de que o Estado constitui-se numa instância da qual emana todo tipo de poder. Para a teoria política, o poder que emanava do Estado se exercia como direito, em nome do sistema jurídico e era o que dava funcionamento ao corpo social. Para a crítica, o poder transgridia o direito ao mesmo tempo que legalizava a repressão exercida pelo Estado. Tornando-se, dessa forma, o responsável pelas desigualdades sociais, concedendo poder a uns e privando outros, gerando assim, as disparidades: ricos-pobres, opressores-oprimidos, fortes-fracos (Michel FOUCAULT, 1989).

↪ A soberania do Estado pregada pela teoria política identificou o público ao universal. Daí, derivou a distinção público associado ao Estado e portanto ao poder, privado associado as necessidades e desejos, ao corpo, submetido ao poder. Instaurou-se, então, o que Iris Marion YOUNG (1987) chamou de uma *divisão moral do trabalho*, identificando domínio público

através da incidência do homem sobre a natureza; e outra a da sobrevivência, feminina, doméstica, onde tem lugar a produção e a reprodução da vida humana.]

Segundo as feministas, a participação exclusiva em uma dessas esferas levaria o indivíduo a alienação visto que, para este se completar ele tinha que participar de ambas, pois na esfera da sobrevivência o indivíduo realiza-se enquanto ser vivo, mas o que realmente lhe dar sua dimensão humana é a esfera da transcendência, da produção.

Entendendo o poder como algo do qual nos apropriamos e concebendo o mundo dividido entre o público (dominante) e o privado (dominado), foi que as feministas formularam suas teorias pretendendo pôr fim ao que elas chamaram de subordinação histórica e universal da mulher. Para tanto, colocaram como premissa a ocupação pelas mulheres dos espaços até então ocupados pelo homem, para, dessa forma, obterem o poder que até então lhes havia sido negado.

Em síntese, o pensamento feminista assim como toda a filosofia moderna refletia a angústia do homem do século XIX, que, inconsolável com a percepção de sua finitude não conseguiu romper com a metafísica dos seus antepassados. Vendo-se não mais a imagem e semelhança de Deus, nem tampouco igual aos demais animais, produziu um novo saber que procurava dar à existência humana um significado, uma funcionalidade, através do qual tentava-se alcançar um estado ideal. Para algumas correntes de pensamento, esse estado seria a civilização, para outros o comunismo, ou ainda a república.

Enfim, diversas correntes de pensamento partindo do mesmo apriori tentaram dar diferentes respostas às questões propostas pela ética contemporânea. No entanto, o problema permaneceu, e não poderia ser

diferente, visto que a filosofia moderna instala entre outros princípios o da *imparcialidade* como característica da razão moral, e dessta maneira, segundo Iris M. YOUNG, de acordo com Theodor ADORNO, estabelece-se aí uma *lógica da identidade*, através da qual o pensamento procura ter tudo sobre o seu controle, eliminar toda incerteza e imprevisibilidade, gerando assim dicotomia ao invés de unidade:

“O ato de reunir partículas sob uma categoria universal cria uma distinção entre interior e exterior. Dado que cada entidade ou situação particular tem tanto semelhanças como diferenças em relação a outras entidades e situações, e tendo em vista que não são completamente idênticas nem absolutamente outras, a insistência em unificá-las em uma categoria ou princípio, inevitavelmente significa deixar de fora algumas das propriedades das entidades ou situações... Não satisfeita, pois, em admitir a derrota diante da diferença, a lógica da identidade impele a diferença e oposições normativas dicotômicas: essência-acidente, bom-mau, normal-desviantes. Todavia as dicotomias não são simétricas, mas formam uma hierarquia, segundo termo menos valorizado designa a sobre exterior” (Iris Marion YOUNG, 1987:72).

Nesse sentido, o movimento feminista em busca de sua legitimidade construiu o discurso da *identidade feminina*, “... supuseram as ‘mulheres’ como uma categoria homogênea; eram pessoas biologicamente femininas que se moviam em papéis e contextos diferentes, mas cuja essência, enquanto mulher, não se alterava” . Segundo Raquel SOIHET(1995), essa leitura contribuiu para o discurso da identidade coletiva que favoreceu o movimento das mulheres nos anos 1970.

Por tudo que aqui foi discutido, podemos concluir que os indivíduos são ao mesmo tempo sujeito e objeto de diferentes conjunturas sociais; que as mulheres vêm ao longo dos tempos incorporando imagens e modelos de feminilidade. Modelos estes que possuem origens precisas, mas que nem por isso são de todo suplantados, ao contrário, constantemente estão sendo atualizados, embora em determinados momentos alguns sejam evidenciados. Atualmente, o modelo ideal é o da *mulher independente financeiramente, moderna*. Entretanto, juntamente com esse convivem diversos outros como o da *mulher romântica, doméstica, sedutora*, atributos estes que vez por outra estão sendo solicitados para compor a própria idéia de feminilidade.

CAPÍTULO II

A SUJEIÇÃO AOS MODELOS: DO SEXO AO GÊNERO APRENDENDO A SER DONA DE CASA

O sexo, na atualidade, é um dos mais fortes argumentos para se marcar a identidade do sujeito, e a sua própria individualidade, como mostra Judith BUTLER (1987:142) ao referir-se ao pensamento de Monique WITTIG “ *...ao diferenciar bebês do modo que fazemos (indagando sobre certos traços anatômicos sexualmente diferenciados), recapitulamos a heterossexualidade como uma condição prévia para a identidade humana, e apresentamos essa norma constringente a guisa de fato natural*”.

→ Além do sexo, que se constitui como um definidor das identidades e naturalizador das diferenças, sobretudo, existente entre o masculino e o feminino, na sociedade moderna, a noção público/privado e as dicotomias pesado/maneiro, forte/fraco colocaram a mulher e a feminilidade a ela atribuída numa posição inferior nas relações.

Entretanto, como vimos anteriormente, nada disso se deu ao acaso. Ao longo da história assistimos ao surgimento de saberes que engendraram a idéia de família, infância e maternidade, cujo funcionamento passou a girar em torno da mulher. Ao se criarem essas instâncias, tentou-se cada vez mais restringir a mulher a agir em função desses eixos. Uma vez que a história se perpetua através da geração de novos seres, e esse domínio permanece até hoje sob responsabilidade exclusiva das mulheres, continuamos assistindo permanentemente a investimentos cada vez mais

sofisticados no sentido de controlar, disciplinarizar na mulher, o seu corpo, e através dele sua capacidade (re)produtiva.

O papel da mulher tem sido historicamente definido em função da possibilidade da procriação. Entretanto, sabe-se que os encargos derivados desse fato nada possuem de natural.

Nas sociedades humanas, como já falamos, a anatomia diferenciada dos sexos tem sido o item solicitado para marcar a separação entre o masculino e o feminino. Os órgãos genitais que representam a reprodução, por sua vez, têm consistido no marco desta divisão. Transportar no corpo uma nova vida é algo extremamente significativo. Porém, por si só, esse fato não define nem justifica a posição que se tem tentado imputar a mulher. Querer tomar o funcionamento do corpo feminino (menstruação, gravidez e parto) como definidor de suas funções é tornar uma questão social um fato natural. Em função dessa disciplinarização, vimos como se articularam diferentes modelos de mulher, entre eles o da *mulher submissa e casta* propagados pela Igreja; o da *princesa dos contos de fadas* e da *mulher romântica* disseminados pelo discurso popular e pela literatura ficcional; e o da *mulher doméstica* e da *mulher moderna* criado pelo discurso burguês.

Com base nesses diferentes discursos, que historicamente produziram diferentes modelos de mulher, pretendemos investigar nesse capítulo até que ponto a mulher do Cariri Paraibano utilizou-os para se construir; ou mais especificamente, a quais dentre esses modelos essas mulheres com maior regularidade se sujeitaram.

A investigação sobre a definição dos papéis sociais passa necessariamente pela compreensão do masculino/feminino em nossa sociedade. Uma vez que o gênero é uma categoria relacional, procuraremos

analisar, no Cariri Paraibano, a elaboração dessas instâncias com vistas a entender a construção de três diferentes gerações de mulheres, identificadas a partir do discurso das entrevistadas.

Ao constatarmos que as mulheres do Cariri para contarem suas histórias com frequência empregavam as noções de *tempo antigo* para recordarem as gerações de seus pais e de sua juventude; e a de *tempo de hoje*, para se referirem a atualidade, e a geração de seus filhos; pensamos em trabalhar a construção do feminino tomando como parâmetro três diferentes gerações de mulheres. Dessa forma, dividimos as entrevistadas em três categorias: primeira a das *avós*, mulheres acima de 60 anos; a segunda, a das *mães* com idade entre 35 e 60 anos; e a terceira, as das *netas*, abaixo de 35 anos.

Além das diferenças ressaltadas com relação às gerações, percebemos que o processo de construção da mulher no Cariri encontra-se dividido em três etapas distintas e complementares de suas vidas, divididas entre a infância, a juventude, e o casamento.

Nesse sentido, procuramos identificar cada uma dessas etapas visando a salientar as características que as definiam. Percebemos, assim que, na infância, ou seja, a fase na qual a mulher é denominada de *menina*, estavam presentes, sobretudo, as brincadeiras, porém esse estágio definiria-se principalmente em função do desenvolvimento biológico, no qual atribui-se a isenção de desejos sexuais, marcado pela inocência.

A segunda, na qual a menina torna-se uma *moça*, consistiria basicamente numa fase de transição, dividida entre as etapas da infância e da vida adulta. A menarca efetivaria a possibilidade da procriação, seria a fase dos namoros, daí toda uma mudança de comportamento e alteração das relações entre os indivíduos.

menina deixa o mundo de criança para adentrar o mundo dos adultos, algumas atividades mais *grosseiras* ou masculinizadas deixam de ser praticadas em função da feminilidade.

O terceiro e último momento seria pontuado pelo casamento. Esse consistiria num marco através do qual se efetivaria o modelo de mulher, ou melhor, era através basicamente do casamento que a maioria das mulheres do Cariri adquiriam a condição de *dona de casa*.

Além dos aspectos, marcados acima, relacionados à construção da *dona de casa*, procuramos traçar um perfil das funções ditas masculinas e femininas, com vistas a apreender a construção do feminino no Cariri.

E, nesse sentido, selecionamos os temas recorrentes freqüentes no discurso da maioria das mulheres entrevistadas. No que diz respeito ao masculino, foi por elas levado em consideração, em primeiro lugar, a questão do maior esforço físico empreendido na realização de tarefas, ou seja, o *trabalho pesado*, como: tirar ração, fazer canteiros, limpar mato ou *trabalhar na enxada, matar criação*, construir cercas e carvoeiras. Em seguida foi considerada a questão dos serviços realizados fora do espaço doméstico, ou os *serviços de fora*, que englobam os já mencionados e inclui mais especificamente as atividades de comércio. Também foi considerada função masculina dar *(de)terminação* a família, que significa a última palavra em relação ao destino que deveria ser tomado pelo grupo, além da manutenção financeira, ou seja, o sustento.

Sobre as funções femininas e as atividades atribuídas à mulher, salientou-se a questão do menor esforço físico, ou *serviço maneiro* como arrumar casa, fazer a comida, cuidar dos filhos, lavar roupa. Quanto ao trabalho no roçado, cujas atividades, segundo elas consistem mais numa ajuda, reduzia-se à sementeira, à colheita ou à participação *pequena* nos

demais serviços executados pelo homem; acrescida da responsabilidade pelos animais de pequeno porte como: aves, porcos, cabras e ovelhas, além do comando da casa (educação dos filhos e administração do orçamento doméstico).

✦ A análise por nós aqui proposta trata-se da investigação em torno dos *modos de sujeição*⁷ impostos à mulher diante do modelo ocidental de conjugalidade e fidelidade; fundamentados nos princípios de uma moral sexual reprodutiva. Para tanto, conduziremos nosso trabalho no sentido de identificar a construção do feminino através de instituições como a família, a Igreja, a escola, o rádio e a televisão.

Ao retomarmos os diferentes modelos de mulher, abordados no primeiro capítulo, poderíamos ser levados a pensar: uma vez que as mulheres, ao longo da história, sempre estiveram assumindo papéis, funções, comportamentos e desejos construídos por uma teia de relações, sociais, econômicas e políticas, com fins normativos e utilitários, em que se encontraria então sua dimensão individual.

Roberto MACHADO, sobre o pensamento de Michel FOUCAULT, fala que se tornou um hábito, na sociedade moderna, explicar o poder capitalista como algo que descaracteriza, massifica; o que implicaria a existência anterior de algo como uma individualidade com características, desejos, comportamentos, hábitos, necessidades, que seria investida pelo poder e sufocada, dominada, impedida de se expressar. Na verdade, o que ocorre é o contrário, uma vez que a própria lógica capitalista é uma lógica produtiva e que se mostra exatamente através da excessiva produção de novos saberes, poderes e relações⁸.

⁷ A maneira pela qual segundo FOUCAULT o indivíduo estabelece sua relação com uma regra e se reconhece como ligado a obrigação de pô-la em prática (Michel FOUCAULT, 1987:27)

⁸ In: Michel FOUCAULT, 1989:XIX)

Desse ponto de vista, o poder disciplinar, que se instala a partir do século XIX, não destrói o indivíduo como somos levados a imaginar, ao contrário, ele o fabrica. *“Atuando sobre uma massa confusa, desordenada e desordeira, o esquadramento disciplinar faz nascer uma multiplicidade ordenada no seio da qual o indivíduo emerge como alvo do poder”* (In: Michel FOUCAULT, 1989:XIX). Um dos efeitos dessa produção do poder e do saber é a invenção de personagens individualizados como o doente mental, o homossexual, a mulher estérica, a dona de casa e etc.

De acordo com Félix GUATTARI e Suely ROLNIK(1986:40), os modelos de comportamento emergem da subjetividade, processo cujas instâncias são as de toda produção social e material, que por sua vez é:

“... serealizada, normalizada, centralizada em torno de uma imagem, de um consenso subjetivo referido à sobrecodificação por uma lei transcendental ... que permite que ela se propague, a nível da produção e do consumo das relações sociais, em todos os meios (intelectual, agrário, fabril e etc.) e em todos os pontos do planeta”.

O que significa dizer que, sobretudo, com os recursos proporcionados pela sociedade moderna como a literatura, os meios de comunicações e etc, no caso por nós aqui estudado, é possível se conceber uma proposta, ou melhor, um ideal universalizante dos modelos de mulher. No entanto, esses modelos globais ou dominantes se cruzam com outros modelos mais territorializados ou locais cujo nó dá origem aos diferentes tipos de mulher donas de casa, processo que se mistura com as experiências particulares dando origem a individualidade. Nesse sentido, o indivíduo

sempre existe, mas apenas enquanto *terminal* consumidor de subjetividades. O que consiste em dizer que para as donas de casa do Cariri, embora nos diferentes momentos por nós aqui abordados o universo social, no qual estavam inscritos seus papéis, fosse o mesmo, as formas pelas quais elas os assumiram e os viveram em suas existências particulares, foram diferentes.

A subjetividade consistiria em “...*tudo que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeia*”. Nos sistemas tradicionais, a subjetividade segundo Félix GUATTARI e Suely ROLNIK (1986) é fabricada por aquilo que ele chama de *máquinas mais territorializados*, que se trataria do registro na escala das etnias, das corporações profissionais e das castas. Entretanto, e no capitalismo cujo nome dado por Michel FOUCAULT (1990) é de *poder disciplinar* que a subjetividade passa a ter uma produção industrial que se desenvolve em escala internacional.

A subjetividade seria os *modos de representação* do mundo, do qual não se tem como fugir. Entretanto, a forma pela qual os indivíduos vivenciam esse processo se encontraria dividido entre dois extremos. O primeiro se daria através de uma relação de alienação e opressão, na qual os indivíduos se submetem a subjetividade tal qual a recebe; e o segundo, através de uma relação de criação e de expressão, na qual os indivíduos se reapropriam dos componentes da subjetividade produzindo um processo de singularidade, que consistiria na frustrações dos mecanismos de interiorização dos valores capitalísticos e na afirmação de valores num registro particular independente das escalas de valores dominantes.

Nesse capítulo, pretendemos no entanto desenvolver exatamente a primeira parte da relação indivíduo subjetividade descrita acima, que consistiria basicamente na compreensão do processo de

sujeição das mulheres do Cariri Paraibano aos modelos dominantes da sociedade ocidental em geral, e do Cariri em particular.

2.1 - A menina

O aprendizado do ser mulher começa na infância e perdura por toda a vida. Assim, ao abordarmos temas relacionados à educação das crianças na atualidade, nos vem logo à mente a atuante presença da escola com relação à formação oficial, seguido da televisão e de sua influência em comportamentos, linguagem, constituindo-se na principal diversão dessa camada. Porém, nem sempre foi assim, e nem mesmo hoje em todas as sociedades essa regra sucede.

→ Ao observamos a construção da infância no Cariri, nas últimas oito décadas, percebemos mais efetivamente que somente a partir dessa última, a escola e a televisão passaram a fazer parte da vida da grande maioria das crianças desse universo.

Assim como a noção de educação transformou-se ao longo dos tempos, a própria infância como instância separada das demais etapas da vida nem sempre existiu, como nos conta Philippe ARIÉS (1981:50) sobre a representação da infância na arte medieval: *“No mundo das fórmulas românicas, e até o fim do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido”*. Segundo o autor, isso não se devia a incompetência ou a falta de habilidade por parte dos artistas, mas ao fato de não haver lugar nessa sociedade para a infância .

De modo semelhante, a separação entre o mundo dos adultos e das crianças, marcado por esse sentimento particular da infância tal qual o conhecemos hoje, não se enquadram a realidade descrita pelas duas primeiras gerações de mulheres por nós investigadas no Cariri, as *avós* e as *mães*.

Dona Maria de 56 anos de idade, por exemplo, ao lembrar de sua infância menciona a morte prematura de sua irmã de 7 anos de idade e faz a seguinte reflexão, “... *se fosse agora sei não ... eu acho que ela não tinha morrido*”. Ao ser perguntada por que ela achava isso?, respondeu: “*porque morreu em casa, ninguém levou pra canto nenhum, o povo daquele tempo era muito ignorante ... dizia leve pra Campina, - leve não, o deus de lá e o de cá, em casa ela fica boa, dar remédio ela fica boa, num vai não, num vai ninguém pra canto nenhum...*”. Inconformada, prossegue “... *houve sabe quantos minino? Teve 9 ou 10, criou eu e ela até os sete ano, ela morreu ficou eu só e S., de 14 filho criou dois; mas os velho daquele tempo, velho só não os novo também era muito brabo criatura*”⁹.

Dona Zefa de Abílio com 60 anos atualmente, a mais velha de seis irmãos, que perdera a mãe aos dezessete anos de idade, conta com orgulho como superou todas as dificuldades de uma vida muito pobre e sente-se hoje uma mulher *satisfeita*. Só não se sente ainda melhor, segundo ela, porque dos 17 filhos que teve só criou 5, e na sua concepção tal fato não era pra ter ocorrido “... *eu digo a A.(seu marido), eu tinha um bocado de minino aqui que morreu à mingua, ele diz - foi nada, eu digo foi, foi e eu tenho a maior pena, eu tenho a maior saudade dos meus filho que morreu...*” . De acordo com dona Zefa “... *hoje em dia é muito difícil morrer criança, e naquele tempo morria à mingua, num tinha remédio,*

⁹ Entrevista com dona Maria, 56 anos, Poço Comprido, 12/4/94.

num tinha doutor, ... só dava remédio do mato ...". Ela diz que queria ter criado tudinho, "*... o povo diz assim é muito bom que ta no céu ... mas se tivesse vivo era bom demais...*"¹⁰.

Com base na realidade atual, essas mulheres mostram-se inconformadas com o grande número de mortes de crianças no passado. Ao mesmo tempo seus discursos são reveladores do tipo de mentalidade expressa no sentimento de indiferença e conformismo diante da doença e conseqüentemente da morte na infância na época. Apoiados num ideal cristão que atribuía a Deus a responsabilidade pelo destino de todos, a morte de crianças muitas vezes era bem vinda, visto que para essa população *Deus sabe o que faz*. Assim, a morte ocorria para evitar um mal maior, livrando desse modo o próprio ser ou quem sabe a família de um sofrimento posterior.

Phillipe ARIÉS, em seu livro *História Social da Criança e da Família*, sobre a pouca importância dada a infância na Idade Média, revela o hábito que persistiu durante muito tempo no País Basco, de enterrar no jardim a criança morta sem batismo, no Nordeste brasileiro, especificamente, no Cariri Paraibano, encontramos essa prática, até aproximadamente a década de 50 desse século. Entretanto, acreditamos que a simbologia em nada se aproxima dos ritos antigos de oferendas sacrificiais nem tampouco se assemelha ao tratamento hoje dado a morte dos animais domésticos como indica o autor. Percebemos um conformismo acentuado nesse meio diante da morte prematura de crianças. Encontramos os túmulos próximos das casas enfeitados e com oferendas, dando-nos mostra da fé nos poderes desses seres *sem pecado*, por isso mesmo chamados de anjos.

¹⁰ Entrevista com dona Zefa de Abílio, 60 anos, Poço Comprido, 17/7/94.

Com relação ao tratamento dado à infância pelas gerações mais velhas no que diz respeito à morte, vale salientar a atitude das mães. No entanto, sem querer cair na idéia de uma natureza materna, o fato de serem elas as primeiras, pelo menos, a nível do discurso a não aceitarem tão passivamente quanto os homens a morte dos filhos, deve-se provavelmente a sua aproximação maior com estes, em decorrência de serem elas quem engravidam e que por sua vez socialmente tornam-se responsáveis pela criação.

Outra mostra da inexistência desse sentimento particular em relação a infância no Cariri pode ser constatado através dos inúmeros depoimentos que nos revelam a freqüência com que as crianças praticavam nessas épocas atividades atualmente exercidas convencionalmente por pessoas adultas:

“Eu comecei a costurar eu era muito novinha, eu fazia assim roupa na casa dos vizinho, até de ganho mesmo, eu costurava na casa de muita gente que tinha máquina...”¹¹.

“...na faixa de uns sete pra oito anos trabalhava no roçado, até ganhar dinheiro eu ganhei trabalhando ... limpar mato, panhar feijão, quando eu fiquei mais velha um pouco ganhei de panhar algodão, ia trabalhar pra ganhar dinheiro pra poder ajudar em casa”¹².

“... seis ano eu comecei a trabalhar eu me lembro, ai mãe ia - Oh Maria vai lavar os troço - eu era bem pequeneninha mesmo, era uma bichinha velha bem mal feita de corpo, buchuda,

¹¹ Entrevista com dona Zefa da Rocha, 40 anos, Poço Comprido, 17/7/94.

¹² Entrevista com dona Zefa de Abílio, 60 anos, Poço Comprido, 17/7/94.

*ai eu tomava conta de casa, de sete pra oito ano
ai eu comecei a carregar água da areia do rio*¹³.

Tanto as atividades domésticas quanto o *trabalho de fora*, no roçado, junto a criação ou mesmo as tarefas remuneradas eram executadas por crianças desde a idade de sete anos, fato que no presente tanto no Cariri como principalmente nos grandes centros urbanos passa a ser considerado como uma exploração. Ou melhor, uma violência contra o menor, visto que, de acordo com os padrões modernos, a infância deve ser uma fase dedicada à diversão, ao estudo e às práticas esportivas e não à responsabilidade do trabalho doméstico ou produtivo.

→ Além disso, podemos identificar em relação ao mundo infantil uma outra questão: a ausência de diferenciação entre o mundo dos meninos e o mundo das meninas, o que vai resultar no fato das esferas pública e privada se confundirem no que se refere ao *trabalho doméstico*, e ao *trabalho produtivo*. Com relação a esse último ponto, dona Maura, de 53 anos de idade diz que na sua infância não havia diferença entre serviço de casa e serviço de fora. Segundo ela, “... *naquele tempo era serviço de casa, era serviço de fora, era tudo pra fazer* e acrescenta que “ *as meninas pequenas trabalhavam muito, pra trabalhar fora, ajudava principalmente cuidar em alho por que era um serviço muito trabalhoso*”. Já dona Maria diz que com relação ao trabalho as mulheres “... *era mesmo que macho ... fazia o que macho faz...*”¹⁴.

No entanto, aos poucos, vamos percebendo o desenvolvimento e uma lenta separação e delimitação dos espaços. E, desse modo, para as *avós*, nas suas lembranças de infância fazem parte caçadas

¹³ Entrevista com dona Fátima 38 anos, Poço Comprido, 16/7/94.

¹⁴ Entrevista com dona Maura, 53 anos, Poço Comprido, 12/4/94.

de borboletas, pescarias e as andanças pelo mato; da mesma forma que os meninos. As *mães*, mulheres com idade entre 35 e 60 anos, já recordam das brincadeiras de rodas, dos pastorios e das brincadeiras de anel, que reuniam, várias crianças, em seu maior número meninas. Também brincava-se de boneca, admitem as entrevistadas, só que estas eram fabricadas por elas mesmas, utilizando-se de ossos de animais, de retalhos de tecido e dos brotos das espigas de milho. As *netas*, mulheres com idade inferior a 35 anos, por sua vez, lembram-se das brincadeiras de casinha, de cozinheiro, de boneca, diferentemente dos meninos que se ocupavam com as brincadeiras de bola e carrinho.

Através das brincadeiras e dos tipos de brinquedos utilizados por essas três diferentes gerações de meninas, percebemos as mudanças que vinham sutilmente ocorrendo e conseqüentemente alterando o comportamento, os valores, e os ideais dessas futuras donas de casa. Embora a brincadeira na infância se constituísse numa das principais dimensões da vida, na medida em que ela em grande parte reproduz e projeta o mundo adulto, não era apenas através dela que no Cariri se inscrevia a diferença entre meninos e meninas. Na relação com a família, esse aprendizado se manifestava na relação com os diversos componentes que forneciam subsídios para a aquisição de uma identidade. Desse modo na relação com os irmãos, as meninas aprendiam que não apenas existiam brincadeiras de meninos diferentes das brincadeiras de meninas, mas que todo o seu mundo seria exatamente pontuado por esse antagonismo.

Embora tenham, sido poucas as mudanças estruturais no Cariri que marcaram as diferenças entre as duas primeiras gerações de mulheres por nós aqui registradas, notamos em relação à geração das *mães*, uma socialização maior destas quando crianças. Processo decorrente prova-

velmente da própria aproximação das famílias através do aumento do número de residências, e possivelmente também, do aumento do número de escolas. Isso, ao que parece, permitia as crianças brincarem juntas, diferentemente da geração das *avós*, cujas brincadeiras davam-se principalmente entre irmãos, meninos e meninas de uma mesma família. Esse movimento permite-nos falar que, a princípio no Cariri praticamente não existia diferença entre brincadeiras de meninos e de meninas. Com o aumento do número de famílias as brincadeiras antes individuais passam também a ser socializadas. No entanto, é propriamente com relação à infância do *povo de hoje*, ou seja, das *netas*, através, sobretudo, da introdução de brinquedos industrializados, bonecas para as meninas e bolas de futebol e carrinhos para os meninos, que percebemos uma nítida e acentuada divisão entre brincadeiras masculinas e brincadeiras femininas, ou mesmo entre brinquedo de menina e brinquedo de menino.

O aumento do número de residências, favorecendo a convivência em comum das famílias, como demonstra o depoimento a baixo de dona Fátima de Abílio de 38 anos de idade, leva-nos a concluir que a relação com a vizinhança passa a se constituir também numa importante instância de delimitação dos comportamentos .

“ Eu tenho muito cuidado porque nesse lugar tem mais menino do que menina , eu ensino a ela se comportar , num sair pra certos canto, porque menino e uma peça muito perigosa, ai e digo a ela cuidado; - e ela - mãe num recomenda ele? (o irmão) Eu recomendo também, mais ele já é homem, como diz a história, ele já tem que se criar naquele estilo ... o interessante e saber se comportar, saber sentar, saber conversar ... ”.

↳ A partir da socialização cada vez maior dos grupos familiares, percebemos uma preocupação crescente com a demarcação dos comportamentos e a separação dos espaços a serem ocupados por meninos e meninas, sobretudo por uma questão moral. Esta atenção especial dedicada ao comportamento das meninas poderia ser identificada como a manifestação no Cariri da acentuada moralização e diferenciação de comportamentos entre masculino e feminino, tão bem demarcada e propagada pelos segmentos ordenadores das relações sociais e dos espaços públicos característicos do século XIX na Europa, e da urbanização de um modo geral na época moderna.

Além das brincadeiras, o trabalho no Cariri foi observado como um outro importante espaço de construção desses futuros homens e mulheres, e assim desde cedo eles começavam a ser iniciados pelos pais nas funções tradicionais identificadas com os papéis masculinos ou femininos. A menina “... logo nova começa cuidar de criança ... fazer a luta de casa e trabalhar no roçado” .

“... com oito anos eu tomava conta de tudo de casa, Não alcançava lavar os troço na beira do fogão, eu panhava uma gamela ... pra puder lavar os troço...”¹⁵.

“Desde de idade de cinco anos eu trabalhava em casa,... mamãe tinha E., ela ia lavar roupa e eu era quem ficava em casa cuidando dele e das coisa de casa...”¹⁶

Através das mães, as meninas eram introduzidas no trabalhos domésticos ou feminilizados *logo cedo*, como elas dizem. Tomar conta de

¹⁵ Entrevista com dona Maria de Joana, 28 anos . Sítio Pelo Sinal, 9/4/94.

¹⁶ Entrevista com dona Valdimira, 55 anos, Sítio Pelo Sinal, 12/7/94.

casa, lavar louça, cuidar dos irmãos menores, eram tarefas que elas iam praticando, identificando-se e tornando-se cada vez mais parecidas com suas mães. Enquanto os meninos iam identificando-se com os pais, na medida que os acompanhavam nos trabalhos do roçado, junto à criação, nas tarefas masculinizadas. Ao mesmo tempo em que essa aprendizagem ia se dando, meninos e meninas iam cada vez mais se tornando distintos, tanto no que diz respeito às práticas ou atividades por eles exercidas quanto pelo comportamento que adquiriam, o que implicava na discriminação daqueles que exercessem atividades trocadas, ou seja, não identificado ao seu sexo.

Com relação as atividades exercidas pelas meninas, é importante ressaltar que estas eram introduzidas no trabalho doméstico muito mais cedo que os meninos no roçado, o que provavelmente se dava em decorrência da necessidade que tinha a mãe de exercer atividades fora de casa, como no roçado, por exemplo; tendo sua força de trabalho doméstica substituída pelo trabalho infantil, o que vem de certa forma reforçar a idéia, nesse primeiro momento, do pouco valor atribuído à dimensão privada, ou trabalho doméstico e a infância.

Desde cedo as meninas, assim como acontecia com as suas mães, particularmente no Cariri, começavam a adquirir alguns pequenos animais como galinhas, cabras e ovelhas, geralmente presenteadas pelos pais, parentes e padrinhos, e criá-los visando conservar uma *sementinha* para o futuro. Dona Ivani diz que “... *ainda hoje com 54 anos ... tenho criação proveniente desse dinheiro...*”. Vinte cruzeiros que seu padrinho lhe presenteou no dia de seu batizado, com 22 dias de nascida; “... *e meus pais nunca acabou, toda vida, eu fui crescendo e conservando...*”¹⁷.

¹⁷ Entrevista com dona Ivani, 54 anos. Sítio Pelo Sinal 9/4/94.

No Cariri, no entanto, a princípio, mais especificamente na época relativa a infância das *mães* e das *avós*, não era apenas através do serviço de casa que as meninas incorporavam um comportamento feminino. Era comum entre as mais velhas, meninas com idade superior a oito anos praticar o cultivo de produtos como o alho, a cebola e a batata; que, por sua vez, eram plantados separadamente dos da casa. Embora, normalmente, essa produção tivesse a administração do pai, a sua destinação última ou principal era a venda cujo dinheiro obtido era voltado ao atendimento das necessidades das filhas e a aquisição de objetos de uso pessoal, como perfumes, roupas, calçados e etc. Apesar dessa prática também ocorrer entre os meninos, segundo as entrevistadas, as meninas tinham mais interesse em *lucrar* porque elas eram mais *vaidosas e caprichosas*.

A grosso modo, o trabalho de casa é associado ao feminino, enquanto o trabalho do roçado é associado ao masculino. No entanto, não podemos aplicar essa norma indistintamente sem levar em consideração o contexto e o momento histórico. Como diria Claudia FONSECA (1992:123) *“ a dicotomia conceitual mulher/casa homem/rua ... particularmente bem adaptada a progressiva separação dos espaços feminino e masculino na família burguesa do século XIX, deve ser aplicada com cautela em outros contextos ”*.

Todavia, em relação as atividades fora do espaço doméstico com fins lucrativos desempenhado pelas meninas no Cariri e as crianças de um modo geral, diríamos que tinham um caráter equivalente aos designados por Beatriz HEREDIA (1979:110) aos *roçadinhos*, cuja finalidade, *“... seria a de promover a socialização dos membros da unidade, tanto no que diz respeito à aprendizagem como ao comportamento, constituindo também numa forma de internalização das normas do grupo, preparando-os fundamentalmente para a unidade que cada um deles constituirá no*

futuro". Entretanto, hoje no Cariri, percebemos que ao invés das mães introduzirem os filhos na vida do campo como ocorria com as gerações anteriores, das *mães* e das *avós*, cada vez mais elas almejam para os filhos e crescentemente também para as filhas um emprego remunerado, daí o interesse em que os filhos estudem. Para dona Zefa da Rocha de 40 anos de idade " *Sem o estudo a vida ... no sítio não é difícil se tiver vontade de trabalhar*", mas segundo ela " *... o povo novo de hoje nem todos tem vontade de trabalhar, ... nem todos tem coragem de enfrentar o pesado ... se quer um trabalho mais manero, uma coisa mais fácil tem que ter conhecimento ...*"¹⁸.

O maior contato com as cidades, centros disseminadores de culturas e de modelos, inclusive o que associa o urbano ao moderno e o rural ao atraso, conduz as mulheres a desejarem para seus filhos, no futuro, atividades *leves, limpas, mais fáceis* e que dêem dinheiro. A cidade passa a ser vista como lugar dos jovens em oposição ao campo, lugar de velho, que assim como eles, não possui mais futuro. E assim os modelos racionais, como os da *rainha do lar* e da *mulher moderna* lentamente passam a fazer parte desse universo, de modo que, notadamente, percebemos essas populações, além de outros aspectos, incorporando a idéia de que trabalho e criança não combinam. Daí, praticamente não se encontrar, junto às novas gerações, meninas trabalhando de uma forma tão acentuada, nem nos mesmos serviços, nem com os mesmos propósitos, o que nos dá mostra o depoimento das mulheres mais velhas, ou seja, com idade superior a 35 anos. As atividades desempenhadas pelas meninas de hoje reduzem-se na grande maioria aos casos de trabalho de casa, ou seja, doméstico, acrescido

¹⁸ Entrevista com dona Zefa da Rocha, 40 anos. Sítio Poço Comprido 15/4/94.

do estudo, que se torna a cada dia mais presente na vida dessa geração, apresentando-se como uma necessidade.

Nesse sentido, vemos nitidamente a substituição de um modelo de *mulher rústico* e indefinido que se movia livremente entre os espaços da casa e do roçado, por um novo modelo, o da *mulher doméstica*, cujo espaço de atuação passa a ser quase que exclusivamente o da casa. Ao mesmo tempo, assistimos se projetar, através da escola, os segmentos mais jovens o desejo de se incorporar um modelo ainda mais atual, o da *mulher moderna*.

Apesar da ênfase atribuída pelas gerações das *avós* e das *mães* ao trabalho, como importante dimensão através da qual as crianças incorporavam os papéis de acordo com o sexo biológico, existiam outras instâncias nas quais se expressavam marcadamente também essas diferenças, como, por exemplo, as diversões.

Entre as diversões na infância, das quais as *avós* e as *mães* relembram com maior entusiasmo estão os passeios e as visitas a casa dos vizinhos, “ *se juntava no domingo saía assim ali pro Poço Comprido, tinha a casa de compadre P., tinha a casa de S. R., era as casa que a gente tinha diversão de ir, porque ele vendia miudeza, tinha uma merceariazinha, ele gostava muito de chamar o povo pra cantar ... cantador...*”. Dona Miúda, dez anos mais jovem que dona Ivani, também se refere a esses locais de encontro - “... *no domingo a gente se juntava pra brincar, passear aqui de uma casa pra outra ...*”¹⁹.

Esses encontros se davam, sobretudo, nas residências onde funcionava alguma venda (mercearia), na qual residia algum tocador ou nos locais onde tradicionalmente se realizavam as rezas e novenas. Essas casas,

¹⁹ Entrevista com dona Miúda, 42 anos. Poço Comprido 11/4/94.

normalmente aos domingos, tornavam-se pontos de encontro da vizinhança, reunindo crianças e adultos, solteiros e casados, homens e mulheres. Nesses locais as meninas tinham oportunidade de se unirem com outras da mesma idade para brincarem de roda, de anel, e não muito raro juntavam-se aos jovens e aos mais velhos para dançarem forró. Como diz dona Terezinha de 64 anos: “...naquele tempo a gente dançava por brincadeira na casa de J. S. T., tocando num violão ... era mulé com mulé, até home com home, ... penso que abastava até um triângulo e um reco-reco a gente dançava ... por brincadeira ... ”²⁰.

Embora percebamos que nos últimos cinco anos todo esse espaço de conversação e de diversões tenha perdido lugar para a televisão, ainda hoje podemos notar que nos locais onde funcionam as vendas, as pessoas continuam se encontrando, sobretudo, para se manterem informados sobre os acontecimentos locais e até mesmo para assistirem televisão, visto que esses comerciantes são os primeiros que têm interesse e uma melhor condição financeira para adquirir tais aparelhos e manter dessa forma sua freguesia por perto.

Ao nos referirmos à construção dos papéis masculinos e femininos, ressaltamos no primeiro capítulo a importância da religião na elaboração, divulgação e cristalização dos valores. Entretanto no Cariri, como uma sociedade relativamente tradicional e fundamentalmente cristã, não poderíamos deixar de perceber a sua marcante presença na afirmação das diferenças entre os gêneros manifestada, sobretudo através da definição de comportamentos distintos entre meninos e meninas principalmente nas etapas correspondentes à infância das gerações das *avós* e das *mães*.

²⁰ Entrevista com dona Terezinha 64 anos, Sítio Poço Comprido, 13/4/94.

Nesse sentido, além das rotineiras formas de manifestação da vida religiosa como as missas mensais, as novenas, as rezas, as orações ensinadas pelos os pais, que se norteiam pelos ensinamentos cristãos baseados na existência e valorização da família, constituída pelo modelo heterossexual, fundados numa relação hierárquica, as crianças mais precisamente através do batismo, da primeira comunhão e da crisma, aprendiam quais deviam ser seus papéis aqui e a forma de exercê-los satisfatoriamente, como meio de manter a ordem “natural” das coisas. Já a influência transmitida através da religião para as crianças de hoje é bem menor. Dona Fátima diz que “... *toda vida rezava ali na casa de T. , ia jovem, ia criança, e hoje num vem ninguém ... que tem o Fantástico (na televisão),... ai vamos acompanhar o Fantástico ai perde a celebração...*”. Na medida que surgiu a televisão os acontecimentos religiosos perderam em muito a sua importância, e as funções tanto doutrinal como social.

2.2- A moça

Diferentemente da construção da menina a construção da moça no Cariri se efetiva propriamente a partir da menarca.

“De quinze pra dezesseis anos eu fui moça ... eu era tão inocente que eu não sabia, ... trabalhando e morrendo de doente ... que danado é isso? e corria pra dentro d’agua tomar banho denovo ... e quanto mais lavava mais ... só faltava derreter, ai foi que uma

*moça me ensinou; com dezesseis anos hoje todo mundo sabe, eu num sabia”.*²¹

O desconhecimento, ou a *ignorância* como preferem algumas mulheres, em torno dos assuntos que diziam respeito ao funcionamento do corpo feminino marcou a vida de muitas moças principalmente das gerações das *mães* e das *avós*.

Essa ausência de informações em torno dos acontecimentos relativos ao funcionamento da anatomia feminina como por exemplo, a menstruação envolvia-a de mistérios e mitos. Inclusive reforçava a afirmação da fragilidade e inferioridade da mulher diante do homem, assegurando que nesses dias as moças não deveriam pegar peso, tomar banho, sol ou *comer melancia*.

A partir desses fatos e dos ensinamentos e crenças que giravam em torno de assuntos como a sexualidade, muitos dos quais ainda presentes na atualidade, a moça começava a se perceber diferente das meninas e desejadas pelos homens. No entanto, a percepção dessa mudança também era visualizada pelos pais que passavam conseqüentemente a tratá-las diferente, dedicando grande atenção, sobretudo, nos acontecimentos que as colocavam diante dos rapazes como, por exemplo, as festas. Para ir às festas “...era mais as mães que ia elas tudinho, e se causo a mãe num fosse ia mais aquela outra mais velha, uma amiga da vizinhança e recomendava ... pra ter cuidado...”.

~A A sociabilidade das moças, principalmente, das pertencentes às gerações mais velhas era cercada de cuidados especiais”... *outra moça num*

²¹ Entrevista com dona Zefa de Abilio.60 anos. Sítio Pelo Sinal. 9/4/94.

era companhia de outra moça não". Como diz dona Izabel "... *se fosse duas moça tinha que ter uma menina ou um menino, porque se o menino ver dizia as coisa , e as moça tinha segredo de uma pra outra*". Essa atenção especial voltada para esses segmentos ficavam a cargo das pessoas mais velhas e *de confiança*, dos pais, haja visto que os jovens indistintamente do sexo eram olhadas com desconfiança²².

Se, por um lado, constatamos que antigamente mulheres das gerações das *avós* e das *mães* quando meninas não estavam tão presas ainda à divisão masculino feminino, quanto às gerações subsequentes, quando moças dava-se o contrário. Desde a geração das *avós*, a sua vida era inteiramente pontuada por essa separação. Daí que "... *moça era pra ta em casa...*". O masculino passa a representar não apenas um contraponto para construção da moça, do qual ela deveria procurar diferenciar-se, adotando um comportamento mais pacato, caseiro, delicado, como também uma ameaça. Na medida em que a mulher se tornava biologicamente apta para constituir família, o homem passava a representar um ideal através do casamento, no entanto, fora dele, tornava-se um perigo.

Daí a importância das filhas serem *obediente(s)* aos pais, pois como conta dona Ivani de 54 anos "... *o cuidado deles era pra ela num ser debandada no mundo ... num ficar ... mulher solteira ... ficar abandonada, ficar desprezada ... Pra ter cuidado com os rapaz pra depois num sair depondo, pra não destraviar*".

O comportamento da moça passava a ser totalmente controlado, como prossegue dona Ivani "... *nunca usei vestido sem manga porque papai num queria, num usei cabelo curto,... nunca dancei ... que moça de forro não tinha quem quisesse*". Já dona Izabel conta : "... *mamãe*

²² Entrevista com dona Isabel, 55 anos. Sítio Poço Comprido, 12/7/94.

num queria que eu me pintasse, nem usava pó, nem esmalte”, e que o pai, “dizia assim - isso só dá certo pra mulher à-toa, ... isso é muito feio parece uma macaca, um papangu ... a pessoa pra ser bonita num precisa usar isso não, filha minha num usa...”.

→ A pintura, incluindo o esmalte, roupa curta e sem mangas, cabelo cortado e a dança constituíam-se em símbolos associados à idéia de mulheres desonestas. Segundo dona Amara de 83 anos de idade, sua mãe não a deixava dançar “... porque ela era direita demais, ela nunca dançou, como era que ia querer que eu dançava”²³.

A mãe era o modelo idealizado para a filha, comportamentos que rompiam com a tradição tornavam-se uma ameaça à família. O pecado era outra importante arma usada para intimidar as moças como conta dona Maria de 60 anos “... no meu tempo de solteira tudo era pecado ... hoje acabou os pecado, ... naquele tempo Ave Maria tudo era pecado, até ir na casa de comadre T. sozinha era pecado... podia encontrar o namorado lá, ou no caminho, aí já viu ...”.

Entre os fatores que definiam a positividade da conduta de uma moça, estavam incluídos o respeito e a obediência aos pais e aos princípios religiosos. Critérios que poderíamos identificar como um forte indicador da submissão futura da mulher em relação ao marido e aos códigos de moralidade que regeriam a vida da mulher casada. Através desses limites impostos pela família à moça, manifesta-se o modelo cristão de subserviência feminina, constrói-se a diferença e se institui o perfil idealizado da mulher de acordo com os princípios morais cristãos. Enquanto hoje, como prossegue dona Amara “... filho num obedece mãe ... o povo quer ter a vida liberta ... a mocidade ... quer viver sem ter sujeição nem de

²³ Entrevista com dona Amara 83 anos, Sítio Pelo Sinal, 12/7/94.

pai nem de mãe . Segundo dona Valdimira, de 55 anos de idade, filha de dona Amara, as jovens hoje dizem assim “... *ah! que eu já tenho quatorze anos, eu já sou de maior, eu tenho a minha vida ...*”. Enquanto que ela quando jovem queixava-se de que o pai “...*num deixava sair pra canto nenhum ... pra ir as missa ... tinha as pessoas que ele confiava ... e assim mesmo tinha que passar oito dias mandando mamãe pedir a ele pra ele deixar*”.

Na atualidade, mesmo que algumas mulheres continuem achando que a criação dada às filhas pelas gerações passadas era a que estava correta, outras com vistas aos novos padrões de comportamento tentam entender esse processo de mudança, como expõe, com 55 anos de idade, dona Dora - “... *antigamente ... os pai que era carrasco com os filho ... era inocente, num tinha quase amor... enquanto que hoje em dia ... o pessoal tem muito amor ...*”. Segundo ela, essa mudanças se devem a essa “*tal de reunião*” de “*celebração*” que “... *o pessoal vai tomando aquele entendimento, como é o modo de criar, e que gente num e bicho de se bater...*”. Também a televisão, que através das novelas “... *mostra tanto escândalo mas mostra educação demais também ... naqueles papel de família bem educada ... que os pais beija os filho, beija as filha, os filho beija os pai...*”²⁴ .

✶ Enquanto para a geração das *avós* e das *mães*, o modelo de mulher introjetado pelas moças nesse sentido era o de submissão, transmitido pela religião e pela família; nas gerações atuais, ou seja, a das *netas* os modelos por elas incorporados a partir de meios como os novos discursos da igreja e a televisão buscam relações mais igualitárias, racionalizadas .

²⁴ Entrevista com dona Dora, 55 anos, Sítio Poço Comprido, 15/4/94.

↪ Com base num discurso naturalizante, numa moral sexual reprodutiva e num modelo de família nuclear, heterossexual, monogâmica e patriarcal, as gerações das *mães* e *avós* sob imposição das regras, tornaram-se moças obedientes e transformaram-se em esposas, mães e donas de casa. Enquanto que as *netas*, na medida em que dispõem na atualidade de um leque maior de alternativas de comportamento, não querem mais se submeter tão integralmente aos modelos antigos.

De forma crescente, novos modelos são elaborados para a mulher, e chegam ao Cariri através das novas práticas da Igreja, do contato maior com as cidades e dos veículos de comunicação de massa. Rapidamente, aquela moça *direita*, intocável, respeitada, protegida e *trabalhadora*, cede lugar às jovens que não necessitam mais de companhia para ir às festas, possuem maior liberdade para usar a roupa que “quiserem” sem, no entanto, ser confundida com mulheres à-toa. Para M. Helena B. TRIGO (1989:88), as causas das mudanças nas relações familiares devem ser buscadas nas transformações históricas registradas a partir das “... primeiras décadas desse século, época de transição de valores, que assistem à passagem da estrutura patriarcal para uma nova ordem econômica e social, onde ideologias de cunho individualista marcam sua presença” .

Nesse sentido, Michelle PERROT (1994:79-80) declara que

“Há ruptura em todas as forma de ‘capital’, seja ele econômico, social, cultural ou simbólico. Virtualmente não se transmite mais quase nada aos filhos: nem fortuna, nem profissão, nem crenças, nem saberes. Os pais fazem triste figura diante dos novos meios de comunicação... Os pais perderam seus papéis de iniciadores do saber de que os filhos precisam, o que altera profundamente o relacionamento familiar” .

3.3. A dona de casa

No Cariri, por muito tempo, o casamento foi considerado “...um sonho realizado, era a coisa mais badalada ... a moça muito bonita, muito honesta..., passava um mês só se falava naquele assunto...”.

Segundo dona Maura “A importância de um casamento mesmo era trajado de branco... de certos tempo pra cá começou a ser róseo, mas o de mais importância mesmo era branco ...”. Naquele tempo ...”, segundo ela, “ só se casava de traje quem era virgem, quem casasse como acontecia de casar sem ser virgem disse que o casamento ficava nulo” .

O ritual do casamento simbolizava a união entre duas pessoas e a formação de um novo núcleo familiar. Entretanto, no desenvolvimento dessa prática estava implícito toda uma questão moral que se expressava através da apresentação da noiva . O ritual funcionava como uma contemplação à conduta da moça, o traje branco representava sua pureza. A introdução do traje rosa para aquelas que haviam transgredido as regras marca uma mudança na história do casamento. Mudança essa, de conotação ambígua, pois ao mesmo tempo que funcionava como um mecanismo de maior tolerância por parte da Igreja, por outro lado evidenciava a falha cometida.

{ No Cariri, ao longo das gerações da *mães* e das *avós*, o ideal conjugal foi pregado como finalidade única para a vida das moças. Portanto, a forma dela se conduzir deveria ter como meta esse fim, raro eram os casos em que estas não se casavam e quando isso ocorria normalmente não era por uma decisão refletida. Poderíamos, no entanto,

atribuir esse aspecto ao nível de desenvolvimento social e econômico predominante na região, a inexistência de um mercado de trabalho, à ausência de intercâmbio com outras realidades e formas de vida e à atuante presença da Igreja na reafirmação dos tradicionais ideais morais e religiosos, contribuindo para a sedimentação dos princípios da conjugalidade.

Embora não tenhamos aqui registrado alterações substanciais com relação à construção das *avós* e das *mães* enquanto moças, (o que não implica a sua inexistência), o mesmo não podemos dizer de sua construção enquanto mulheres casadas.

Ao começar pelo depoimento de dona Inêz, de 35 anos de idade, passamos a perceber essas mudanças. “... *era um tempo que não existia muita higiene ... Não tinha limpeza de chão, não tinha limpeza de parede ...*”. O cuidado com as criança não exigia “... *de dá banho todo dia ... cortar as unha ... esterelizar mamadeira*”. A bem dizer, a preocupação quase exclusiva das mães ficava por conta de conseguir o alimento para a sobrevivência, e, nesse sentido, retomando o que foi colocado anteriormente a respeito da higiene, dona Dora diz que “... *quando morria uma rês ... as vez quando achava já tava com dois dia de morta ... muitas mães saia cada uma com uma vasilha pra mode tirar aquela carne, pra ajeitar com alho ... pra comer ...*”.

Como as próprias mulheres observam, a chegada de algumas tecnologias como o rádio e recentemente a televisão e a energia elétrica, muita coisa mudou, dona Zefa de Arthur de 60 anos de idade diz que através do rádio “... *escutava sempre um programa do arcebispo do Rio pra dona de casa, sobre família, sobre sexo, a convivência ...*”, a partir do qual, diz ela, “... *aprendi como tratar meu marido, aprendi a tratar*

os filho ... cada um dia sobre a vida ... da dona de casa, do casal, como criar família... ”²⁵.

Segundo dona Inês :

“... depois do rádio e da televisão existe muito esclarecimento e orientação; a televisão faz um bom papel de orientar as mães ... sobre a higiene, e o rádio também ... , a falta de higiene traz muitas coisas ruins, ... é muito importante. Antigamente as crianças era cheia de piolho, as casa criava barata, rato, pulga ... muitas criança morria de falta de higiene, falta de assistência ... também as mães não eram orientadas para amamentar, não fazia uma boa alimentação ... e o menino tinha que ficar até 5 ano comendo papa de farinha ..., elas não tinham conhecimento... hoje em dia elas sabem, foram orientadas ... que o caldo do arroz bem lavado é mais importante... um feijão machucado passado numa peneira, o caldo dá pra criança ... ”.

Para dona Dora, o *carrancismo* e a *ignorância* dos pais com os filhos foram abrandados devido à *educação* e ao *amor* mostrado pelas novelas.

Através desses depoimentos, percebemos as mulheres do Cariri hoje incorporando os modelos de *domesticidade* e *maternidade*, implementados pela ordem burguesa, com vistas a atender ao ideal da família moderna, o qual vem chegando principalmente através dos meios de comunicação de massa, rádio e televisão .

Dessa forma, podemos notar a ocorrência, atualmente, mais propriamente nos últimos dez anos, no Cariri, do fenômeno que marcou o início da época moderna no mundo urbano qual seja a tentativa de separação dos

²⁵ Entrevista com dona Zefa de Arthur, 60 anos, Sítio Pclo Sinal, 9/4/94.

espaços públicos e privados, que por sua vez acarreta uma acentuada delimitação dos papéis masculinos e femininos. Nesse sentido, a mulher do Cariri também passa a ter a casa como seu lugar por excelência, e a preocupação com os filhos, com a saúde, com a higiene e com preservação da vida, principalmente na infância, como um dever que faz parte de seu papel de mãe.

Em oposição às mulheres de antigamente, ou seja, aquelas com idade acima de 60 anos de idade, as mulheres da geração das *mães* como dona Izabel de 55 declaram que “... *mamãe num gostava de casa, dizia assim - e muito ruim em casa da até nervoso ... viver em casa direto, bom é no roçado*”. A domesticidade ainda não existia para essas donas de casa. A casa não passava de um espaço de descanso, de refeições, e de depósito para as ferramentas de trabalho e os lucros do roçado .

De acordo com dona Zefa da Rocha, sua mãe também “... *gostava mais de trabalhar do que ficar em casa, ela era do serviço...*” afirma. Ficar em casa para essas mulheres, como a mãe de dona Izabel e de dona Zefa não significava trabalho. Levando em consideração que a limpeza, o zelo, a preocupação com a casa, com a comida e com os filhos, que passam a fazer parte na atualidade da *cansativa* rotina das donas de casa, não existiam ainda do mesmo modo para essas mulheres. O trabalho de casa, como vimos anteriormente, consistia de atividades desenvolvidas principalmente pelas meninas. Agora, com a introjeção do *modelo de domesticidade*, as crianças passam a se ocupar de outras atividades e atuar em outros espaços. A infância toma um caráter especial cujo zelo passa a fazer parte da função das mães em decorrência do novo papel feminino.

O roçado sim, como descreve dona Mocinha de 60 anos de idade, era lugar de trabalho: “... *eu gosto muito de roçado ... que quando*

vejo a terra molhada fico doente ... quando eu era nova quando eu via a terra molhada corria pro roçado, que quando a gente se vê com agricultura em casa e muito bom, o que tira a gente de todos os aperto é a agricultura". Para essas mulheres da geração das avós, o trabalho era uma atividade que produzia resultados, e esses resultados só eram percebido por elas enquanto necessidades básicas, como principalmente a alimentação proporcionada pelos lucros da produção do roçado. Enquanto as mulheres de antigamente preferiam o roçado à casa, dado para elas o pouco significado que o trabalho doméstico possuía, as mulheres da geração das mães têm nesse sentido opinião contrária, dona Izabel diz: *"... eu nunca fui de trabalhar no roçado, eu era sempre da luta de casa, tomava conta de menino e ficava em casa, achava bom demais ... Oh! como é ruim, num queria nunca ir num roçado, só quebrar milho que é bom, mas as outras coisa num dava valor não"* . Já sobre a domesticidade dona Fátima complementa: *"... sempre quiz me casar pra possuir uma casa , possuir uma família, criar filho; meu sonho ... possuir uma família pra eu dominar... fazer feira, achava lindo, mãe chegava com aquela feira ia arrumar ... naquele móvel, era um sonho ..."* .

No que diz respeito ao roçado, convém salientar que as donas de casa da geração das mães referem-se a essa atividade na atualidade, como esporádica, como uma ajuda solicitada nos momentos mais importantes como: a plantação e a colheita, ou quando não há homens para assumir esse tipo de atividade. Em relação as donas de casa com idade superior a 60 anos, algumas não trabalham hoje mais, *porque a idade não deixa.* Afirmam que, na mocidade, *o trabalho na roça era tudo,* ou seja, era a principal atividade ocupacional das mulheres, da qual elas retiravam toda a sua sobrevivência e nesse sentido não era considerada ajuda. A conotação

de ajuda, entretanto, só passa a ser salientada a partir do momento em que as atividades do roçado passam a ser associadas ao masculino.

Essas mudanças pontuadas aqui mostram as diferenças entre as formas de se construírem três gerações de mulheres, *avós* e *mães* e *netas* no Cariri. Dá-nos, também a noção das transformações ocorridas nos papéis da mulher dentro do casamento. A descrição desse processo mostra-nos a partir da família cada vez mais a separação do masculino e do feminino, que se amplia para a sociedade através da divisão de funções. Entretanto, as alterações não param por aí. Se para as gerações das *avós*, o roçado se constituía numa importante dimensão de suas vidas e para as *mães* a domesticidade passa a ser um sonho, para a geração das *netas*, estas passam a desprezar tanto o roçado quanto a casa. Segundo dona Valdimira “... o que elas diz hoje é - eu quero ir me embora, quero arrumar emprego ... Ah! se eu arrumasse um emprego para eu ir embora trabalhar, ganhar meu dinheiro ...”.

Em vista da grande disseminação dos valores urbanos, entre os quais a transmissão da televisão, cujos programas em grande parte reproduzem um estilo de vida baseado em padrões da classe média urbana, as populações rurais vão incorporando esse modelo e desenvolvendo um desprezo cada vez maior pelo campo e tudo que lhe diz respeito. Nesse sentido, observamos o abandono e a descaracterização de hábitos tradicionais praticados pelas mulheres, como por exemplo a substituição, no uso da lida diária no campo, de sandálias japonesas por tênis, que já vinham substituindo as antigas alpercatas de couro de fabricação caseira. Também há uma crescente onda de isolamento das famílias, com destaque para a população jovem que passa agora boa parte do dia literalmente *trancados* dentro das casa assistindo televisão reduzindo, desse modo, o contato

anteriormente tão disseminado de aproximação entre as pessoas da comunidade.

As imagens que chegam através da televisão é de que nas cidades as condições de trabalho são melhores do que as que se dispõem no campo, e que, acima tudo, o trabalho assalariado *embora o ganho seja pouco*, como coloca dona Miúda, *todo mês é certo*, o que permite a essas mulheres *comprar a prestação*, ou seja, mesmo que minimamente consumir os produtos divulgados pelo novo mercado consumidor .

No campo econômico, atividades como a costura, o bordado, a fiação, a renda; o cultivo de batatas e de canteiros de verduras; até mesmo a criação de pequenos animais como galinhas , perus, porcos, ovelhas e cabras, tradicionalmente praticadas pelas mulheres, vêm perdendo significativamente sua importância, como demonstra dona Dora “... *os filho pra dar duro não tem interesse ... só quer estudar, se for pra trabalhar num quer trabalhar no sol ... as filha num tem interesse em aprender nada com a mãe, só falando em novela ...*”.

A interferência dos meios de comunicação e as mudanças decorrentes nos hábitos tradicionais locais nem sempre são vistas por todos com bons olhos. De acordo com o depoimento do compadre de dona Dora “... *só tem uma coisa que tá desgraçando o mundo, é a televisão, porque e tanta programação de televisão que o pessoal tá se desligando da coisas...*”. Segundo ele “ *toda desgraça de hoje em dia, toda imoralidade e toda falta de interesse, o motivo e a televisão*”.

Quanto às manifestações contrárias aos efeitos modernizantes dos meios de comunicação, no Cariri, acreditamos que, entre outras coisas, decorrem dos efeitos da desarticulação de uma forma de vida sem sua conseqüente substituição por outra. As imagens trazidas pelos veículos de

comunicação provocam alterações muito rápidas, daí seus efeitos serem imediatamente sentidos. Essas transformações proporcionadas por essas tecnologias são absorvidas, sobretudo, pela população jovem, despertando neles um desinteresse pelas formas tradicionais de organização de vida e de trabalho .

A televisão, muito mais do que o rádio, surte efeitos na alteração do ritmo de vida, inclusive na questão do tempo, como explica dona Dora “... o rádio, ele tá lá ligado e a gente ouvindo num atrapalha, e a televisão a gente tem que tá com o olho grelado ...”. Por somarem o som a imagem, a televisão exige um tempo exclusivo para si, impedindo a realização paralela de outras tarefas, o que segundo as donas de casa torna o povo *preguiçoso e desanimado*.

No que diz respeito às demais diversões, as festas que antes eram muito *animadas*, que *reunia meio mundo de gente*, também foram perdendo sua importância e seu significado, e tornando-se cada vez mais raras. Daí não se ver mais *o caminho estrelado de gente*, expressão empregada por dona Terezinha, para descrever o grande número de pessoas que se reuniam ao longo da estrada que levava até a cidade de Cabaceiras nos períodos dos festejos.

Os pastorios, as novenas, as missas e os forrós eram as ocasiões em que as mulheres tinham oportunidade de tomar conhecimento de todos os acontecimentos da redondeza, era onde as moças faziam novas amizades, tinham contato com a moda e iniciavam as paqueras e os namoros, *era na estrada que muitas se perdiam enquanto outras se achavam*.

A televisão, no Cariri, substituiu muitas das diversões tradicionais. A popularização dos transportes pôs fim as caminhadas, o som

calou os sanfoneiros e os tocadores, a luz elétrica apagou os lampiões, o céu estrelado que antes servia de palco para as *dançadeiras*, as comadres vigilantes, os noivos e as crianças *traquinas*, foram substituídos pelos salões fechados onde só entra quem paga.

Aquelas mães que iam às festas vigiar suas filhas e a dos outros, copiar um novo modelo de roupa, palestrar com as vizinhas, ficaram excluídas. Esse espaço moderno dedicado à festa é seletivo. Ele exclui os observadores, sobretudo, pessoas idosas, crianças e os que não podem pagar. Funcionando na ótica capitalista, ele é destinado a uma população que dá lucro.

As transformações ocorridas no Cariri nos últimos dez anos aproximadamente, além de rápidas, foram profundas, de modo que, chegamos a constatar um grande número de mulheres, principalmente na comunidade do Poço Comprido, levando uma vida de *gente de cidade*, como dizem os moradores das localidades vizinhas, o que não significa uma condição de vida mais digna como poderíamos ser levados a imaginar, mas sim o abandono dos costumes tradicionais.

A própria alimentação que antes basicamente era produzida pela família passou a dar lugar a produtos industrializados. Ao invés da manteiga de gado, se utiliza a margarina, no lugar do milho produzido no próprio roçado e moído pelas mulheres para preparar o cuscuz e o xerém, emprega-se o fubá, o próprio consumo tradicional de carne de galinha, de cabra e de ovelha crescentemente dá lugar ao frango de granja .

Nas residências, a mobília é praticamente toda comprada pronta, em substituição aos antigos móveis rústicos fabricados pelos homens de casa. Nas paredes, as fotos antigas de familiares, e as imagens de santos cedem seu lugar aos posters dos artistas de televisão. Nessa atmosfera as

mulheres têm uma grande preocupação em manterem-se com uma aparência de higiene, procurando sempre conservar os pés e as roupas limpas, por isso mesmo evitam ao máximo o trabalho fora de casa, na terra e sob o sol.

A antiga vestimenta de trabalho utilizada pelas mulheres no roçado, calça remendada, camisa puída, chapéu de palha, alpercata de couro, que assim como as atividades desempenhadas, quase não permitia distinguir homens de mulheres, torna-se na atualidade cada vez mais raras.

O rápido desenvolvimento tecnológico e industrial que populariza os produtos eletro-eletrônicos, tornando acessível a aquisição de eletrodomésticos pelas populações mais pobres, traz consigo a imagem de um mundo moderno, que por sua vez não corresponde à realidade subjacente desse público consumidor. A introdução da modernização tecnológica em áreas do capitalismo periférico como no Cariri Paraibano, por exemplo, não vem acompanhada por uma modernização nas relações sociais. Ou seja, não há um programa de melhoramento nas condições materiais de subsistência dessa população, o que conseqüentemente leva a um agravamento das condições de pobreza.

Os valores urbanos rapidamente disseminados no campo, sobretudo através da televisão, provocam na população rural uma substancial alteração no seu modo de vida. Nesse sentido, pudemos constatar entre as famílias caririseiras o gradativo abandono de muitas das atividades econômicas características da região assim como também do progressivo desprezo por muito dos seus costumes e valores tradicionais.

Logicamente não estamos querendo tomar a invasão promovida pelos meios de comunicação no meio rural como o único fator responsável por essas transformações. No entanto, não podemos obscurecer que a associação produzida pela televisão entre o campo e o arcaico e entre

o urbano e o moderno influi consideravelmente nas concepções de mundo das pessoas. De tal modo que, as relações que não se enquadram aos modelos modernos ou dominantes, como as experiências das donas de casa cujas práticas ultrapassam ou fogem ao esquema normatizado do gênero, estão sempre sendo vistas como uma permanência do passado e portanto deverão ser atualizadas. X

Assim, para concluir, observamos ocorrer no Cariri o processo de disseminação das relações de produção subjetiva que segundo Félix GUATTARI e Suely ROLNIK (1986:40) “...*resulta em uma produção serealizada, normatizada, centralizada em torno de uma imagem, de um consenso subjetivo referido e sobrecodificado por uma lei transcendental* ...”. Processo esse que permeia todos as brechas do universo econômico e social e que, por sua vez, está descaracterizando ou recriando as relações na comunidade por nos estudada. Não nos permitindo visualizar no futuro em que se transformará. Porém, podemos assegurar que esse processo no Cariri, trata-se de uma transplantação da racionalização das relações sociais muito bem adaptadas à urbanização.

Essa ordenação no campo, entretanto, nem sempre surte efeitos positivos, pelo menos foi essa a idéia que nos ficou no momento em que observamos a intrójeção do modelo de domesticidade pelas mulheres donas de casa do Cariri. Na medida em que esses segmentos passam a revelar através de seus discurso e conseqüentemente das práticas o desprezo pelos valores, costumes e tradições locais, percebemos conseqüentemente uma elevação no êxodo em direção as cidades, sobretudo das populações mais jovens, cujos ideais não combinam mais com a realidade do campo.

CAPÍTULO III

DONA DE CASA: UMA IDENTIDADE PLURAL

No capítulo anterior vimos como três diferentes gerações (avós, mães e netas) vêm aprendendo a se construir como mulher nas distintas etapas de suas vidas (menina, moça e mulher), como elas se sujeitaram aos papéis que lhes foram impostos, e quais as instâncias que divulgaram os modelos. Pudemos constatar que, ao longo desse processo, diferentes modelos de conduta foram implementados pela sociedade tendendo progressivamente a se complexificar e cada vez mais acentuar a separação do masculino do feminino, delimitando os papéis e definindo as funções diferenciadas dos gêneros.

Vimos como as mulheres no cotidiano se constroem, percebemos como estas se identificam a partir das atribuições que lhes são conferidas pela família, pela comunidade, pela Igreja e pelos veículos de comunicação de massa, com vistas a atender um perfil idealizado do feminino.

—▷ No entanto, as mesmas dimensões que deram mostra dessa sujeição, nos possibilitaram visualizar que o exercício das funções desempenhadas pelas mulheres tanto quanto o seu discurso nem sempre estiveram necessariamente presos à divisão feminino-masculino, nem aos modelos dominantes de uma forma geral, como se tem tentado convencionar. Ao contrário, essa tendência é histórica e deixa brechas, para que os sujeitos desviem essa sujeição.

Convencionalmente pensamos as sociedades humanas divididas em duas esferas: uma masculina e outra feminina. Noção beneficiada consi-

deravelmente nos últimos tempos pelas abordagens de cunho economista, sobretudo por aquelas que tomam como eixo a divisão entre o público (produtivo) e privado (improdutivo).

Entre essas, podemos destacar o trabalho de Alásia de HEREDIA (1979:77), que aborda a organização interna de unidades de produção camponesa, a partir da qual demonstra que “... a relação de oposição entre casa e roçado organiza toda a experiência de vida das unidades familiares, incluindo também instâncias da vida cotidiana...”.

Nesse sentido, a autora mostra como a experiência de vida do grupo está diretamente associada a noção da economia política que associa o espaço da casa ao consumo, portanto, ao não trabalho e ao domínio feminino; e o roçado por sua vez, a produção, ao trabalho e ao âmbito masculino.

A sexualização dos espaços públicos e privados nem sempre existiram. Segundo Michelle PERROT (1989:52) “... o século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual. Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas e seus espaços, seu lugar quase predeterminados”.

Entretanto, essa ordenação não se passa sem conflitos, como demonstram certos estudos. Ao contrário, ela é permeada de luta sobretudo por parte de alguns segmentos, como o das mulheres, que têm em muitos momentos da história se oposto a normatividade e a disciplinarização imposta pela sociedade a qual em contraposição, instituiu no século XIX os discursos da mulher *avessa ao progresso* e como *retransmissora do poder*.

Certamente existe uma história das mulheres diferente da história dos homens. No entanto, essa diferença foi construída social e historicamente e não se reduz a bipolaridade masculino/feminino. Félix

GUATTARI e Suely ROLNIK define esse processo como resultante daquilo que ele chama de *subjetividade*, que no *sistema capitalístico* gera uma cultura com vocação internacional.²⁶



“Os homens, reduzidos à condição de suporte de valor, assistem, atônitos, ao desmanchamento de seus modos de vida. Passam então a se organizar segundo padrões universais, que os serealizam e os individualizam. Esvazia-se o caráter processual (para não dizer vital) de suas existências: pouco a pouco eles vão se insensibilizando. A experiência deixa de funcionar como referência para a criação de modos de organização do cotidiano : interrompem-se os processos de singularização”.(Suely ROLNIK e Félix GUATTARI, 1986:38).

O autor refere-se ao processo de modelização que tende na sociedade moderna cada vez mais universalizar os valores e a identificar e selecionar papéis e as funções dos agentes sociais, como, por exemplo, o que vem ocorrendo com as mulheres, do qual esse estudo pretende ser testemunho. No entanto, o que há de mais interessante nessa perspectiva é a revelação de que essa *produção não consiste unicamente numa produção de poder para controlar as relações sociais e as relações de produção*, como nos leva a crer a noção tradicional de ideologia. A “... *subjetividade capitalística fabrica a relação do homem com a produção, com a natureza, com os fatos, com o movimento, com o corpo, com a alimentação, com o presente, com o passado e com o futuro, e se produz tanto a nível dos opressores quanto dos oprimidos*”.(Idem,1986:42).

²⁶ De acordo com Suely ROLNIK, Félix GUATTARI acrescenta o sufixo “ístico”, a capitalista por lhe parecer necessário criar um termo que possa designar não apenas as sociedades qualificadas como capitalistas, mas também setores do “Terceiro Mundo” ou do capitalismo “periférico”, assim como as economias ditas socialistas dos países do leste, que vivem numa espécie de dependência e contra dependência do capitalismo. “Tais sociedades em nada se diferenciam do ponto de vista do modo de produção da subjetividade”. (Suely ROLNIK e Félix GUATTARI, 1986:15).

Michel FOUCAULT (1993;128), nesse sentido, assinala que, a partir da época clássica, o Ocidente conheceu uma transformação profunda dos mecanismos de poder e segundo ele;

“... o confisco tendeu a não ser mais sua forma principal, mas somente uma peça, entre outras com funções de incitação, de reforço, de controle, de vigilância, de majoração e de organização das forças que lhe são submetidas: um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e ordena-las mais do que barra-la, dobra-las ou destrui-las ...”.

O autor refere-se ao poder de vida e de morte que os soberanos exerciam sob seus súditos nas sociedades pré-capitalistas, revertida na modernidade na tarefa da sociedade de *gerir a vida*, criar individualidades, repartir.

➤ Apesar desse *poder global*, Félix GUATTARI e Suely ROLNIK insistem na idéia de um rompimento, ou seja, na existência de *territórios subjetivos*, na possibilidade de se ter uma existência diferente, não totalmente submetida. Nesse sentido, os autores argumenta que o modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma *relação de alienação e opressão*, na qual o indivíduo se submete tal como a recebe, como foi mostrada no capítulo anterior; ou uma *relação de expressão e de criação*, na qual o indivíduo se reapropria de seus componentes, produzindo um processo que eles chamam de *singularização*.

A singularidade seriam as brechas possíveis de se criar no sistema de subjetividade dominante, *“... algo que frustra esses mecanismos de interiorização dos valores capitalísticos, algo que pode conduzir à*

afirmação de valores num registro particular, independentemente das escalas de valor que nos cercam e espreitam de todos os lados” (Félix GUATTARI e Suely ROLNIK, 1986:47). São as situações inéditas e atípicas que permitem a reconstituição dos processos sociais fora de seu enquadramento estritamente normativo de que fala Maria O.L. da Silva DIAS (1992).

É exatamente sobre essas singularidades que pretende tratar esse capítulo. Resgatar através da mesma dinâmica que vínhamos desenvolvendo no segundo capítulo, ou seja, perceber como ao longo dos últimos 80 anos três diferentes gerações de mulheres vêm conseguindo ir além dos modelos dominantes, e de que modo essa transgressão se dá. Verificar a que nível a normalização vem se impondo, a partir dos desvios promovido pelas mulheres, em diferentes momentos, no Cariri.

3.1. Os descaminhos

Contrariando os costumes locais e extrapolando o que era comum para a sua idade e para seu sexo, dona Zefa de Arthur, de 60 anos de idade, conta-nos sobre a sua infância:

“Pra ir pra escola ... a gente passava pela casa da minha vó, quando foi um dia eu passei assim, aí ela disse: eu tenho aqui uma galinha e vou vender! - tá se eu tivesse dinheiro eu ia comprar, - tu sabe comprar? eu digo sei, se a senhora me vendesse, eu tinha 9 ano, aí ela disse - Zefa eu

vendo fiado, aí eu disse minha madrinha vende fiado? ela disse vendo, eu disse madrinha por quanto dá a galinha? ela disse por 5 mil, pegue..., após madrinha eu vou vender lá em I. S. aí amanhã eu trago o dinheiro, aí eu cheguei lá ele disse quanto é a galinha? eu disse é 10, ele disse eu dou 8, eu disse não tu dá 10, - não, eu dou oito porque a galinha é muito boa, eu disse tá eu vendo, eu comprei por 7 ..., aí quando eu cheguei em casa eu disse papai eu comprei uma galinha a madrinha H., - comprou é, minha filha, tu sabe negociar? eu disse sei, - comprasse por quanto? comprei por cinco vendi por 8, - muito bem minha filha negócio é assim ... aí fui, paguei a madrinha H. ... voltei pela casa de uma dona lá que vendia espilique de fumo ... vendi logo ao meu tio ... comprei por 1.500 vendi por 2.000 ... ”²⁷.

Segundo dona Zefa de Arthur desde a infância ela já possuía uma “*inclinação*” para ser diferente das demais, inclusive sobre as irmãs ela conta que “*...A. costurava, D. costurava, M. costurava, A. nunca deu pra nada ... eu, nada disso eu fazia, mas fazia negociar ... nem costurar nem ser professora eu queria era negociar ... Eu nunca vi ninguém fazer, acho que eu tenho o sangue de uma tia minha ... o povo diz que ela desde pequena matava porco na feira... . Com idade de 10 anos, prossegue dona Zefa, já comecei à viver minha vida quase independente de papai”.*

De acordo com dona Zefa essa tendência, ou essa atitude empreendedora que ela chama de *cabeça no lugar*, a acompanhou por toda a vida. Embora fosse criticada, admite, “*... muitas mulheres diz até que é mulher que não quer bem ao marido...*”. Porém mesmo depois de casada e o marido trabalhando no Rio de Janeiro, ela prossegue, “*... eu comecei a negociar pra viver aqui, sempre gostei de negociar; plantava agricultura*

²⁷ Entrevista com dona Zefa de Arthur. 60 anos. Sítio Pelo Sinal. 9/4/94.

... e tinha mercearia também, e lá eu matava criação ... tinha sábado de eu matar quatro criação de porco, ... sozinha ... tirava o couro e cortava todinha, criação de bode, ovelha, matava pra vender...”. Mesmo depois do retorno do marido, ela reafirma que continuou realizando essas tarefas sozinhas, enquanto que ele teve que se ocupar de outras atividades .

Quando lhe foi perguntado se essas atividades como *matar criação* não eram muito *pesadas* para uma mulher, dona Zefa respondeu: “... conversa é essa; não tinha ninguém que tivesse mais força no mundo do que eu não, eu tinha força, eu dava uma machadada e sangrava e fazia tudo ...”; e diz que não se tornou uma *comerciante fina* porque não teve quem desse uma força, mas que sempre *teve cabeça pra isso* .

De acordo com seu discurso as pessoas se admiravam desse seu comportamento tanto pela questão da idade como pelo fato do comércio não ser uma atividade convencionalmente praticada por mulheres e muito menos por crianças. Depois de casada, o fato dela continuar exercendo atividades não comum a seu gênero nem compatíveis com o seu papel de mulher casada tornava-a de certa forma uma mulher vista com restrições pelas demais. Todavia, ao que pareceu essa peculiaridade de seu comportamento não representou para a mesma nenhum constrangimento. Ao contrário, desempenhar atividades masculinizadas, dada a ênfase demonstrada, parecia-nos muito mais para dona Zefa motivo de orgulho. Essa sua reação provavelmente se dava pelo fato das atividades masculinas serem socialmente mais valorizadas, o que possivelmente não ocorreria se a situação fosse inversa, ou seja, o homem praticando atividades femininas.

No entanto, tanto o trabalho masculino desempenhado por mulheres como o trabalho na infância, sobretudo na geração das *avós* e das *mães*, não era tão incomuns, como poderíamos ser levados a concluir com

base na noção de infância e de feminilidade que temos na atualidade. Na verdade, grande parte dos depoimentos mostra o inverso como por exemplo dona Dora, de 55 anos de idade, que declara: *“Eu comecei a trabalhar muito nova ... na minha época a gente tinha que trabalhar pra comprar roupa pra gente ... a gente plantava aquilo, depois ia colher pra nos vender, pra comprar a lordeza da gente no fim do ano, era um feijão era um alho...”*²⁸.

Entretanto, a característica singular detectada na trajetória de vida dessas donas de casa através de seus discursos sobre a infância não se reduz a idéia contrária que temos hoje de que criança não trabalha, como falamos anteriormente. É até muito fácil encontrar ao longo da história crianças trabalhando tanto na produção familiar como na esfera doméstica. O que achamos interessante ressaltar é o fato, em primeiro lugar, de que tanto meninas quanto meninos realizarem os mesmos tipos de tarefas, e, em segundo, delas produzirem para ajudar a família e em separado produzirem para si, decidindo na maioria das vezes o que fazer com o dinheiro, fruto da comercialização desses produtos *“... com dez ano comecei a trabalhar na agricultura aí apurei 150 mil reis, aí fui pra Cabaceiras mais meu pai aí lá fizemo compra na venda ... comprei um par de sadália, num sei quantos vestido, bem quatro vestido de corte de pano ... e ainda sobrou dinheiro que foi demais ...”*²⁹.

Essa atitude contraria a idéia convencional, que construímos com relação as famílias tradicionais, de que os filhos, sobretudo os menores, são inteiramente submissos a vontade dos pais. O que mais uma vez vem reforçar a idéia que discutimos anteriormente. A infância enquanto essa dimensão dependente e subordinada é uma invenção recente. Ainda hoje

²⁸ Entrevista com dona Dora, 55 anos, Sítio Poço Comprido, 15/4/94.

²⁹ Entrevista com dona Zefa de Abílio, 60 anos, Sítio Pelo Sinal, 9/4/94.

encontramos no Cariri, embora com menos frequência, crianças desempenhando funções adultas, e mais que isso meninas exercendo papéis masculinos, demonstrando assim a ruptura dos modelos dominantes tanto no passado como na atualidade.

Entretanto, a ultrapassagem dos modelos atuais não se reduz apenas à infância. Sobre a juventude e o papel das moças diante da relação conjugal, dona Zefa de Abílio, de 60 anos de idade, relata-nos como vivenciou o processo da preparação para o seu casamento “... nesse ano eu plantei e ... apurei cinco milheiro de alho , ... A. (seu futuro marido) vendeu, ... foi pra Campina, comprou um terno pra ele e meu vestido de casamento”. Quando perguntada sobre a origem do dinheiro gasto com as despesas do casamento, ela reafirmou - “foi meu (dinheiro), foi eu, era meu, com ele comprou a roupa dele, e compremo a feira ... todinha pra dentro de casa, tudo com o meu...”.

Segundo o modelo de domesticidade e de acordo com a divisão de gênero, na relação conjugal e, mais especificamente, na preparação para o casamento, caberia ao homem nessa situação a responsabilidade pelas suas despesas pessoais, com o mobiliário, com a casa e com a parte financeira, ou seja, a este ficaria reservado praticamente toda a parte material da relação, enquanto que à noiva caberia apenas a preparação do enxoval da casa e o seu em particular.³⁰

→ Todavia, com base no discurso acima, através do qual observamos uma inversão dos papéis, fomos levados a concluir que por volta aproximadamente da década de 50, período correspondente à juventude de dona Zefa de Abílio, não havia ainda no Cariri uma divisão

³⁰ O enxoval da noiva tradicionalmente consistia da roupa de cama, mesa e banho, da sua roupa em particular e dos utensílios de cozinha.

tão acentuada dos papéis masculinos e femininos. Porém, acreditamos que essa já começara a se esboçar, e isso fica claro exatamente através da percepção demonstrada pelo relato incisivo *foi meu, foi eu, era meu* que caracterizava a atitude não convencional da noiva, na medida em que a mesma descreve que foi ela, a noiva, que respondeu pelas funções do homem.

Nesses depoimentos vimos não apenas mulheres assumindo atribuições masculinas como é o caso do trabalho que exige grande esforço físico (matar criação e dar a manutenção financeira da casa e do noivo), como também meninas praticando atividades adultas e masculinas. Além disso, revelam, ainda, outros fatos disruptores dos modelos dominantes, como o caso do trabalho como atividade geradora de lucros.

Normalmente somos levados a crer que a busca de atividades remuneradas como um fator de independência financeira para os segmentos femininos constitui-se num aspecto recente, característico das últimas décadas desse século, desenvolvido principalmente nos centros urbanos; como não poderia deixar de ser. Isso porque as relações tipicamente capitalistas, geradoras do assalariamento e conseqüentemente do consumo desenvolve-se no Nordeste exatamente no período e nas circunstâncias acima descritas. Entretanto, com o desenvolvimento da pesquisa e análise do discurso das entrevistadas, percebemos que no Cariri deu-se o contrário, ou seja, são exatamente as meninas e as moças das gerações das *mães* e das *avós* que apresentam maior índice de independência financeira tanto com relação aos pais quando crianças e jovens, quanto com relação aos maridos quando casadas.)

As donas de casa acima relacionadas que se encontram hoje com idade superior a 55 anos, têm suas infância e juventude,

correspondentes aproximadamente à década de 40, época em que não havia ainda chegado ao Cariri Paraibano de forma tão abrangente os modelos de domesticidade ou de modernidade para as mulheres. Com base nesse dado e sob uma ótica funcionalista, poderíamos afirmar que estas se encontravam mergulhadas em relações pré-capitalistas. Por isso mesmo, suas práticas poderiam ser vistas como perfeitamente compatíveis com o momento histórico. Se essa visão reduz as mulheres aqui investigadas a mais um modelo, no caso um modelo antigo, podemos, por outro lado, afirmar que os posicionamentos e discursos generalizantes sobre uma mulher alienada, submissa e principalmente dependente financeiramente do marido ou dos pais, no período anterior à expansão do mercado de trabalho capitalista, não se verifica completamente.

A ultrapassagem e o desvio dos modelos dominantes com relação a história das mulheres não são tão raros e incomuns como tenta pregar a literatura especializada (feminista), ressaltando que na modernidade é exatamente esse meio que se torna o principal veículo de construção e de disseminação desses modelos. A prova do que estamos falando fica evidente ao estudarmos um grupo de mulheres que a primeira vista enquadram-se nos padrões convencionais de normalidade e moralidades de suas respectivas épocas e condições sociais. Mas, ao enveredarmos pelo interior de suas trajetórias de vida, percebemos a proporção das que entre elas, em um momento ou outro de suas existências fugiram, mesmo que momentaneamente, às regras pré-estabelecidas.

↳ E, nesse sentido, uma das principais questões que nos chamou a atenção, logo que começamos a análise das entrevistas, foi o número de mulheres que no Cariri casaram fugindo às regras extremamente rígidas e moralizadoras da instituição do casamento.

- ✓ Das 18 mulheres entrevistadas para nossa pesquisa, com relação ao casamento, constatamos que 16 delas casaram-se oficialmente, uma é *amigada* e outra é solteira. Entre as casadas, 5, desvirtuando os padrões morais de conduta de sua época, infringiram a regra, que pregava a conservação da virgindade até o casamento. Dessas cinco, três casaram *buchudas*, uma casou *fugida*, e uma casou *bulida*; salientando-se que todas as informações aqui contidas foram pronunciadas pelas próprias mulheres. Não levamos em consideração informações dadas por terceiros, o que acarretaria na constatação de um número maior ainda de mulheres que casaram *bulidas*. No entanto, uma vez que esta condição de não virgindade não era evidente, é possível que em vista da repressão, alguma dessas mulheres mantenham em segredo esse fato até hoje³¹.

Uma das entrevistadas de 60 anos de idade que casou grávida fala que “... *quando era menina era mesmo que um cavalo velho amarrado* ...”, não possuía liberdade alguma, e sobre o casamento diz

“... só casei porque fiz o serviço solteira - e acrescenta - por ele, por mim não, ele não teve paciência, tinha que vê ele todo dia ... mas não era direito, hoje quando eu vou falar qualquer coisa as meninas (as filhas), - mãe pensa que eu não sei que a senhora casou com buchão não..., eu casei com bucho, coisa feia, num é feio? ... eu acho que quando morrer eu vou levar esse pecado grande, o povo diz que eu num pequei muito não porque casei com ele mesmo, por mim eu não tinha esse pecado não, porque eu fiz de gosto e vontade”

³¹ O significado que se atribui a essas situações é bastante diferenciado. “casar fugida” era uma prática bastante comum entre as moças da geração das “mães” e “avós”, e de acordo com as entrevistadas esse fato ocorria geralmente quando os pais não consentiam o casamento, também era usado para apressar a união. Casar “buchuda” (grávida) ou “bulida” (não virgem), situação que ocorre com mais frequência da geração das “netas”, é visto com maior reserva, uma vez que se configura numa união sexual prévia. Para as duas gerações mais velhas, essas duas últimas situações se constituem numa maior “falta de respeito”.

Num discurso repleto de ambigüidades no qual se mesclam preceitos morais que condenam tal prática e desejos que eram estimulados pela própria proibição da família e do meio, a mulher atribui ao seu ato uma conotação de coisa feia, errada, pecado, um despropósito, uma *doidiça de mulher*. Responsabiliza, então, o homem, seu namorado pelo seu ato, embora admita que o tenha praticado de *gosto e vontade*, ou seja, que o tenha permitido.

Entre essas donas de casa que do ponto de vista moral, se desviaram das regras de conduta dominante, é interessante notar que, apenas uma delas possui atualmente menos que 55 anos de idade, o que significa dizer que a atitude por elas praticada em sua época era considerada uma falta grave, e mais que isso, um *pecado grande* exigindo mais que ousadia. Nas palavras de dona Izabel “... mesmo com todos os cuidados acontecia muito das moças casarem fugidas ... grávida...”. - diz ela - “hoje num se admira não, naquele tempo era escondido, era segredo, na família era tudo triste... enquanto num casava virgem Maria, era uma tristeza grande”. Dona Zefa de Arthur conta-nos que “...toda vida existiu mulher casar esperando filho, mulher botar chifre no marido ... só que antigamente era um povo mais escondido...”.

Hoje, ainda, embora com menos freqüência, encontramos no Cariri entre os segmentos mais tradicionais da população famílias que o que conta para eles é o fato de se *ser direito*, o que implica em atitudes de moralidade, honradez e honestidade, como seu bem mais valioso, na medida em que não possui outros tipos de bens. A partir desses valores, que entre as gerações das mães e das avós eram mais acentuados e comuns, na sociedade se conceituavam as condutas familiares, resultando naquelas constantes

conotações muito comuns ainda hoje, do tipo: *fulano é de uma família direita*, ou, *naquela família não tem ninguém direito*. Nessas circunstâncias, o que identificava o perfil individual de cada um era a herança comportamental da família. Assim, correr o risco de torna-se uma mulher atoa (contraponto da mulher direita), na medida em que o homem não reparasse através do casamento a falta cometida, seria afetar toda a família. Desse modo, o que estava em jogo através da infração não era apenas a honra individual da moça mas a de todos os membros da família e por várias gerações.

Associado à questão da honra, surge o fator religioso com o seu modelo de castidade, atribuindo a quebra das regras pelas moças ao cometimento do pecado, o que as levaria duplamente a enfrentar restrições. De um lado sofrer as penalidades sociais impostas pela família e conseqüentemente pelo grupo social, e, por outro lado, e ainda mais sério, sofrer as punições divinas.

Conclui-se então que para uma moça casar sem ser virgem naquela época, ou seja, no período correspondente a juventude das *mães* e das *avós*, de um modo geral era extremamente complicado. Em se tratando do Cariri essa complexidade se acentuava em decorrência da rigidez dos valores. Mesmo assim, esses casos ocorriam e dadas as circunstâncias por nos aqui verificadas, numa proporção bastante elevada.

Somando-se à questão moral que permeava a instituição do casamento, sobretudo para as gerações mais velhas, existia o fator da normalidade que estipulava, a grosso modo, entre outras coisas a idade ideal na qual a moça deveria *procurar* se casar. Uma vez que o casamento e a constituição de uma nova família se apresentava como a finalidade única

para a vida da moça, assim que esta estivesse biologicamente apta para este fim, estabelecia-se a idade ideal para contrair essa relação.

Embora a idade média para o casamento tenha sofrido variações no decorrer dos tempos, ela permanece de certa forma sem grandes alterações até hoje no Cariri, enquadrando-se dos 18 aos 25 anos de idade, para as moças. Entretanto, das entrevistadas casadas, três desviaram essa norma; entre as quais duas casaram com idade de 42 anos e uma com 33.

A esse respeito uma delas diz o seguinte: “ *Eu fui uma pessoa esquisita, né? ... eu tive um namorado, mas nunca pensei num marido, nunca pensei num casamento, porque eu só pensava exclusivamente nos meus pais...*”. Já dona Amélia conclui “... *pra melhor dizer, nem em casamento eu pensava não, a minha vontade era estudar para um dia ser professora...*”. Segundo ela, às vezes o povo dizia “... *oxente, tu num quer casar não? ei, tu vai ficar uma coroa, tá escolhendo muito...*”³².

→ Num período em que era normal as moças terem como meta principal *arrumar* um casamento logo no começo da juventude, dona Amélia e dona Ivani permitiram-se ter outros sonhos. Uma dedicar-se aos pais; provavelmente em retribuição ao carinho que, segundo ela, teria recebido por ser filha única. E a outra colocar em primeiro plano de sua vida a profissão de professora, que não era tão incomum. Incomum era o fato de ser priorizada diante do casamento. Embora ambas posteriormente tenham se casado, elas seguiram uma trajetória diferente da grande maioria das mulheres de sua época no Cariri.

³² Entrevistas com dona Ivani, 54 anos, Sítio Pelo Sinal, 9/4/94 e dona Amélia, 60 anos, Sítio Poço Comprido, 17/4/94.

→ Assim como dona Amélia nos conta acima que não possuía os mesmos desejos da grande maioria das moças de sua época no que diz respeito ao casamento, ela nos fala também que sua infância foi diferente. Inspirada, segundo ela, em umas primas que estudavam, um dia em casa falou: “... *mamãe, eu quero que a senhora compre uma farda pra mim, ela disse - pra que tu quer farda? eu disse, pra estudar, mas tu nem tá na escola, - eu disse, não tem importância, eu quero uma farda mesmo que não seja pra estudar ... , quando fez a farda eu não quis usar sem ir pra escola, ... - tu não vai que teu pai não deixa, - mas eu quero, eu quero, insisti ... até que a mamãe falou com o papai, aí papai disse que não ia botar na escola ...*”.

Para a geração dos pais de dona Amélia, a escola representava um fator desintegrador dos valores tradicionais, na medida em que esta surgia para substituir junto aos filhos o papel educacional que por muito tempo havia sido exercido pela família. Por isso mesmo era que ele, o pai não queria que a filha estudasse, pois assim ela “... *só ia escrever pra namorado, nem ia ler nem escrever na frente dele, e quando ele fosse falar qualquer coisa ... ia repreender, dizer que ele tava falando errado*”. O saber oficial da escola, como o mais legítimo, daria a filha um novo poder, ao qual o pai não tinha acesso. Dessa forma, ele sentia que poderia por ela ser enganado, humilhado, e, desse modo, ter a sua autoridade de pai contestada, negada.

↪ Enquanto para o pai de dona Amélia a escola representava uma ameaça para seu poder paterno, para a filha significava uma aquisição de poder. Entretanto, como nesse momento ainda imperava no Cariri o modelo patriarcal de família, e o modelo moderno que valorizava o ensino também para as mulheres ainda não havia se instalado, era comum as filhas seguirem os desejos dos pais, obedecendo-os. No entanto, através de

algumas estratégias, como a acima descrita, dona Amélia conseguiu dobrar seu pai e frequentou a escola a ponto de hoje ser aposentada devido a profissão de professora, à qual se dedicou por boa parte da idade adulta. ↵

3. 2 - O privilégio da diferença e o poder da norma

Os modelos dominantes aqui ultrapassados possuem um revestimento caracterizado por um viés naturalizante, apresentado como resultante de um processo histórico e social evolutivo do qual provém sua legitimidade. Porém, sabemos que os mesmos constituem-se em ideais elaborados atendendo a determinados fins políticos, econômicos e sociais cujo status muitas vezes reduz-se muito mais ao discurso do que propriamente a prática.

Estamos querendo dizer com isso que a própria relação de gênero que define as dimensões masculinas e femininas construídas com base nas diferenças anatômicas sobredeterminadas pela participação diferenciada de homens e mulheres na reprodução dos filhos é pouco representativo no conjunto da história da humanidade e às vezes mesmo dentro das sociedades contemporâneas.

↵ Isso significa que as próprias atribuições que determinaram as dimensões do masculino e do feminino e as noções que estabeleceram os padrões e as diferenças que organizam a vida social como *dentro/fora*, *pesado/maneiro* e etc... não se constituem em categorias fixas nem a-

históricas. Embora conservem o status delimitativo, estas possuem significações diferenciadas para os indivíduos em épocas distintas.

Desse modo, a função de dona de casa necessariamente não significa o exercício de atividades mais leves, feminilizadas como o modelo da *mulher doméstica* nos fornece. Segundo dona Mocinha, quando ela era jovem "... lavava roupa até uma hora da tarde, cada uma bacia de roupa", descreve ela, "que não podia botar na cabeça, botava aqui (na coxa), depois botava aqui (no ombro), pra depois botar na cabeça, de tão pesada que era..."³³. Nesse caso, se formos considerar a força física como um atributo masculino, poderíamos então assegurar que as mulheres do Cariri Paraibano em sua grande maioria comportam-se como homens, ou melhor, possuem uma constituição física masculina.

O que estamos querendo dizer com isso é que, embora as relações entre os gêneros sejam marcadas pela dicotomia masculino/feminino, sem dúvida permaneceremos nesse impasse enquanto pensarmos o masculino como o homem e o feminino como a mulher, ou seja, como dimensões extensivas do sexo anatômico.

Apesar dos modelos dominantes do feminino se nortearem pela diferença de sexo e pretenderem se realizar na complementaridade, a prática cotidiana extrapola esses limites. De modo que os modelos estão sendo sempre rompidos, desviados e recriados com muito mais frequência do que nos permite visualizar os discursos dominantes, haja visto que esses se nutrem da modelização. A prova disso é a ênfase dada pela maioria dos estudos aos casos de sujeição aos modelos em detrimento dos casos singulares.

³³ Entrevista com dona Mocinha, 60 anos. Sítio Poço Comprido, 10/4/94

A singularidade quando vem a tona é sempre salientada como o exótico, o esporádico a exceção, que por sua vez está prestes a se dissolver ou ser absorvido pela norma.

Nesse sentido, observamos que grande parte dos estudos relacionados ao campo, na perspectiva economicista que abordam as relações de trabalho familiar nas unidades produtivas, considera a contribuição da mulher na esfera do roçado, tida como masculina, pública ou produtiva como *ajuda*, ou seja, complementar ao trabalho do homem. Notadamente, pelo menos a nível do discurso, esse fato ocorre, contado, numa proporção também considerável, elas admitem, como dona Zefa da Rocha, que “.. *ele (o homem) se vira muito ..., agora eu (a mulher) me preocupo mais ... eu também sou mais nervosa com as coisa e ele é muito tranqüilo por que pra tudo Deus dá o jeito, eu digo dá não, Deus da o jeito mas a gente tem que pensar ... aí eu fico batalhando ... eu esquento mais, ele tá parado aí eu vou batalhar ... eu da minha vez eu não paro ... a gente que batalha mais, a gente que é dona de casa que sabe o que vai se acabando ...*”³⁴.

A medida que já foi constatado que entre as famílias mais pobres em grande parte são as mulheres que administram o orçamento doméstico, são elas, portanto, que sentem mais diretamente as conseqüências quando esses recursos vão se exaurindo.

A pequena e instável remuneração dos maridos obtida com os trabalhos temporários ou sazonais nessas condições, seja no roçado ou nas demais profissões masculinas (pedreiros, carpinteiros, motoristas, mecânicos, ou mesmo *no alugado*) conduz as mulheres a um permanente estado de incerteza, de onde provém as expressões *mais nervosa*,

³⁴ Entrevista com dona Zefa da Rocha, 40 anos. Sítio Poço Comprido, 15/4/94.

preocupar-se mais. Mais que a descrição de um estado psicológico, essas expressões significam a inquietação delas e a busca constante de meios para suprir e/ou complementar o sustento da família.

Dona Zefa de Abílio, possuidora de um pequeno restaurante na cidade de Cabaceiras, duas outras barracas em localidades próximas a sua casa, funcionando em dias de festas ou de futebol, para a venda de bombons, bolos, doces, bebidas e tira-gostos, diz que é principalmente desse seu trabalho que a família toda se mantém, até mesmo os filhos casados “... *com dinheiro na mão ... compro roupa pra um, compro pra outro ... ajeito minhas nora... ajudo tudinho. S. (seu filho mais velho, casado) mesmo, eu dou a feira a ele toda semana, porque ele trabalha aqui em casa...*”,. No entanto, na hora de dirigir-se para essas atividades, segundo ela, o seu marido diz “*num vai não, que isso é besteira ...*”. Apesar de perceber a desvalorização atribuída ao seu trabalho pelo marido, dona Zefa conclui: “*o duro aqui, é eu pra tudo ...*”.

Mesmo ressaltando a importância do trabalho dos homens para a manutenção da família, praticamente todas as mulheres entrevistadas tanto da geração das *avós*, das *mães*, como das *netas* no Cariri, enfatizam sobremaneira as atividades por elas desempenhadas tanto as relacionadas à produção (trabalho na agricultura, comercialização de produtos ou mesmo o trabalho assalariado) quanto as que dizem respeito ao âmbito da casa, ou seja, as atividades domésticas.

Embora mesmo sem querer denegrir a imagem dos maridos, algumas mulheres os consideram mais tranquilos, despreocupados e medrosos em relação as decisões que dizem respeito aos problemas do cotidiano. Dona Ivani tem seu marido na conta de um *bom dono de casa, muito trabalhador* embora ache-o muito “... *assim sem muita*

(de)terminação". Segundo ela, "...ele tá lá fazendo uma coisa , aí eu vou lá e digo, mas J., se fosse eu fazia assim o serviço, talvez num dá certo?, ele mais velho sabe como é ; aí vai fazer uma coisa aí eu digo - olhe não dá certo, melhor fazer isso assim, (ele) fica calado a depois, é tua orientação tá certo".

Sem querer diretamente admitir, e até mesmo contrariando outras falas, grande parte das mulheres se consideram mais *destinadas*, ou seja, mais empreendedoras do que os homens. Admitem claramente que trabalham mais que eles e por sua vez são elas que normalmente tomam parte nas decisões mesmo as mais importantes com relação ao destino da família, sobretudo do marido.

Em vista de um discurso dominante, que valoriza as atividades masculinizadas e o trabalho dos homens, as donas de casa em seus depoimentos encontram dificuldades em empregar certas palavras e expressar através do vocabulário convencional a sua participação na manutenção da família. Por isso, muitas vezes elas substituem o termo *trabalho* por *luta*, por *sofrimento*, *a mulher luta mais*, *a mulher sofre mais*. Na medida em que a categoria trabalho passou a ser sinônimo das atividades empreendida pelos homens, novos termos passaram a ser incorporados ao discurso popular para simbolizar o desempenho das mulheres. *Lutar*, sem dúvida, expressa até muito mais claramente a trajetória que é empreendida cotidianamente por essas donas de casa do Cariri.

↗ Mesmo considerando que há uma tendência progressiva ao submetimento dos segmentos femininos aos modelos dominantes, superando, assim, em quantidade aquelas que mais objetivamente se permitem construir uma trajetória singular, o registro e a investigação em

torno dessas últimas aqui nos permite assegurar a negação e a generalização da idéia de uma subordinação feminina a-histórica e universal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma de nossas entrevistadas, atualmente com 60 anos de idade, contou-nos que na *mocidade* o seu cotidiano era marcado pelo trabalho de casa: que consistia na cata da lenha, no transporte de água, nas lavagens de roupa, e pelo trabalho no roçado *seu e dos outros* (no alugado), através do cuidado do alho, do plantio da batata, do feijão e da colheita do algodão. Acrescia-se, ainda, a venda de alguns produtos na cidade cujo dinheiro *apurado* destinava-se parte para a casa e parte para a compra de *lordeza*: de *pano*, de calçado e de perfume para ir as festa dançar ou *ver os outros, e arrumar namorado*.

Essa dona de casa, a exemplo de muitas outras de sua época no Cariri, desempenhava no roçado atividades com a mesma naturalidade e espontaneidade que se dedicava às tarefas de casa. Não sentia que havia contradição ou que essas atividades viriam algum dia representar papéis diferenciados.

Durante muito tempo as mulheres do Cariri se guiaram pela tradição e se comportaram tal qual suas mães que vinham seguindo o exemplo de suas avós e assim sucessivamente até que o *progresso* chegou e trouxe consigo uma diversificação de modos de vida. Nessa trajetória percebeu-se que havia um mundo em constante transformação e que acima de tudo promovia uma separação e uma classificação de culturas, de economias, de funções e de papéis e entre os quais estava definido com muito mais clareza qual deveria ser o novo lugar a ser ocupado pela mulher.

↳ Desde que partimos do princípio de que na sociedade moderna, além da sujeição econômica, instala-se uma sujeição subjetiva cuja premissa é a serealização, disciplinarização e a modelização das relações sociais, constatamos que todas as experiências, como as das donas de casa do Cariri Paraibano acima descritas, cuja trajetória de vida não se enquadram atualmente ao modelo dominante do feminino estabelecido pelas relações de gênero, tendem a ser vistas como anormais, ou mesmo negadas.

No processo de construção social das donas de casa verificamos que ao longo do desenvolvimento histórico das sociedades ampliaram-se as diferenças entre as dimensões do masculino e do feminino, acentuando-se a partir do desenvolvimento da economia capitalista com base numa naturalização e racionalização das relações conduzindo sempre a uma inferiorização desses últimos segmentos.

↳ Vimos que a noção homens dominantes/mulheres subordinadas acentuou-se sobretudo a partir do surgimento das dimensões público/privado, noção essa que se generalizou e foi empregada para explicar relações mesmo aquelas cujo universo não se encaixava por completo ao modelo capitalista.

Se formos considerar que é somente nas últimas décadas desse século, mais propriamente a partir dos anos oitenta, que estudos, enfatizando relações diferenciadas entre homens e mulheres, através das análises de gênero, passaram a ser incorporados de modo a proporcionar uma avaliação e um conhecimento distinto das trajetórias masculinas e femininas, entenderemos melhor essa relação.

Anteriormente, toda a produção literária e científica haviam sido produzidas com base no *homem*, categoria genérica referente aos seres

humanos em geral. De forma semelhante, as diversas áreas do conhecimento detiveram-se a analisar e a divulgar como modelo as sociedades desenvolvidas e as relações sociais a elas concernentes, incluindo as relações de gêneros, de modo a se tornar o modelo burguês ocidental o modo de ser dominante.

Nesses termos, a teologia que fundamentou as grandes correntes de pensamento do século XIX, ou seja, da modernidade, que deram consistência às concepções que se baseavam nas idéias evolucionistas e científicas, que por sua vez legitimaram e naturalizaram o progresso da humanidade, em muito contribuiu para a noção *homens dominantes/mulheres subordinadas*.

A partir de então torna-se fácil compreender por que os discursos das mulheres tendem em sua maior parte a confirmar que são os homens que continuam dominando nas relações, ou pelo menos por que tem sido essa a maneira mais simples de conduzir a análise dos dados de pesquisas.

Com isso não estivemos querendo negar as relações diferenciadas entre homens e mulheres e mais que isso as relações dominantes do masculino. Porém, observamos a partir de determinadas perspectivas que boa parte das análises, mesmo aquelas que se propunham a crítica dos modelos dominantes, como grande parte dos estudos marxistas e no caso mais específico da maioria dos estudos feministas, tendeu a generalizar os fatos e acontecimentos de modo a basear-se apenas pela norma, apagando as diferenças e anulando as singularidades. 

Nos referimos às análises em torno de questões relativas aos papéis sociais da mulher ao longo da história, mais propriamente no que diz respeito a toda discussão que se desenvolveu em torno da *subordinação feminina*. Nesse sentido, boa parte dos estudos que foram produzidos sob

um viés economicista inclinou-se a confirmar de forma tendenciosa ou não a predominância do masculino, nesse caso a dominação dos homens sobre as mulheres.

Um exemplo é a discussão que coloca *trabalho produtivo* versus *trabalho doméstico*. Nesse sentido, considera-se que as tarefas do roçado, quando são efetuadas por elementos femininos, perdem o carácter de trabalho. Mesmo quando dados de pesquisas revelam que as mulheres participam dessa tal esfera produtiva muitos estudos insistem em afirmar que embora as mulheres participem também da produção o controle final do produto sempre é feito pelo homem.

Possivelmente até podemos admitir que boa parte dos discursos das mulheres tenha endossado tal visão, porém não foram unânimes. Há discursos que mostram o contrário. Todavia, convém deixar claro que a categoria *trabalho* não possui o mesmo significado quando empregado por pessoas vivendo ainda sob certas relações pré-capitalistas e quando aplicado pelos teóricos da economia. Entretanto, porque não se valorizam essas falas dissonantes? o que está em jogo é a proporção numérica entre, de um lado, os que falam a favor do modelo dominante e, de outro, os que se contrapõem?

△ Nessa lógica mediu-se a subordinação feminina tomando por base as dimensões políticas, econômicas e simbólicas, e nesse sentido poderíamos dizer que basta olharmos a nossa volta e constatarmos que na nossa sociedade as mulheres não têm acesso às mesmas profissões que os homens ou não progridem tanto quanto eles na mesma profissão. No plano político, as mulheres que formam um pouco mais da metade da nação possuem menos de 10% dos representantes do país na Assembléia Nacional, no plano simbólico, cada dia a mídia mostra imagens contrastadas do

homem e da mulher, do homem -sujeito e da mulher-objeto. Sabemos que essa visão decorre da noção jurídica de poder que eleva a esfera pública a uma dimensão superior em detrimento da esfera privada.

▷ Ressaltar discursos, nos quais as mulheres se reconheçam como participando da esfera produtiva para nós, não significa um avanço. Na medida em que sabemos que tais dimensões separadas e hierarquizadas são construções recentes, achamos importante registra-las para mostrar exatamente que a mulher não se reduz a chamada dimensão privada, nem por extensão corresponde à idéia dominante convencional de feminino.

Desde que partimos da premissa que é a subjetividade capitalística que na sociedade moderna produz o sujeito, não podemos imaginar que essa produção que se dá em escala internacional vá se reduzir a relação binária e hierárquica entre os sexos, como durante tanto tempo se pensou.

√ Sabemos que, embora haja um modelo dominante do feminino que apregoa uma conduta idealizada para a mulher com bases em princípios considerados racionais, não podemos negar outras trajetórias, que fogem a esses esquemas, sem entretanto se constituírem numa simples forma de resistência nem tão pouco numa persistência do passado prestes a ser dissolvido.)

Apesar de percebermos uma tendência crescente, sobretudo nas últimas décadas desse século com relação a padronização dos valores e comportamentos como as que inclui a serealização dos papéis femininos, proporcionadas pela dessiminação dos valores capitalísticos, é possível encontrarmos trajetórias singulares, como as que detectamos no Cariri Paraibano através da investigação em torno da multiplicidade do ser *dona de casa*.

↳ Tendo proposto fazer uma análise não apenas dos comportamentos normatizados, como também das singularizações, chegamos a constatações como a que mostra a multiplicidade e a complexidade desse papel.

A investigação mostrou-nos que o ser *dona de casa* constitui-se num papel social assumido pelas mulheres a partir de sua relação com a casa, com a família e com o meio em determinadas condições históricas, não necessariamente a partir de funções hierárquicas e antagônicas estabelecidas pelas relações de gênero.

↳ (7) As fugas dos modelos dominantes, no entanto, não se constituem numa contraposição consciente. São as próprias condições sociais de vida e de existência, como as que verificamos no Cariri, que conduzem as mulheres a seguirem uma trajetória diferente da maioria, dado que a própria dimensão do sujeito não se reduz a um projeto pré-estabelecido.

↳ Através de nossa investigação constatamos, que o fato de se ser uma dona de casa não implica necessariamente no exercício exclusivo de atividades e comportamentos feminilizados. A fuga das imposições colocadas pelas relações de gênero significa exatamente que as donas de casa não se reduzem ao que o discurso dominante estabeleceu para elas e que o fato delas não se adequarem completamente aos modelos não significa que elas deixem de ser *mulher* nem que necessariamente passem a sentir-se masculinas. A atuação em áreas diversas do gênero, ao contrário, cria uma relação singular, nova, distinta dos modelos dominantes, e de tudo que já foi pensado ou capturado pela norma.

↳ Considerar o fato de mulheres exercendo funções na esfera privada como o responsável pela desigualdade entre as relações de gênero é

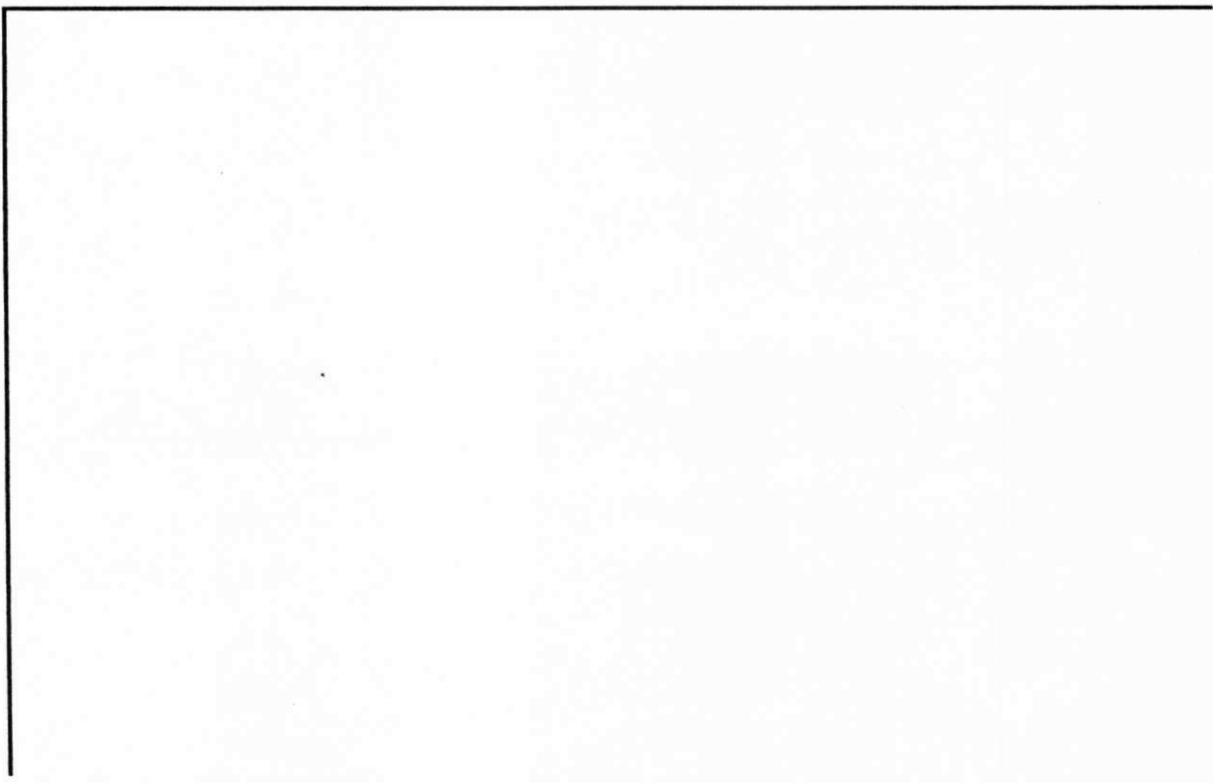
continuar, portanto, não querendo enxergar que a relação entre o masculino e o feminino constitui-se numa relação de poderes, e não ao contrário, numa relação unilateral.

Não foram em si as atividades exercidas por homens e mulheres que tornaram as relações entre o masculino e o feminino hierárquicas, mas o significado que foi atribuído às mesmas.

Assim, podemos concluir que a ultrapassagem dos modelos dominantes, inclusive dos que pregam a supremacia do público, do poder, e do masculino, não reside exclusivamente nas práticas coordenadas e conscientes. Muitas vezes, a subversão desses modelos está onde menos se espera e sendo vivida exatamente por quem menos tem conhecimento teórico *consciente* desse processo. Com isso, poderemos aprender muito se não continuarmos de olhos fechados para as diferenças.



BIBLIOGRAFIA



BLIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Violar Memórias Gestar História: Abordagem a uma problemática fecunda que torna a Tarefa do Historiador um “Parto Difícil”**. In: **CLIO Revista de Pesquisa Histórica da Universidade de Pernambuco** - N. 15. Recife: Universitária, 1994. p. 39-52.

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BUITONE, Dulcília Helena. **Mulher de Papel: A Representação da Mulher pela Imprensa Brasileira**. São Paulo: Loyola, 1981.

BUTLER, Judith. **Variações sobre Sexo e Gênero, Beavouir, Witting e Foucault**. In: CORNELL, Drucilla e BENHABIB, Seyla (org). **Feminismo como Crítica da Modernidade: Releitura dos Pensadores Contemporâneos do Ponto de Vista da Mulher**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. p.139-154.

COSTA, Jurandir Freire. **A Inocência e Vício: Estudos sobre homoerotismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

DANRTON, Roberto. **O Grande Massacre dos Gatos e Outros Episódios da História Cultural Francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DIAS, Maria Odila L. da Silva. Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectiva Histórica e Hermenêutica do Cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (org) **Uma questão de Gênero**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas. 1992. p. 39-53.

DUBY, Georges. **Idade Média, Idade do Homens: Do Amor e Outros Ensaio**s. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertran Brasil S. A., 1991.

FARGE, Arlette. Famílias, Honra e Sigilo. In: ARIÉS, Philippe e DUBY, Georges (org). **História da Vida Privada: Da Renascença ao Século das Luzes**. v.3, São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p 581 -617.

FONSECA, Claudia. Honra, Humor e Relações de Gênero: Um Estudo de Caso. In: COSTA, Albertina de O. e BRUSCHINI, Cristina. (org). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 310-333.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de Saber**. 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_____ **História da Sexualidade II: O Uso dos Prazeres**. 6 ed. Rio de Janeiro: Graal. 1990.

_____ **História da Sexualidade III: O Cuidado de Si**. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____ **Microfísica do Poder**. 8 ed. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

GAY, Peter. **A Paixão Terna: A experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud**. Vol. 2. São Paulo . Companhia das Letras, 1990.

GIDDENS, Anthony. **A Transformação da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas**. São Paulo: UNESP. 1993.

GUATTARI, Félix. ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

HEREDIA, Beatriz M. Alasia de. **A Morada da Vida: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste Brasileiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HEREDIA, Beatriz M. Alasia de. GARCIA, Marie France. GARCIA, Afrânio R. O Lugar da Mulher em Unidades Domésticas Camponesas. In: AGUIAR, Neuma (coord). **Mulheres na Força de Trabalho na América Latina : Análises qualitativas.** Petrópolis: Vozes, 1984.

YOUNG, Iris Marion. A Imparcialidade e o Público Cívico: Algumas Implicações das Críticas Femininas da Teoria Moral e Política. In: CORNELL, Drucilla e BENHABIB, Seyla. **Feminismo como Crítica da Modernidade: Releitura dos Pensadores Contemporâneos do Ponto de Vista da Mulher.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos 1987. p.66-86.

LARGUIA, Isabel. DUMOULINS, John. **Para uma ciência da libertação da mulher.** São Paulo: Globo, 1982.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada.** São Paulo: Contexto, 1992.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Elogio da Diferença - o feminino emergente.** 3 ed. São Paulo; brasiliense, 1993

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortes, 1988.

Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade Nacional. São Paulo: Pontes, 1993.

Terra à Vista : Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo. São Paulo: Cortes, 1990.

PEDRO, Joana Maria. **Identidade e Diferenciação: O Gênero Enquanto Questão**. Texto apresentado na ANPUH, XVIII Simpósio Nacional de História, Recife - PE, 1995..

PEIXOTO, Paulo Matos. **Estórias infantis e outros contos**. São Paulo: Pamaupê, s/d.

PEREIRA, Maria Elisabete R.**Roçado e Alho: Reprodução Familiar dos Pequenos Produtores em Ribeira** . Dissertação de Mestrado. Campina Grande: UFPB, 1990.

PORTINARI, Denise. **O Discurso da Homossexualidade Feminina**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

O Nó e o Ninho. In: **Veja 25 Anos, Reflexos para o Futuro**. São Paulo, 1993. p. 75 - 81.

PRADO, Danda. **Ser esposa: a mais antiga profissão**. São Paulo: Brasiliense, 1979

PITANGUY, Jaqueline. Medicina e Bruxaria: Algumas Considerações Sobre o Saber Feminino. In: LABRA, Maria Eliana (org). **Mulher, Saúde e Sociedade no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 39-43.

RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890 - 1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RIBEIRO, Ivete. O Amor dos Conjugês: uma Análise do Discurso Católico (Século XX). In: D'INCAO, Maria Angela (org). **Amor e Família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989. p. 129-153.

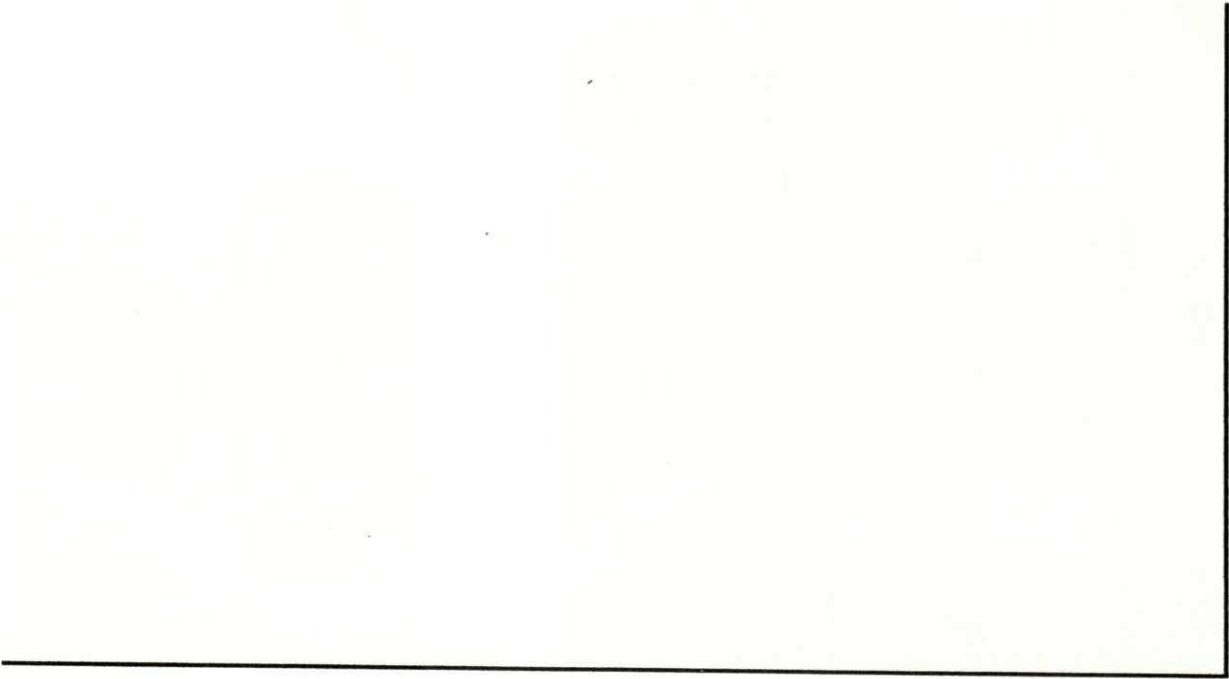
SANTOS, Maria do Socorro Pereira. **Aspéctos Socio-econômico de uma cooperativa mista em uma região de pequenos produtores de alho do Cariri Paraibano**, Dissertação de Mestrado. Campina Grande: UFPB, 1992.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma Categoria Útil Para a Análise Histórica** (tradução de Cristina Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila). Recife : SOS Corpo, 1991.

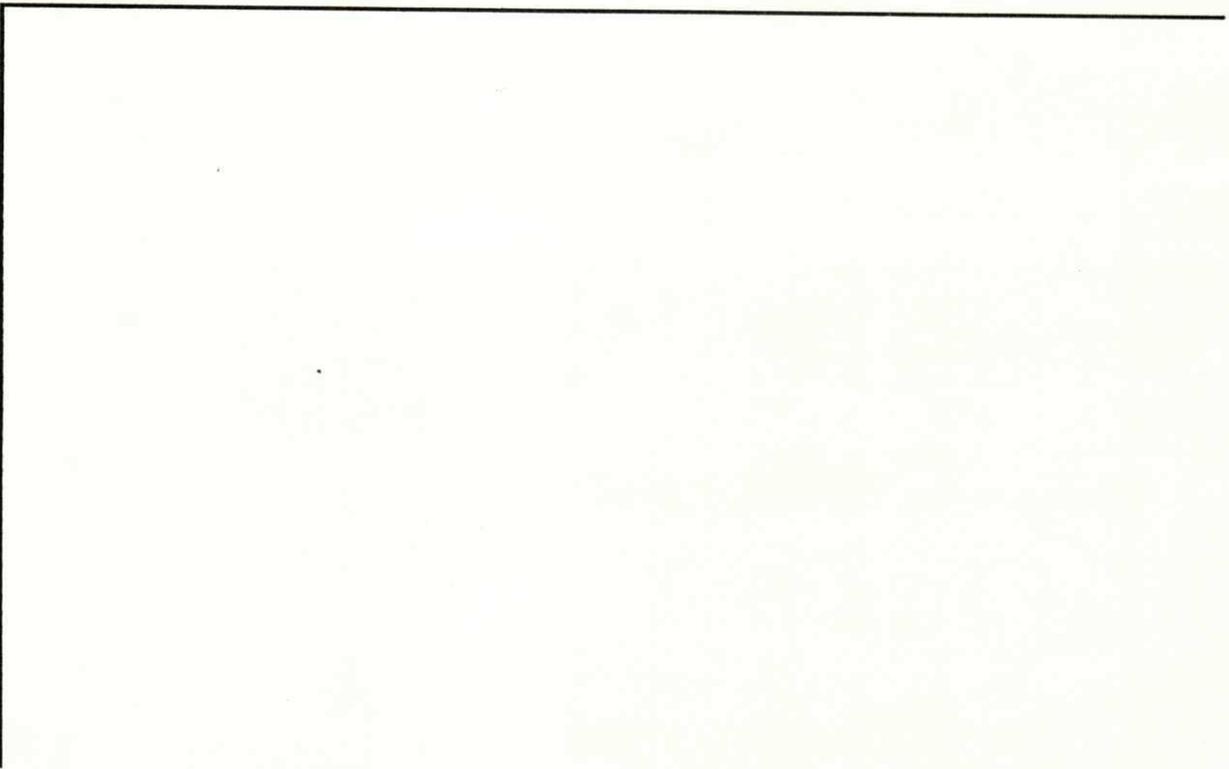
SHOWALTER, Eliane. **Anarquia Sexual: Sexo e Cultura no Fin de Siécle**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SOIHET, Raquel. **Enfoques Feministas e a História: Desafios e Perspectivas**. ANPUH, XVIII Simpósio Nacional de História, 1995. Recife - PE.

TRIGO, Maria Helena Bueno. Amor e Casamento no Século XX. In: D'INCAO, Maria Angela (org). **Amor e Família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989. p. 88/94.



ANEXO



ANEXO 1 - Localização da região do Cariri e das suas principais cidades



Fonte: DUQUÉ, Ghislaine (1987)